

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2025





DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	20
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	25

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

BALANÇO PATRIMONIAL	32
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	33
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	34
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	37

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL	38
2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE	38
3. CONSOLIDAÇÃO	38
4. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES	40
5. POLÍTICAS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS MATERIAIS	40
6. TRANSIÇÃO NA ADOÇÃO DE NOVAS NORMAS	44
7. AQUISIÇÕES, ALIENAÇÕES E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	47
8. RESULTADOS NÃO RECORRENTES	47
9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	47
10. APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS	47
11. DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	48
12. ATIVOS FINANCEIROS COM ACORDO DE REVENDA	48
13. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	49
14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	54
15. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTRAS OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	59
16. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	68
17. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA	68
18. OUTROS ATIVOS	69
19. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS, COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	69
20. ATIVOS IMOBILIZADOS	70
21. ATIVOS INTANGÍVEIS E ÁGIO	70
22. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	71
23. PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO	72
24. OUTROS PASSIVOS	76
25. RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	76
26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	78
27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	78
28. TRIBUTOS	80
29. PARTES RELACIONADAS	84
30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	85
31. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	86
32. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	89
32. MEIO AMBIENTE, SOCIAL E GOVERNANÇA - PRÁTICAS ESG	102
33. OUTRAS INFORMAÇÕES	104
34. EVENTOS SUBSEQUENTES	105



Relatório da Administração

31 de Dezembro de 2025

Destaques / Estratégia / Resultados / Agradecimentos

Relatório da Administração

31 de Dezembro de 2025

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco Votorantim S.A. (banco BV ou Banco) relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Destaques 2025

Lucro e ROE recordes no ano,

suportados por avanços importantes no Plano Estratégico

Lucro Líquido Recorrente

R\$ 1.865 mm

▲ 8,3% vs 2024

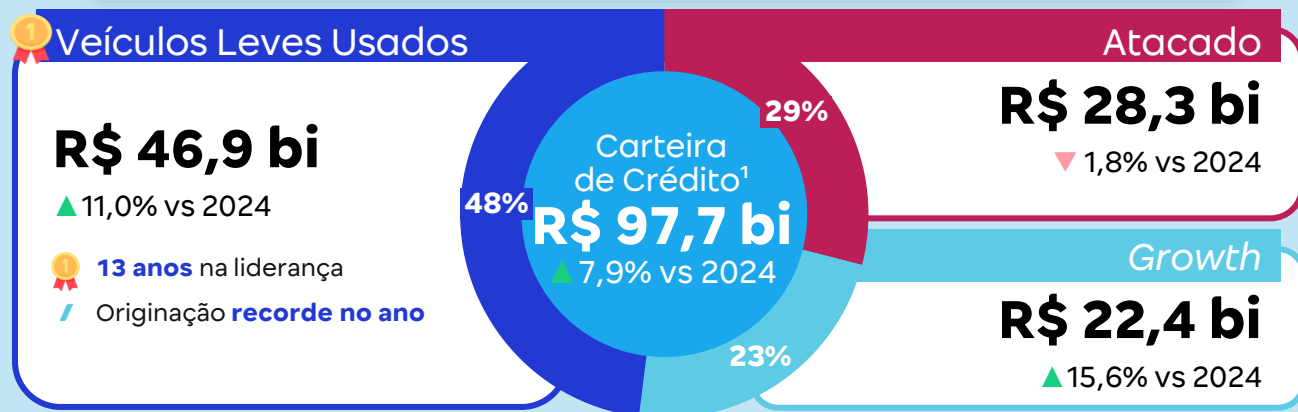
ROE Recorrente

15,3%

▲ 2,3p.p. vs 2024

Liderança no core business,

com avanços na diversificação de carteira



Fortalecimento do banco digital

com experiência mais completa e personalizada

Base de Depósitos
Pessoa-Física

▲ **74%** vs 2024

Volume Transacionado
(TPV)²

▲ **40%** vs 2024

Originação de Crédito
via Banco Digital

▲ **41%** vs 2024

Solidez na gestão de riscos,

com métricas de balanço robustas

Inadimplência
90 dias³⁴

4,7%

vs 4,4% em 2024

Cobertura
90 dias

169%

vs 168% em 2024

Índice de
Basileia

16,7%

vs 16,0% em 2024

Pilares Estratégicos

Visão estratégica

Viabilizar sonhos e projetos dos nossos clientes, transformando crédito em relacionamento

Sustentar e fortalecer o **core business**

Produtos

- Financiamento de veículos leves usados
- Atacado
- Atividades com o mercado

Estratégia

Esses segmentos contribuem de forma significativa para os resultados financeiros do Banco.

Nossa estratégia é garantir a estabilidade e a eficiência dessas unidades de negócio, assegurando sua sustentabilidade e relevância a longo prazo. Isso inclui a implementação de práticas robustas de gestão e a adaptação contínua às dinâmicas do mercado, com o objetivo de servir os clientes com excelência e fortalecer a posição competitiva do Banco.

Diversificar receitas alavancando nossos principais *capabilities*

Produtos

- Financiamento de painéis solares
- Financiamento de motos, veículos pesados e leves novos
- Corretora de seguros
- *Marketplace* automotivo (NaPista)
- *Banking as a Service* (Bankly)

Estratégia

Com base na expertise consolidada em nosso *core business*, identificamos diversas oportunidades para crescimento e diversificação, ampliando a oferta de soluções em crédito e serviços financeiros aos nossos clientes.

No segmento de crédito, nosso foco está em produtos com garantia, reforçando o compromisso com soluções mais seguras e sustentáveis.

Seguiremos explorando essas oportunidades com foco no crescimento sustentável e na geração de valor de longo prazo para nossos clientes.

Fortalecer a abordagem **Relacional** com nossos clientes pessoas físicas

Produto

- Banco digital
- Empréstimo com garantia de veículo (EGV)
- Empréstimo consignado CLT BV
- Cartão de crédito
- Shopping BV

Estratégia

Nossa estratégia inclui construir uma relação duradoura com nossos clientes, aumentando a satisfação e o engajamento, posicionando nosso Banco Digital como um hub central desse relacionamento. Atuamos com a missão de democratizar o acesso ao crédito, com baixo risco e taxas competitivas, ampliando as oportunidades financeiras para nossos clientes de forma sustentável.

Para alcançar esse objetivo, investimos em iniciativas que fortalecem nossas habilidades de atração e engajamento de clientes. Isso inclui a oferta de soluções financeiras cada vez mais customizadas e a melhoria contínua da experiência dos mesmos.

Esses investimentos são fundamentais para garantir a fidelização dos clientes e a criação de valor sustentável a longo prazo para o Banco.

Principais habilitadores da estratégia BV

Inovação / Dados / Tecnologia e Inteligência Artificial / Pessoas & Cultura / ESG / Riscos

Avanços Estratégicos

Liderança no Financiamento de Veículos Leves Usados

Com cerca de três décadas de atuação, o BV consolidou *capabilities* estratégicos que sustentam sua liderança no segmento de veículos leves usados. Operamos por meio de uma ampla e eficiente rede de distribuição, com presença nacional e cerca de 26 mil lojistas e concessionárias parceiras. Nossa plataforma digital, simples e intuitiva, permite que mais de 97% das análises de crédito sejam realizadas de forma totalmente automatizada em segundos. O processo de contratação do financiamento é 100% digital — da simulação à assinatura do contrato — reforçando nossa proposta de valor centrada na agilidade e na experiência do cliente.

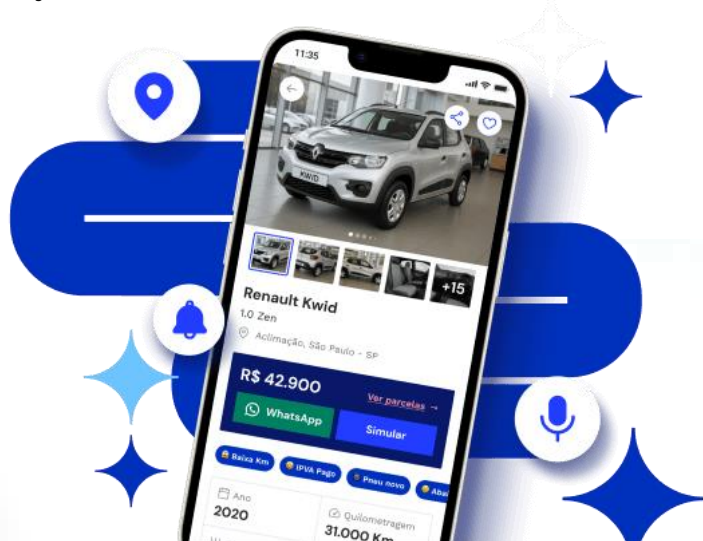
Em 2025, sustentamos nossa liderança no segmento, esta que já perdura há mais de 13 anos consecutivos.



NaPista foi o marketplace automotivo que mais cresceu em 2025

Lançado há dois anos, o NaPista consolidou-se como um dos principais marketplaces automotivos do Brasil. A plataforma segue em forte expansão, impulsionada por uma experiência de navegação intuitiva e por tecnologia proprietária de busca, que amplia a eficiência na conexão entre compradores e vendedores. Ao final do 4T25, o NaPista contava com mais de 260 mil veículos anunciados, reforçando sua relevância e escala no mercado.

O NaPista consolidou-se como a plataforma de maior expansão do mercado, registrando o maior crescimento percentual de anúncios no ranking Autobiz na comparação anual de dezembro de 2025, o que o posicionou como o 3º maior player entre os marketplaces automotivos do país. Adicionalmente, o volume de leads — oportunidades qualificadas de contato geradas para os lojistas na plataforma — apresentou crescimento de 37,1% em relação a 2024, evidenciando o aumento de engajamento e a relevância comercial da plataforma.



Avanços Estratégicos

Liderança no Financiamento de Veículos Pesados

Nos últimos anos, o BV vem ampliando de forma consistente sua atuação no financiamento de veículos pesados, replicando as *capabilities* desenvolvidas no segmento de veículos leves usados. Essa estratégia resultou na consolidação da liderança no segmento, com a carteira registrando crescimento de 46,8% em 2025, alcançando R\$ 3,3 bilhões.



Liderança no Empréstimo com Garantia de Veículo (EGV)

Em 2025, o BV consolidou sua liderança no Empréstimo com Garantia Veicular (EGV), produto que desempenha **papel central em sua estratégia de democratização do acesso ao crédito**, ao oferecer taxas competitivas, menor risco e soluções mais adequadas às necessidades dos clientes. O crédito colateralizado é visto pelo Banco como uma alternativa estrutural para ampliar o acesso ao crédito de forma responsável e sustentável, especialmente para a classe média, hoje frequentemente limitada a linhas de alto custo e maior risco de superendividamento.

Impulsionada por esse posicionamento, a carteira de EGV cresceu mais de 30% no ano, encerrando 2025 em R\$ 5,3 bilhões. Outro destaque foi a aceleração da originação por meio do app BV, que passou a representar 25% do volume total de produção ao final do ano, ante cerca de 5% em 2024, refletindo os avanços na digitalização e na experiência do cliente.

Combinando tecnologia, capacidade de distribuição e liderança em crédito colateralizado, o BV encontra-se bem posicionado para escalar essa solução e contribuir para enfrentar um dos principais desafios do país: tornar o crédito mais acessível, sustentável e responsável para milhões de brasileiros.

Lançamos o novo Empréstimo consignado CLT BV

Em dezembro, foi lançado o piloto do produto Crédito do Trabalhador no canal Coban, marcando a retomada do relacionamento com esse canal estratégico. Trata-se de uma solução de crédito com garantia, que permite oferecer condições mais competitivas, maior previsibilidade de pagamento e menor risco para o cliente, ao mesmo tempo em que promove uma relação de longo prazo com o Banco. O produto favorece a fidelização por meio da recorrência, ao combinar acesso responsável ao crédito com disciplina financeira e maior segurança para ambas as partes.

DCM do BV foi o 2º maior¹ em operações e distribuição de FIDC

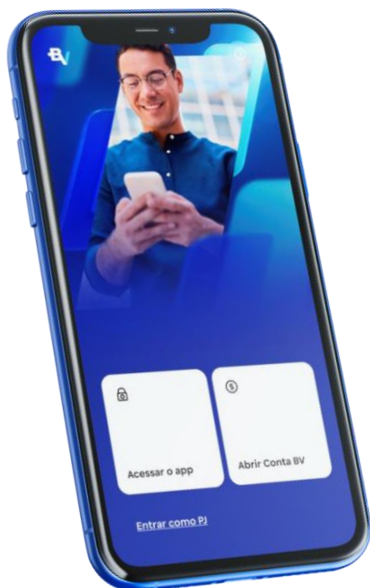
Em 2025, o DCM do BV reforçou seu sólido posicionamento e expertise no mercado de capitais, consolidando-se como o 2º maior estruturador em número de operações de FIDC e FIAGRO e o 2º maior em volume de distribuição de FIDC, refletindo a capacidade técnica, a escala de originação e a forte execução da equipe.

Inteligência Artificial como pilar da modernização e eficiência operacional

Em 2025, o BV avançou de forma relevante na adoção de inteligência artificial como alavanca de eficiência operacional, por meio do lançamento do Impulsiona AI, iniciativa que acelerou a modernização e a simplificação de processos em toda a organização. A capacitação em GenAI já alcançou 63% dos colaboradores, enquanto, na área de tecnologia, o uso de assistentes de IA passou a apoiar cerca de 20% da jornada de desenvolvimento de software, gerando ganhos de produtividade, maior agilidade nos ciclos de entrega e melhoria na eficiência operacional.

Avanços Estratégicos

Estratégia Relacional: consolidando uma experiência completa e personalizada com avanços consistentes em escala, engajamento e monetização



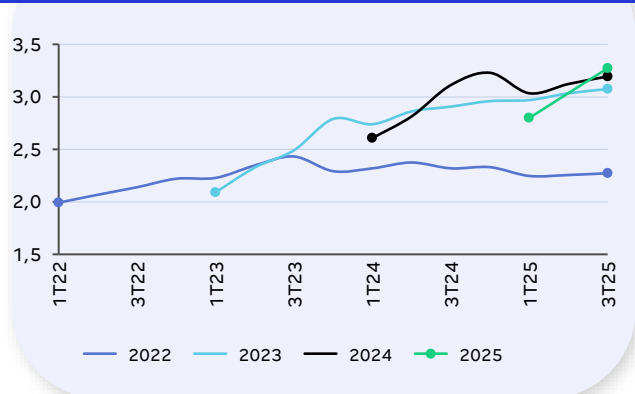
O banco digital do BV segue avançando na entrega de uma experiência cada vez mais completa e personalizada, ancorada em crédito com garantia e em um relacionamento de longo prazo com o cliente. Em 2025, evoluímos na construção de um modelo integrado — **digital, com profundidade de crédito e alto engajamento** — reforçando o posicionamento do BV como a instituição que combina conveniência, responsabilidade e alternativas de financiamento mais adequadas ao perfil de cada cliente.

O desempenho em 2025 confirma a consistência dessa trajetória. Encerramos o período com **4,2 milhões de clientes**, ampliando a escala da plataforma digital e fortalecendo a base ativa. A originação digital atingiu **R\$ 3,9 bilhões**, crescimento de **45%** frente a 2024, alcançando **14% da originação total do varejo**, ante 9% no ano anterior. Esse avanço reforça o papel estratégico do canal na nossa capacidade de distribuição e na expansão do crédito de forma segmentada e sustentável.

Na dimensão de *funding*, o banco digital também fortaleceu sua relevância. O saldo de captação no varejo cresceu **74%** em relação a 2024, impulsionado pelo aumento da principalidade e pela maior confiança dos clientes na proposta de valor. Além disso, o TPV¹ avançou **40%**, refletindo maior utilização cotidiana dos serviços de pagamentos e contribuindo para o fortalecimento do nosso *flying wheel* relacional: mais engajamento, mais dados, mais principalidade e maior potencial de monetização.

A evolução observada em 2025 para o indicador *cross-sell Index*² demonstra a capacidade do BV de extrair valor da sua base de clientes, através do engajamento e profundidade do relacionamento, integrando seu histórico robusto em crédito a uma **plataforma digital moderna, escalável e orientada por dados**. Ao conectar tecnologia, *analytics*, distribuição e relacionamento, seguimos melhorando o retorno ajustado ao risco e avançando na construção de um banco completo, relevante e de longo prazo para os nossos clientes.

CROSS-SELL INDEX²
VISÃO POR SAFRA ANUAL



1. Volume total de pagamentos. Somente cash out; 2. Quantidade média de produtos por cliente ativo

Habilitadores da Estratégia BV

Inovação, dados
e Tecnologia

Pessoas, Cultura
e ESG

Gestão Integrada de
Riscos

Em 2025, o BV intensificou sua agenda de Inteligência Artificial (IA), integrando a tecnologia de forma estratégica para ganhar escala, gerar eficiência e impulsionar inovação. A IA deixou de ser um território experimental e passou a fazer parte da base da transformação do banco, apoiando decisões, fortalecendo a experiência do cliente e preparando a organização para competir em um mercado mais dinâmico e tecnológico.

Nesse contexto, o BV lançou o **Impulsiona AI**, um movimento cultural e operacional que envolveu todos os colaboradores. Seu objetivo foi modernizar e simplificar processos, acelerar produtividade e inovação e garantir que o banco permanecesse relevante na vida financeira dos clientes. Essa iniciativa posicionou o BV como um banco acelerado por IA — uma instituição que adota novas tecnologias de forma responsável, com ciclos curtos de execução e foco em segurança, privacidade e ética.

Ao longo do ciclo, foram estruturadas trilhas de capacitação personalizadas para todos os níveis hierárquicos, do C-level à base operacional, com reforço da governança para o uso responsável da IA. O resultado foi a capacitação de cerca de **63% dos colaboradores em GenAI**, criando uma comunidade engajada e preparada para operar com novas tecnologias.

No desenvolvimento de software, o BV passou a utilizar assistentes de IA integrados a múltiplas fontes de dados, seguindo os pilares de começar pequeno, escalar rápido e colaborar. Com isso, **20% da jornada de desenvolvimento** passou a ser apoiada por aceleradores de GenAI, aumentando a satisfação das equipes e incorporando agentes também em etapas diversas do ciclo de vida de desenvolvimento, incluindo ferramentas dedicadas ao suporte diário de Product Managers.

Além disso, áreas como Jurídico, Marketing e Financiamento de Veículos passaram a contar com agentes de IA capazes de gerar métricas, análises e recomendações, ampliando a qualidade das decisões e contribuindo para resultados estratégicos.

Na recuperação de crédito, a IA intensificou o uso de análise dados individualizados para sugerir contrapropostas personalizadas, tornando negociações mais rápidas, humanas e alinhadas à capacidade financeira dos clientes — o que impactou diretamente a redução da inadimplência.

O atendimento via WhatsApp também foi fortalecido com agentes de IA capazes de responder dúvidas, emitir boletos, processar parcelamentos e realizar ajustes de forma automatizada. Essa evolução elevou a resolução no primeiro contato e reduziu em **73% as rechamadas em até 30 dias**, mostrando o impacto direto da IA na eficiência operacional e na experiência dos clientes.



Habilitadores da Estratégia BV

Inovação, dados e Tecnologia

Pessoas, Cultura e ESG

Gestão Integrada de Riscos

Pessoas e Cultura

A leveza continua a ser uma das marcas mais fortes do jeito BV de ser, sustentada pelos nossos quatro princípios essenciais — parceria, coragem, simplicidade e integridade. Esses valores inegociáveis seguiram guiando nossa cultura e garantindo um ambiente seguro, diverso, inovador e colaborativo, orientado à alta performance. Mantivemos o cliente no centro das nossas decisões, com o propósito de ampliar o acesso a soluções financeiras que geram impacto positivo para pessoas e empresas.

Ao longo de 2025, aprofundamos a vivência desses princípios na prática, consolidando uma cultura colaborativa e dinâmica, que estimula protagonismo, inovação e entrega de resultados. Nosso compromisso com um ambiente inclusivo e inspirador foi reafirmado por reconhecimentos como GPTW e Glassdoor, refletindo o engajamento, a satisfação e o orgulho de pertencimento do nosso time.

Avançamos também na jornada de desenvolvimento e educação com o lançamento do SOMA, nosso novo ecossistema de aprendizagem, ampliando oportunidades de crescimento e evolução para todos os colaboradores.

Reforçamos ainda nossas ações de diversidade, equidade e inclusão, com programas que ampliaram a representatividade feminina e o desenvolvimento de mulheres negras, gerando reconhecimentos relevantes no cenário nacional.

Diversidade

Em atendimento ao Art. 133 da Lei das S.A., conforme alteração promovida pela Lei nº 15.177/2025, apresentamos abaixo a política de equidade adotada pelo BV, bem como demais dados sobre equidade.

O banco BV mantém um compromisso contínuo com a promoção da diversidade, inclusão, incorporando esses princípios à sua gestão e à condução dos negócios por meio de metas, compromissos públicos e equidade nos programas de incentivo e desenvolvimento. A valorização de pessoas e a busca contínua por aprofundar e fortalecer as ações voltadas à ampliação de oportunidades mais equitativas e ao equilíbrio na representatividade fazem parte de suas práticas, promovendo o desenvolvimento e o reconhecimento de talentos de diferentes perfis. Essas diretrizes refletem a atuação do Banco BV na construção e no aprimoramento de um ambiente de trabalho diverso e representativo, alinhado aos objetivos estratégicos do negócio..

I – Quantidade e proporção de mulheres, por níveis hierárquicos

Mulheres por nível	2024		2025		Var.p.p. (ii) / (i)
	Quantidade	Proporção (i)	Quantidade	Proporção (ii)	
Analista	1.623	48,9%	1.612	46,7%	-2,2 p.p.
Coordenador/Especialista	272	38,9%	306	42,5%	3,6 p.p.
Gerente/Executivo	169	35,3%	171	35,6%	0,3 p.p.
Direção	4	25,0%	4	25,0%	0,0 p.p.
Total	2.068	45,8%	2.093	44,9%	-1,0 p.p.

Habilitadores da Estratégia BV

Inovação, dados e Tecnologia

Pessoas, Cultura e ESG

Gestão Integrada de Riscos

II – Quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração

	2024		2025		Var.p.p.
	Quantidade	Proporção (i)	Quantidade	Proporção (ii)	(ii) / (i)
Mulheres na Administração do BV	3	17,6%	3	20,0%	2,4 p.p.

III – o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia

Proporção salarial Mulher x Homem	2024		2025	
	Remuneração fixa	Total Compensation	Remuneração fixa	Total Compensation ¹
Diretor/Presidente	99%	99%	95%	-
Gerente/Gerente-Geral	98%	86%	95%	-
Coordenador/Consultor	96%	94%	98%	-
Técnico/Supervisor/Analista	99%	93%	97%	-
Estagiário	100%	100%	100%	-
Aprendiz	100%	100%	100%	-

1- A informação de Total Compensation de 2025 será divulgada no próximo relatório, dado que a apuração da remuneração variável da competência ainda foi finalizada

ESG – Environment, Social and Governance

O BV tem como aspiração ESG promover o desenvolvimento social por meio de uma atuação sustentável em seu ecossistema. Para garantir que as decisões de negócios estejam alinhadas à agenda ESG, o banco firmou compromissos públicos no "Pacto por um Futuro mais Leve", com cinco metas a serem alcançadas até 2030, em conformidade com alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU apresentadas abaixo:

01 Neutralizar nosso impacto ambiental	02 Acelerar a inclusão social	03 Mobilizar recursos para fomentar negócios sustentáveis
<p>1. Efetuar 100% da compensação de CO₂ do nosso principal negócio, o financiamento de veículos usados</p> <p>2030 meta 100% 2025¹ 100%</p> <p>8,2 milhões de toneladas de CO₂ compensadas desde o início do compromisso</p>	<p>3. Atingir 50% de cargos de liderança ocupados por pessoas que se identifiquem com o gênero feminino</p> <p>2030 meta 50% 2025 43%</p>	<p>5. Financiar e distribuir em mercado de capitais R\$ 80 bilhões para negócios ESG</p> <p>2030 meta R\$ 80 bi 2025 R\$ 48 bi</p>
<p>2. Compensar 100% das emissões de GEE² diretas do BV</p> <p>2030 meta 100% 2025³ 100%</p> <p>4,1 mil de toneladas de emissões compensadas próprias do BV</p>	<p>4. Garantir a participação de 35% de negros no quadro de colaboradores do BV</p> <p>2030 meta 35% 2025 30%</p>	<p>Nota: 1- Emissões calculadas a partir da metodologia da Partnership for Carbon Accounting Financials (PCAF) que considera a proporção das emissões de CO2 de veículos atribuída ao valor financiado pelas instituições financeiras; 2- Gases do Efeito Estufa; 3- Compensação feita de forma anual</p>

Habilitadores da Estratégia BV

Inovação, dados
e Tecnologia

Pessoas, Cultura
e ESG

Gestão Integrada de
Riscos

A seguir, compartilhamos também outros destaques do 2025:

- **Realizamos a 1ª operação com créditos de carbono do Brasil**, recebendo créditos como pagamento em uma emissão de debêntures, reforçando nosso compromisso com soluções financeiras sustentáveis;
- **Conduzimos o 1º Blue Repo Privado da América Latina**, realizado em parceria com o Barclays, fortalecendo o posicionamento do BV em finanças sustentáveis e instrumentos inovadores;
- **Recebemos reconhecimento internacional na categoria *Rising Star do Finance for the Future***, consolidando a marca BV no mercado brasileiro e reforçando nossa agenda ESG;
- **Mobilizamos recursos no 2º leilão do Eco Invest**, destinados à recuperação de terras degradadas e à transformação dessas áreas em sistemas produtivos sustentáveis;
- **Apoiamos 36 projetos sociais em 15 estados brasileiros**, contribuindo para a expansão do impacto social e ambiental no país;
- **Estruturamos o 1º Pré-Pagamento à Exportação (PPE) com Selo Verde via Luxemburgo**, direcionando recursos para aquisição de soja, processamento, comercialização e exportação de biocombustíveis, com parte da matéria-prima proveniente da agricultura familiar;
- **Atuamos estrategicamente na COP 30**, em Belém, o maior evento climático do Brasil, ampliando nossa participação em pautas globais de sustentabilidade;
- **Apoiamos a Rede Mulheres Empreendedoras**, ampliando nossa atuação no fomento ao empreendedorismo feminino;
- **Patrocinamos o Circuito Universitário de Skate**, em parceria com o marketing institucional, promovendo inclusão, acesso à cultura esportiva e engajamento de jovens universitários, além de reforçar a presença do BV junto a esse público.

Habilitadores da Estratégia BV

Inovação, dados e Tecnologia

Pessoas, Cultura e ESG

Gestão Integrada de Riscos

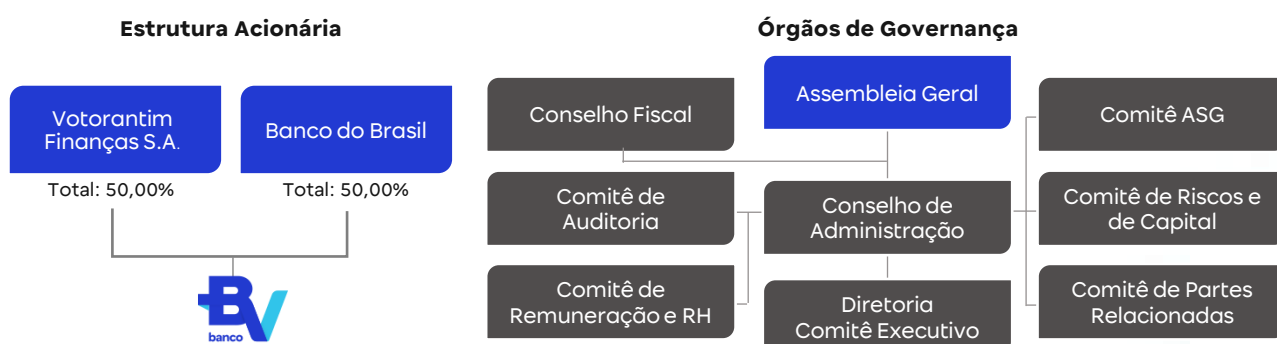
Governança

O banco BV tem uma estrutura organizacional que observa a legislação e regulamentação em vigor no Brasil e está alinhada às melhores práticas de governança corporativa do mercado, mantendo seu compromisso com os princípios de transparência, equidade, prestação de contas e de responsabilidade corporativa, bem como adota padrões de boas práticas em linha com as Leis Anticorrupção e de responsabilidade social, ambiental e climática.

O controle do banco BV é compartilhado entre os acionistas Votorantim Finanças S.A., holding financeira do Grupo Votorantim e Banco do Brasil S.A., uma das maiores instituições financeiras do país, os quais possuem participação paritária no Conselho de Administração (CA) e em seus órgãos de assessoramento, bem como no Conselho Fiscal (CFIS). Além destes órgãos, fazem parte também da governança corporativa do banco a Assembleia Geral de Acionistas, a Diretoria e o Comitê Executivo.

O Conselho de Administração é composto por 07 (sete) membros, sendo 03 (três) membros indicados por cada um dos acionistas controladores e 01 (um) membro independente. As decisões do Conselho de Administração são tomadas por maioria absoluta, inexistindo voto de qualidade.

Abaixo, a estrutura acionária e os órgãos de Governança do BV:



Na Assembleia Geral Ordinária realizada em abril de 2025, foram eleitos os membros do Conselho de Administração, todos com mandato que vigorará até a posse dos eleitos pela Assembleia Geral Ordinária de 2027.

Habilitadores da Estratégia BV

Inovação, dados
e Tecnologia

Pessoas, Cultura
e ESG

Gestão Integrada de
Riscos

Gestão Integrada de Riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

O banco BV possui matriz de riscos materiais, revisada periodicamente pelo Conselho de Administração. Cada risco listado é avaliado para determinar o tratamento mais adequado (gestão, hedge, seguro ou capitalização), visando o melhor monitoramento e controle. Os riscos considerados como materiais na data-base de referência são:

- Risco de crédito;
- Risco de securitização;
- Risco de crédito da contraparte;
- Risco de concentração de crédito;
- Risco de mercado e IRRBB;
- Risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRBB);
- Risco de liquidez;
- Risco operacional;
- Risco de reputação;
- Risco de estratégia;
- Risco social, ambiental e climático;
- Risco de modelos;
- Risco de conformidade;
- Risco de *underwriting*;
- Risco de *collateral*;
- Risco de tecnologia;
- Risco de segurança cibernética; e
- Risco de contágio.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio da estrutura de limites aprovada na respectiva governança e são incorporados às atividades do conglomerado. O envolvimento da Alta Administração ocorre por meio do acompanhamento e da execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

A estrutura de governança para gestão de riscos e capital do conglomerado prudencial inclui equipes e diretores responsáveis por riscos e ALM (Asset Liability Management), além de fóruns colegiados internos e corporativos, organizados formalmente com delegação de alçadas. Cada órgão de governança tem papel, escopo e composição definidos em normativos, que estabelecem regras, responsabilidades e limites conforme as estratégias do negócio e cenários de mercado. Os principais fóruns são:

Habilitadores da Estratégia BV

Inovação, dados e Tecnologia

Pessoas, Cultura e ESG

Gestão Integrada de Riscos

- O Comitê de Controles e Riscos e o Comitê de ALM e Tributos são os fóruns internos de gerenciamento de riscos e capital da Administração. Adicionalmente, o Comitê Executivo (ComEx) tem por atribuição o acompanhamento geral de tais temas; e
- O Comitê de Riscos e de Capital (CRC) tem por função assessorar o Conselho de Administração na elaboração da estratégia de alocação de capital do conglomerado, na observação da aplicação da declaração de Apetite por Riscos (RAS) e no monitoramento de riscos e capital, além de coordenar suas atividades com o Comitê de Auditoria (COAUD), a fim de facilitar a troca de informações, os ajustes necessários à estrutura de governança de riscos e de capital e garantir o efetivo tratamento dos riscos a que o conglomerado está exposto.

A RAS aprovada pelo Conselho de Administração, orienta o planejamento estratégico e o orçamento. Seu monitoramento é realizado mensalmente por meio de dashboard com indicadores e limites, além de ações e monitoramentos específicos.

O conglomerado dispõe de estruturas e políticas gerais e específicas para o gerenciamento de risco e capital, aprovadas pelo Conselho de Administração e os princípios básicos observados na gestão e controle dos riscos e do capital foram estabelecidos em conformidade com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

Adicionalmente, ressalta-se que é realizado processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP) abrangendo o plano de capital, teste de estresse, plano de contingência de capital e gestão e avaliação da necessidade de capital frente aos riscos relevantes a que o Banco está exposto, entre outros temas.

Informações detalhadas sobre o processo de gerenciamento de riscos e capital podem ser observados no documento "Relatório de gestão de riscos e capital", elaborado com base no atendimento da Resolução BCB nº 54/2020, disponível no website de Relações com Investidores em <https://ri.bv.com.br/>.

Resultados

Reconciliação entre Resultado Contábil e Gerencial

Visando uma melhor compreensão e análise do desempenho do Banco, as explicações desse relatório são baseadas na Demonstração Gerencial do Resultado, que considera algumas realocações gerenciais realizadas na Demonstração do Resultado Societário auditado. Essas realocações referem-se a:

- Despesas relacionadas à provisões (cíveis, trabalhistas e fiscais) realocadas de “(Provisão)/reversão para passivos contingentes” e de “Despesas de pessoal” para “Outras receitas/(despesas)”;
- “Descontos concedidos” realocados da “Margem financeira bruta” para “Custo de crédito”;
- Custos diretamente relacionados à geração de negócios realocados de “Despesas administrativas” para “Outras receitas/(despesas)”.

Além dos ajustes gerenciais descritos acima, os números apresentados nesta seção do Relatório seguem a visão dos Resultados Recorrentes Gerenciais. Para uma análise em detalhes dos números apresentados a seguir, recomendamos a leitura deste documento em conjunto com o Relatório Gerencial de Resultados (RGR) do 4T25, disponível em nosso site de Relações com Investidores (<https://ri.bv.com.br/>).

DRE (R\$ milhões)	2025 Contábil	Efeitos não Recorrentes	Reclassificações Gerenciais	2025 Gerencial
Receitas Totais (i + ii)	10.574	0	1.411	11.985
Margem Financeira Bruta (i)	7.945	0	1.411	9.356
Receita de serviços e corretagem (ii)	2.630	0	(0)	2.630
Custo de Crédito	(2.352)	0	(1.345)	(3.698)
Outras Receitas/Despesas	(5.937)	25	(66)	(5.978)
Despesas de pessoal e administrativas	(4.384)	0	572	(3.812)
Despesas tributárias	(576)	0	0	(576)
Outras receitas (despesas)	(976)	25	(638)	(1.589)
Resultado antes da tributação sobre o Lucro	2.285	25	(0)	2.310
Imposto de renda e contribuição social	(368)	(11)	0	(379)
Participação de não controladores	(66)	0	0	(66)
Lucro Líquido Recorrente	1.851	13	(0)	1.865

Eventos não Recorrentes

Eventos não Recorrentes (R\$ milhões)	2024	2025
Lucro Líquido Contábil	1.708	1.851
(-) Eventos não Recorrentes	(14)	(13)
Amortização de Ágio	(14)	(13)
Lucro Líquido Recorrente	1.722	1.865

Sumário dos eventos não recorrentes:

- Despesas com amortização de ágio gerado pela aquisição de participação societária na Trademaster Serviços e Participações S.A., no Portal Solar S.A., na Acessopar Investimentos e Participações S.A. e na Acesso Soluções de Pagamentos S.A..

Resultados

Principais Indicadores

Resultados (R\$ mm)	2024	2025	Δ%
Receitas Totais (Margem Financeira + Receita de Serviços)	11.980	11.985	0,0%
Margem Financeira Bruta	9.301	9.356	0,6%
Receita de Prestação de Serviços	2.679	2.630	-1,8%
Custo de Crédito	(3.593)	(3.698)	2,9%
Despesas Adm. e de Pessoal	(3.623)	(3.831)	5,7%
Despesas tributárias	(668)	(576)	-13,7%
Outras receitas (Despesas)	(2.313)	(1.517)	-34,4%
Lucro Líquido Recorrente	1.722	1.865	8,3%
Lucro Líquido Contábil	1.708	1.851	8,4%

Balanço Patrimonial (R\$ mm)	2024	2025	Δ%
Total de Ativos	141.731	138.309	-2,4%
Carteira de Crédito Ampliada	90.504	97.656	7,9%
Segmento Atacado	28.856	28.323	-1,8%
Segmento Varejo	61.649	69.333	12,5%
Recursos Captados	101.587	98.611	-2,9%
Patrimônio Líquido	14.470	12.692	-12,3%
Índice de Basileia (%)	16,0%	16,7%	0,7 p.p.
Índice de Capital Nível I (%)	14,5%	15,3%	0,8 p.p.
Índice de Capital Principal (%)	12,8%	12,8%	0,0p.p.

Indicadores de Desempenho (%)	2024	2025	Δ%
Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio ¹ (ROAE)	13,1%	15,3%	2,3 p.p.
Retorno sobre Ativo Total Médio ² (ROAA)	1,2%	1,3%	0,1 p.p.
Net Interest Margin ³ (NIM) - Clientes	10,0%	9,7%	-0,3 p.p.
Net Interest Margin ⁴ (NIM) - Clientes + Mercado	7,4%	7,5%	0,1 p.p.
Índice de Eficiência (IE) - 12 meses ⁵	37,9%	37,7%	-0,2 p.p.
Inadimplência (>90 <360 dias)	4,4%	4,7%	0,3 p.p.
Índice de Cobertura (acima de 90 dias)	168%	169%	1,0 p.p.

Outras Informações	2024	2025	Δ%
Colaboradores ⁶ (quantidade)	4.496	4.650	3,4%

1.Quociente entre o lucro líquido e o patrimônio líquido médio do período. Anualizado; 2.Quociente entre o lucro líquido e os ativos totais médios do período; Anualizado; 3.Quociente entre a margem financeira bruta com Clientes e os ativos médios sensíveis à spreads do período. Anualizado; 4. Quociente entre a margem financeira bruta e os ativos rentáveis médios do período. Anualizado; 5. IE = despesas de pessoal (não considera demandas trabalhistas) e administrativas / (margem financeira bruta + receita de serviços e tarifas + outras receitas operacionais + outras despesas operacionais - despesas tributárias); 6. Não considera estagiários e estatutários.

Resultados

Resultados 2025

Lucro Líquido Recorrente e ROE Recorrente

Em 2025, o lucro líquido recorrente totalizou R\$ 1.865 bilhão, crescimento de 8,3% sobre 2024, com o ROE atingindo 15,3%, expansão de 2,3 p.p. sobre o ano anterior. A melhora observada nos resultados em 2025 reflete a evolução de nosso plano estratégico pautada nos 3 pilares: i) fortalecer e sustentar o *core business*; ii) diversificar receitas alavancando nossos principais *capabilities*, e; iii) fortalecimento do banco relacional. Essa agenda busca proporcionar uma operação cada vez mais resiliente, diversificada e rentável, com retornos consistentes para nossos acionistas.

Como instituição de crédito, mantivemos rigor na alocação de capital e disciplina na concessão, com foco em operações com garantia e em perfis de risco mais resilientes. Em um ambiente macroeconômico marcado por juros elevados e maior incerteza fiscal, adotamos postura conservadora, preservando a qualidade dos ativos e a solidez do balanço.

Receitas Totais

O total de receitas (que equivale à soma da margem financeira bruta mais as receitas de serviços e corretagem de seguros) atingiu R\$ 11,9 bilhões em 2025, 0,3% inferior a 2024, quando somou R\$ 12,0 bilhões.

Margem Financeira Bruta

A margem financeira bruta (composta pela soma da margem financeira com clientes e com o mercado) cresceu 0,2% em relação a 2024, para R\$ 9,3 bilhões. A margem financeira com clientes alcançou R\$ 8,4 bilhões em 2025, apresentando estabilidade frente a 2024. O NIM clientes¹ apresentou queda de 0,4 p.p., de 10,0% em 2024, para 9,7% em 2025, com efeito da Res.4966 no período.

A margem financeira com o mercado cresceu 1,9% versus 2024, para R\$ 966 milhões, refletindo a efetividade da nossa gestão de ALM, garantindo a proteção do balanço do banco, e gerando resultados consistentes provenientes de posições estruturais de hedge e da aplicação do patrimônio líquido.

Receitas de Serviços e Corretagem de Seguros

As receitas de serviços e corretagem atingiram R\$ 2,6 bilhões em 2025, representando um recuo de 1,8% frente a 2024. A queda é explicada, principalmente, pela menor originação de financiamento de veículos, refletindo o maior conservadorismo durante o ano, com reflexo nas receitas ligadas à concessão (confecção de cadastro e avaliação de bens), além do impacto nas corretagens de seguros.

Custo de Crédito

O custo de crédito totalizou R\$ 3,7 bilhões em 2025, crescimento de 2,9% em relação a 2024, movimento explicado principalmente pela expansão da carteira. Ao longo do ano, mantivemos rigor na originação e na gestão de risco, o que se refletiu em melhora do custo de crédito relativo, que recuou 0,3 p.p., de 4,2% para 3,9%.

1- Net Interest Margin: Quociente entre Margem Bruta clientes e Ativos Médios sensíveis a spread.

Resultados

Resultados 2025

Despesas de Pessoal e Administrativas

Em 2025, as despesas de pessoal somaram R\$ 1,9 bilhão, aumento de 5,6% frente a 2024. O crescimento decorre, principalmente, do acordo coletivo firmado em setembro/25 e da expansão do quadro em função dos investimentos na força comercial.

As despesas administrativas (ex-depreciação & amortização) totalizaram R\$ 1,4 bilhão em 2025, avanço de 2,6% em relação ao ano anterior — abaixo da inflação no período, reforçando eficiência operacional. A variação está associada a maiores despesas com processamento de dados, essenciais para a transformação digital e competitividade do BV, além do incremento em consultorias registrado na linha “serviços técnicos especializados”.

Carteira de Crédito

A carteira de crédito ampliada cresceu 7,9% em relação a 2024, atingindo R\$ 97,7 bilhões ao final de 2025. O segmento de Varejo registrou expansão de 12,5% fechando o ano em R\$ 69,3 bilhões (representando 71,0% da carteira total), enquanto o portfólio do Atacado reduziu 1,8% no período, para R\$ 28,3 bilhões (29,0% da carteira total).

Varejo

A carteira de varejo apresentou crescimento de 12,5% no ano, com expansão em praticamente todas as linhas. No nosso principal negócio, o financiamento de veículos leves usados, a carteira avançou 11,0% no período, mantendo o BV na liderança do segmento por mais um ano. A carteira de outros veículos (pesados, motos e novos) registrou alta de 35,5%, com destaque para o segmento de pesados, no qual o BV também encerrou o ano como líder. O Empréstimo com Garantia Veicular (EGV) igualmente se destacou, crescendo 30,5% e consolidando a posição de liderança do banco. Por fim, após um período de ajustes, a carteira de cartão de crédito voltou a apresentar trajetória positiva, encerrando o ano com crescimento de 9,8% em relação a 2024.

Atacado

No segmento de atacado, a carteira apresentou retração de 1,8% em relação a 2024. Esse desempenho reflete uma postura mais conservadora na política de crédito, direcionada à preservação da qualidade do balanço e da rentabilidade do portfólio, sem comprometer o atendimento às necessidades dos nossos clientes. Nesse contexto, observou-se maior participação de instrumentos de mercado de capitais na composição dos ativos, em linha com a estratégia de otimização do balanço.

Índice de Basileia

O Índice de Basileia encerrou 2025 em 16,7%, com 15,3% de Capital Nível I, sendo 12,8% de Capital Principal e 2,5% de Capital Complementar. O Capital Nível II encerrou em 1,5%. Com relação a 2024, o Índice de Basileia aumentou +0,7 p.p., com estabilidade no CET1 e elevação de 0,8 p.p. no Capital Complementar devido, principalmente a: (i) geração de lucro no período e (ii) novas emissões de capital complementar; (iii) redução dos ajustes prudenciais, compensado em parte por (iv) declaração de Juros sobre Capital Próprio; (v) implementação das Resoluções 4.966 e 4.952 e (vi) aumento dos ativos ponderados pelo risco. A variação negativa de 0,1 p.p. no Capital Nível II está relacionada, essencialmente, aos vencimentos de dívidas subordinadas que compõem esse nível de capital.

Agradecimentos

Agradecemos aos clientes, parceiros, investidores e acionistas pela confiança e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

Conselho de Administração

Membro	Cargo
Felipe Prince	Presidente
Mauro Ribeiro Neto	Vice-Presidente
João Schmidt	Membro
Francisco Lassalvia	Membro
Jairo Sampaio Saddi	Membro
Tarciana Medeiros	Membro
Odilon Almeida	Membro Independente

Comitê de Auditoria

Membro	Cargo
Rudinei dos Santos	Coordenador
Federico Servideo	Membro
Rodrigo Nogueira	Membro

Conselho Fiscal

Membro	Cargo
Adjarbas Guerra	Presidente
Sérgio Nazaré	Membro
Valter Correa	Membro

Contador

Rodrigo Moraes	CRC SP: 1SP220814/o-6
----------------	-----------------------

Diretoria

Membro	Cargo
Gustavo de Sousa	Diretor Presidente
Alberto Campos	Diretor Executivo
Ana Paula Tarcia	Diretora Executiva
Carlos Bonetti	Diretor Executivo
Marcella Coimbra	Diretora Executiva
Rogério Monori	Diretor Executivo
Ronaldo Helpe	Diretor Executivo
Jamil Ganan	Diretor Executivo
Henrique Seije	Diretor
Alexandre Zimath	Diretor
Marcos Poladian	Diretor
Marcos Garcia	Diretor
Walter Batlouni	Diretor
Daniel Monteiro ¹	Diretor
Elaine Watanabe ¹	Diretora

1 - Diretores de sociedades controladas pelo banco BV.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria do Banco Votorantim S.A.



2º Semestre de 2025

I. INTRODUÇÃO

Este relatório refere-se ao segundo semestre de 2025 e contempla os eventos considerados relevantes aos propósitos do Comitê de Auditoria do Banco Votorantim S.A. ("Banco ou BV") ocorridos até a presente data.

O Comitê de Auditoria ("Comitê de Auditoria" ou "COAUD") é um órgão estatutário, disciplinado pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.910/2021, Resolução BCB nº 130/21, pelo Estatuto Social do Banco e por seu Regimento Interno.

No segundo semestre de 2025, o Comitê de Auditoria atuou com três membros, sendo um indicado pelo acionista Banco do Brasil S.A. (Rodrigo Santos Nogueira), um indicado pela acionista Votorantim Finanças S.A. (Federico Antonio Servideo) e um indicado de comum acordo entre os acionistas (Rudinei dos Santos).

O Banco optou, conforme faculta o artigo 9º, parágrafo 4º, I da Resolução CMN nº 4.910/2021, pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco e sociedades controladas (Banco BV S.A., BV Corretora de Seguros S.A., BV Empreendimentos e Participações S.A., BVIA Negócios e Participações S.A., Acessopar Investimentos e Participações S.A., Acesso Soluções de Pagamentos S.A. – Instituição de Pagamento e Meu Financiamento Solar Ltda. em conjunto denominados "Conglomerado"). Portanto, as atividades aqui relatadas, as recomendações feitas e as opiniões emitidas pelo Comitê de Auditoria abrangem o escopo do Conglomerado.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria do Banco Votorantim S.A.



2º Semestre de 2025

As conclusões do Comitê de Auditoria, constantes deste relatório, considerando suas atribuições e as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, basearam-se nas atividades desenvolvidas pelo órgão no período, bem como nos trabalhos realizados por órgãos externos de fiscalização e controle, Auditorias Interna e Independente e outras unidades do Banco, especialmente as que constituem as camadas de controle.

Em conformidade com o Estatuto Social do Banco e seu Regimento Interno, o Comitê de Auditoria tem como atribuições principais, além de outras previstas na legislação ou designadas pelo Conselho de Administração, avaliar a efetividade do sistema de controles internos, revisar as demonstrações contábeis previamente à sua publicação, avaliar a efetividade das auditorias interna e independente, exercer suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas pelo Banco que aderiram ao Comitê de Auditoria único.

As administrações do Banco e de suas sociedades controladas são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna tem como missão prover os acionistas, o Conselho de Administração e a Diretoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade do gerenciamento dos riscos, a adequação dos controles e cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Conglomerado.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") é a empresa responsável pela prestação dos serviços de auditoria das demonstrações contábeis, a quem cabe opinar sobre a sua adequação em relação à posição

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria do Banco Votorantim S.A.



2º Semestre de 2025

financeira e patrimonial, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

II. ATIVIDADES EXERCIDAS NO PERÍODO

No intuito de cumprir suas atribuições e em atendimento ao previsto em seu Plano Anual de Trabalho, aprovado pelo Conselho de Administração em 09/12/2024, o Comitê de Auditoria realizou 44 encontros com as áreas, reuniões com o Banco Central do Brasil, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Riscos e de Capital, Comitê Executivo, Diretor Presidente, representantes da alta direção, auditorias interna e independente e com os principais responsáveis pelas áreas de negócios e controles.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados a controles internos, segurança da informação, operações, compliance, risco operacional, ouvidoria, segurança corporativa, produtos varejo, tecnologia e dados, negócios de plataforma, inteligência artificial, novos negócios, prevenção a lavagem de dinheiro, risco contábil, risco de modelo, pontos de auditoria em aberto e recomendações de auditoria interna e independente e órgãos externos de fiscalização.

Nas reuniões com a Auditoria Interna, acompanhou os trabalhos desenvolvidos no período, as principais constatações, recomendações, recebeu cópia dos relatórios dos trabalhos realizados e examinou seus resultados.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria do Banco Votorantim S.A.



2º Semestre de 2025

Com a Auditoria Independente, acompanhou e verificou os trabalhos do período, em especial, a revisão das demonstrações financeiras referentes ao segundo semestre de 2025.

Examinou as demonstrações financeiras referentes ao Consolidado Societário, bem como individual do Banco, os principais ativos, passivos, patrimônio líquido, resultado e notas explicativas no padrão BRGAAP, as demonstrações financeiras semestrais consolidadas em IFRS, as práticas contábeis adotadas e conheceu o teor do relatório dos auditores independentes. Examinou, ainda, os Estudos Técnicos de consumo de Crédito Tributário referentes ao segundo semestre de 2025.

Nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos.

III. CONCLUSÕES

Com base nas atividades desenvolvidas no período, e considerando as atribuições do Comitê de Auditoria, bem como as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê concluiu que:

a) O Sistema de Controles Internos do Conglomerado, embora tenham sido identificadas fragilidades pontuais ao longo do período, não teve sua efetividade comprometida, mantendo-se robusto e adequado à mitigação dos principais riscos, considerando o porte, a complexidade das operações do Banco e o seu apetite a riscos. No semestre, evidenciaram-se oportunidades relevantes de evolução, com vistas ao contínuo aprimoramento da eficiência e da maturidade do sistema como um todo.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria do Banco Votorantim S.A.



2º Semestre de 2025

- b) A Auditoria Interna desempenhou suas atividades de maneira efetiva e independente, em conformidade com as práticas recomendadas pelo IIA (*Institute of Internal Auditors*) e outras fontes de referência reconhecidas;
- c) A Auditoria Independente atuou com efetividade e alocou profissionais em número e qualificação adequados ao exame das demonstrações financeiras do período; e
- d) As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco em BRGAAP e as Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas adotadas no país e refletem, nos aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira das sociedades mencionadas naquele período.

São Paulo-SP, 09 de fevereiro de 2026.


Rudinei Dos Santos
#4532
RUDINEI DOS SANTOS
Data: 2/9/2026 3:30:57 PM +00:00

Rudinei dos Santos

Coordenador


Rodrigo Santos Nogueira
#13958
RODRIGO SANTOS NOGUEIRA
Data: 2/10/2026 1:14:25 AM +00:00

Rodrigo Santos Nogueira

Membro


FEDERICO ANTONIO SERVIDEO
#43343
FEDERICO ANTONIO SERVIDEO
Data: 2/9/2026 1:17:28 PM +00:00

Federico Antonio Servideo

Membro



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Votorantim S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Votorantim S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido para o semestre e exercício findos nessa data e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Banco e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido para o semestre e exercício findos nessa data e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas

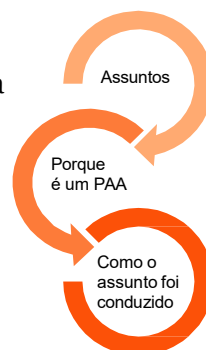


Banco Votorantim S.A.

demonstrações contábeis do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Mensuração de instrumentos financeiros e provisão para perda esperada em conformidade com a Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil, (Notas 5 (d), (e), (f), 13 (a), (b), (e), 14, 15 (h), (i), (j))</p> <p>A partir de 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil, em substituição à Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que estabelece novos requerimentos de classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, bem como para constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e instrumentos financeiros.</p> <p>Os instrumentos financeiros classificados nas categorias de valor justo incluem determinadas operações com pouca liquidez e sem mercado ativo, substancialmente compostos por aplicações em títulos de dívida emitidos por empresas e por contratos de derivativos. A mensuração do valor justo desses instrumentos, quando classificadas como níveis 2 e 3, depende de técnicas de avaliação baseadas em modelos internos e que envolvem premissas da administração para sua valorização.</p> <p>A mensuração do valor da provisão para perda esperada envolve julgamento da administração</p>	<p>Atualizamos o entendimento do processo de mensuração dos instrumentos financeiros ao valor justo e da provisão para perda esperada em conformidade com a Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional e Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil.</p> <p>Em relação aos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, classificados como níveis 2 e 3, que incluem determinadas operações com pouca liquidez e sem mercado ativo destacamos a aplicação dos seguintes procedimentos de auditoria: (i) análise das políticas contábeis da administração em comparação com os requerimentos da Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional e da Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil; (ii) com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, obtivemos o entendimento sobre a metodologia de valorização desses instrumentos financeiros e as premissas mais significativas adotadas pela administração, bem como, quando aplicável, a realização de comparação com metodologias e premissas de mercado. Efetuamos recálculos</p>



Banco Votorantim S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>em sua determinação, mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo informações prospectivas e critérios para determinar aumentos ou reduções significativas de risco de crédito.</p> <p>Consideramos como áreas de foco em nossa auditoria pela relevância dos referidos instrumentos financeiros e da provisão para perda esperada, o elevado grau de julgamento, o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas, os quais poderiam produzir estimativas de valor justo e de provisão para perda esperada significativamente diferentes.</p>	<p>independentes, em base amostral, da valorização de determinadas operações.</p> <p>Em relação à metodologia para mensuração da provisão para perdas, aplicamos determinados procedimentos de auditoria, substancialmente relacionados a: (i) análise das políticas contábeis da administração em comparação com a Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional e Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil; (ii) testes dos modelos, incluindo o seu processo de aprovação e de validação de premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas. Adicionalmente, realizamos testes, em base amostral, sobre as garantias, renegociações de crédito, avaliação de risco da contraparte realizada pela Administração, atrasos e outros aspectos que possam resultar em aumento ou redução significativa de risco de crédito, bem como a alocação das operações nos seus respectivos estágios; (iii) teste de aderência de novas operações para os modelos e, quando disponíveis, comparação dos dados e premissas utilizadas com dados de mercado; e (iv) análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações contábeis.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e da mensuração dos instrumentos financeiros classificados nas categorias de valor justo, que incluem determinadas operações com pouca liquidez e sem mercado ativo, são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>

Ativos fiscais diferidos - crédito tributário (Notas 5 (i), 28 (a.2))

Os ativos fiscais diferidos compostos pelos créditos tributários, tem como base as diferenças temporárias, prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social e seu registro nas demonstrações contábeis está suportado pelo estudo de realização de lucros tributários futuros.

Atualizamos o entendimento dos processos estabelecidos pela administração para a determinação das premissas utilizadas na elaboração do estudo de realização do crédito tributário, bem como seu registro e divulgações nas demonstrações contábeis.

Comparamos as premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados futuros com



Banco Votorantim S.A.

Porque é um PAA

O referido estudo tem por base projeções advindas do planejamento estratégico, que considera premissas de planos de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico, desempenho histórico, dentre outros, que são aprovados pelos órgãos de governança competentes.

A projeção dos lucros tributários futuros contém diversas premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela administração. Dessa forma, mantivemos essa área como foco de nossa auditoria, pois os valores envolvidos são relevantes e a utilização de diferentes premissas na projeção dos lucros tributários, poderia modificar significativamente os valores e os prazos previstos para realização dos créditos tributários

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

informações de projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, e com os dados dos orçamentos aprovados pelos órgãos de governança competentes.

Com o auxílio de nossos especialistas na área tributária, realizamos testes sobre a natureza e os montantes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, passíveis de serem deduzidos das bases de tributos futuros.

As premissas adotadas pela administração na apuração e registro dos créditos tributários são consistentemente aplicadas e estão alinhadas com as informações aprovadas pelos órgãos de governança competentes.

Provisões de passivos contingentes (Notas 5 (j) e 31))

O Banco constitui provisões para passivos decorrentes, principalmente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A administração com base no seu julgamento e por meio da opinião dos seus assessores jurídicos, estima as provisões de passivos contingentes de perda provável. Para os processos judiciais de natureza trabalhista, a apuração da provisão é realizada por meio de avaliações jurídicas e modelos estatísticos, para processos judiciais de natureza fiscal a provisão é estimada através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado) e para as causas cíveis consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor individual não seja considerado relevante, a apuração da provisão é realizada por meio de modelo estatístico com

Atualizamos o entendimento dos principais controles para avaliação, classificação, monitoramento, mensuração, registro e divulgação das provisões e dos passivos contingentes.

Realizamos, em base amostral, procedimentos de confirmação com os assessores jurídicos externos responsáveis pelos processos e confrontamos com os controles analíticos da administração.

Para as ações cíveis e trabalhistas de mesma natureza, confrontamos, em base amostral, os valores pagos de casos encerrados com os valores provisionados. Em nossos testes da avaliação do risco dos processos judiciais de natureza tributária, em base amostral, analisamos de maneira individualizada e contamos com o apoio de nossos especialistas tributários.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação e constituição da provisão para processos judiciais e administrativos divulgados nas demonstrações contábeis são consistentes



Banco Votorantim S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>base na perda observada no histórico de ações encerradas de mesmas características (método massificado).</p> <p>Devido a relevância dos valores, as incertezas e julgamentos envolvidos, como descrito acima, para a determinação e constituição da provisão e divulgações requeridas de passivos contingentes, consideramos esta como área de foco de auditoria.</p>	<p>com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>
<p>Ambiente de tecnologia da informação (Nota 32 (d))</p> <p>O Banco tem um ambiente de negócios altamente dependente de tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado volume de transações. A tecnologia da informação representa aspecto fundamental na evolução dos negócios do Banco.</p> <p>Os riscos que envolvem a tecnologia da informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, podem eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, incluindo aquelas utilizadas na preparação das demonstrações contábeis, bem como ocasionar riscos relacionados à segurança da informação.</p> <p>Desta forma, esta foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos a avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis.</p> <p>Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes sobre os principais controles, bem como a execução de testes relacionados com a segurança da informação, incluindo gestão de acesso, segregação de função e monitoramento da capacidade de operação da infraestrutura de tecnologia.</p> <p>Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Banco Votorantim S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.




Banco Votorantim S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

São Paulo, 10 de fevereiro de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by

Signed by: PAULO RODRIGO PECHT/1515590204
CPF: 2515590204
Signing Time: 10 de fevereiro de 2026 14:00:58T
O: CFC Brasil, CUI: Secretário da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
E: paulo.rodrico.pecht@basil.com.br
Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7



BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Banco 31.12.2025	Consolidado 31.12.2025
Caixa e equivalentes de caixa	9	718.836	742.154
Ativos financeiros		121.026.206	123.826.569
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		20.441.359	20.664.749
Títulos e valores mobiliários	13a	16.890.433	17.113.813
Instrumentos financeiros derivativos	14a	3.540.848	3.540.848
Operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito	15a	10.078	10.078
Outros ativos financeiros	16	-	10
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		7.902.625	8.139.255
Títulos e valores mobiliários	13a	7.902.625	8.139.255
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		92.682.222	95.022.565
Depósitos no Banco Central do Brasil	11a	2.311.372	2.743.828
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10	5.301.711	346.054
Títulos e valores mobiliários	13a	8.352.098	8.352.098
Operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito	15a	70.599.120	77.805.695
Ativos financeiros com acordo de revenda	12	5.407.802	5.312.740
Outros ativos financeiros	16	710.119	462.150
Ativos não financeiros mantidos para venda	17	164.046	213.331
Ativos fiscais	28a	7.854.593	10.829.353
Participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	19a	3.442.080	4.082
Ativos imobilizados	20	116.641	120.230
Ativos intangíveis e ágio	21	1.067.416	1.692.493
Outros ativos	18	655.815	883.902
TOTAL DO ATIVO		135.045.633	138.312.114
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		5.435.003	5.435.003
Instrumentos financeiros derivativos	14a	4.039.547	4.039.547
Outros passivos financeiros	22	1.395.456	1.395.456
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		114.543.498	117.045.603
Passivos financeiros com acordo de recompra	23a	22.089.085	19.001.163
Depósitos	23b	24.473.201	26.392.549
Obrigações por empréstimos e por repasses	23c	4.403.665	4.403.665
Títulos emitidos	23d	51.940.893	51.940.893
Passivos subordinados	23e	4.149.996	4.149.996
Passivos financeiros associados a ativos financeiros transferidos	15i.1	7.371.597	7.371.597
Outros passivos financeiros	23f	115.061	3.785.740
Provisão para perda esperada	15h	140.110	391.063
Passivos fiscais	28b	227.569	388.468
Provisões para contingências	31	483.919	508.704
Outros passivos	24	1.553.471	1.851.080
Patrimônio líquido		12.662.063	12.692.193
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		12.662.063	12.682.515
Capital Social	27a	8.480.372	8.480.372
Reserva de Capital	27b.1	372.120	372.120
Reservas de lucros		3.940.580	3.739.405
Outros resultados abrangentes		(131.009)	90.618
Participações de não controladores		-	9.678
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		135.045.633	138.312.114

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Banco		Consolidado	
		2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		11.096.565	21.881.739	11.560.716	22.877.296
Operações de crédito e outros títulos	15b	6.898.960	13.916.650	7.670.870	15.431.029
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	13c	3.179.639	5.944.776	2.868.601	5.420.069
Resultado das aplicações compulsórias	11b	145.141	288.274	148.420	294.159
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	15i.3	872.825	1.732.039	872.825	1.732.039
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(7.891.253)	(15.045.516)	(7.812.365)	(14.932.602)
Operações com acordo de recompra	23a.1	(7.513.032)	(13.008.378)	(7.434.597)	(12.896.821)
Operações de empréstimos e repasses	23c.3	(135.136)	390.779	(135.136)	390.779
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	14g	396.127	(1.214.364)	396.580	(1.213.007)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	15i.3	(639.212)	(1.213.553)	(639.212)	(1.213.553)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.205.312	6.836.223	3.748.351	7.944.694
RESULTADO DE PROVISÃO PARA PERDAS		(583.465)	(1.504.481)	(1.081.279)	(2.300.114)
(Provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	15d	(643.328)	(1.592.328)	(1.149.111)	(2.411.224)
Outras (provisões) / reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	15d	52.000	67.656	59.969	90.919
(Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários	13d	7.863	20.191	7.863	20.191
RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(1.643.518)	(2.993.656)	(1.608.528)	(3.047.981)
Receitas de prestação de serviços	25a	185.426	334.474	917.110	1.648.652
Rendas de tarifas bancárias	25b	472.349	854.881	538.665	980.998
Despesas de pessoal	25c	(776.493)	(1.488.082)	(958.015)	(1.819.166)
Outras despesas administrativas	25d	(971.887)	(1.713.791)	(1.181.210)	(2.129.657)
Despesas tributárias	28c	(72.763)	(356.115)	(190.959)	(576.476)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	19a	93.854	291.358	(62.940)	(93.577)
(Constituição) / reversão de provisão para passivos contingentes	31a.4	(23.004)	7.772	(25.228)	(297)
Outras receitas operacionais	25e	184.158	248.136	204.392	343.977
Outras despesas operacionais	25f	(735.158)	(1.172.289)	(850.343)	(1.402.435)
RESULTADO OPERACIONAL		978.329	2.338.086	1.058.544	2.596.599
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	26	9.557	(21.853)	22.786	(36.667)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		987.886	2.316.233	1.081.330	2.559.932
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	28d.1	44.477	(235.023)	24.665	(367.544)
PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS E RESULTADOS		(132.778)	(235.337)	(155.852)	(274.786)
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES		-	-	(30.381)	(66.236)
LUCRO LÍQUIDO		899.585	1.845.873	919.762	1.851.366
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS		899.585	1.845.873	950.143	1.917.602
Controladores		899.585	1.845.873	919.762	1.851.366
Não controladores		-	-	30.381	66.236
RESULTADO POR AÇÃO					
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R\$		264,96	543,67	270,90	545,29
Quantidade média ponderada de ações (lote de mil) - Banco Votorantim S.A.		3.395.210	3.395.210	3.395.210	3.395.210

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Lucro Líquido do período	899.585	1.845.873	919.762	1.851.366
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores	-	-	30.381	66.236
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e não controladores	899.585	1.845.873	950.143	1.917.602
Outros resultados abrangentes que são ou serão reclassificados subsequentemente para o resultado:				
Variação no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	15.345	207.375	(89.645)	102.355
Ajuste ao valor justo contra o Patrimônio Líquido	35.739	381.477	35.754	381.477
Ajuste ao valor justo transferido para o resultado ⁽¹⁾	(7.839)	(4.432)	(7.870)	(4.464)
Efeito fiscal	(12.555)	(169.670)	(117.529)	(274.658)
Hedge de fluxo de caixa	(7.303)	(71.700)	(7.303)	(71.700)
Ajuste ao valor justo contra o Patrimônio Líquido	(12.994)	(130.684)	(12.994)	(130.684)
Ajuste ao valor justo transferido para o resultado	(284)	321	(284)	321
Efeito fiscal	5.975	58.663	5.975	58.663
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:				
Outros	434	1.763	434	1.763
Ajuste ao valor justo contra o Patrimônio Líquido	790	3.206	790	3.206
Efeito fiscal	(356)	(1.443)	(356)	(1.443)
Total de outros resultados abrangentes no período	8.476	137.438	(96.514)	32.418
Resultado abrangente	908.061	1.983.311	853.629	1.950.020
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	908.061	1.983.311	823.248	1.883.784
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	-	-	30.381	66.236

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas.

⁽¹⁾ Contempla o ajuste por resultado não realizado decorrente de transações entre ligadas.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Banco Eventos	Nota	Capital Social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados ⁽¹⁾	Total
		Capital realizado		Reserva Legal	Outras reservas			
Saldos em 30.06.2025		8.480.372	372.120	608.295	4.712.120	(139.485)	(1.385.918)	12.647.504
Ajustes ao valor justo, líquidos de impostos		-	-	-	-	8.476	(48.502)	(40.026)
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	-	899.585	899.585
Deliberações:								
Reserva Legal	27b	-	-	45.889	-	-	(45.889)	-
Juros sobre capital próprio	27c	-	-	-	-	-	(565.000)	(565.000)
Dividendos	27b	-	-	-	(160.000)	-	(120.000)	(280.000)
Reserva estatutária para expansão	27c	-	-	-	(1.265.724)	-	1.265.724	-
Saldos em 31.12.2025		8.480.372	372.120	654.184	3.286.396	(131.009)	-	12.662.063
Mutações do período		-	-	45.889	(1.425.724)	8.476	1.385.918	14.559
Saldos em 31.12.2024		8.480.372	372.120	560.981	4.712.120	(387.746)	-	13.737.847
Ajustes de adoção inicial das Resoluções 4.966/2021 e 4.975/2021	6	-	-	-	-	119.299	(1.919.892)	(1.800.593)
Saldos em 01.01.2025		8.480.372	372.120	560.981	4.712.120	(268.447)	(1.919.892)	11.937.254
Ajustes ao valor justo, líquidos de impostos		-	-	-	-	137.438	(48.502)	88.936
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	-	1.845.873	1.845.873
Deliberações:								
Reserva Legal	27b	-	-	93.203	-	-	(93.203)	-
Juros sobre capital próprio	27c	-	-	-	-	-	(830.000)	(830.000)
Dividendos	27c	-	-	-	(160.000)	-	(220.000)	(380.000)
Reserva estatutária para expansão		-	-	-	(1.265.724)	-	1.265.724	-
Saldos em 31.12.2025		8.480.372	372.120	654.184	3.286.396	(131.009)	-	12.662.063
Mutações do período		-	-	93.203	(1.425.724)	137.438	1.919.892	724.809

⁽¹⁾ O saldo de prejuízos acumulados apurado na transição foi integralmente compensado pela Reserva Estatutária para Expansão, após as destinações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Consolidado Eventos	Nota	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados ⁽¹⁾	Participações de não controladores	Total
		Capital realizado		Reserva Legal	Outras Reservas				
Saldos em 30.06.2025		8.480.372	372.120	608.295	4.505.452	187.131	(1.400.602)	647.379	13.400.147
Ajustes ao valor justo, líquidos de impostos		-	-	-	-	(96.514)	(48.502)	-	(145.016)
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	(668.082)	(668.082)
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	-	919.762	30.381	950.143
Deliberações:									
Reserva Legal	27b	-	-	45.889	-	-	(45.889)	-	-
Juros sobre capital próprio	27c	-	-	-	-	-	(565.000)	-	(565.000)
Dividendos	27c	-	-	-	(160.000)	-	(120.000)	-	(280.000)
Reserva estatutária para expansão	27b	-	-	-	(1.260.231)	-	1.260.231	-	-
Saldos em 31.12.2025		8.480.372	372.120	654.184	3.085.221	90.617	-	9.678	12.692.193
Mutações do período		-	-	45.889	(1.420.231)	(96.514)	1.400.602	(637.701)	(707.955)
Saldos em 31.12.2024		8.480.372	372.120	560.981	4.505.452	(61.099)	-	612.435	14.470.261
Ajustes de adoção inicial das Resoluções 4.966/2021 e 4.975/2021	6	-	-	-	-	119.299	(1.919.892)	-	(1.800.593)
Saldos em 01.01.2025		8.480.372	372.120	560.981	4.505.452	58.200	(1.919.892)	612.435	12.669.668
Ajustes ao valor justo, líquidos de impostos		-	-	-	-	32.418	(48.502)	-	(16.084)
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	(668.993)	(668.993)
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	-	1.851.366	66.236	1.917.602
Deliberações:									
Reserva Legal	27b	-	-	93.203	-	-	(93.203)	-	-
Juros sobre capital próprio	27c	-	-	-	-	-	(830.000)	-	(830.000)
Dividendos	27c	-	-	-	(160.000)	-	(220.000)	-	(380.000)
Reserva estatutária para expansão	27c	-	-	-	(1.260.231)	-	1.260.231	-	-
Saldos em 31.12.2025		8.480.372	372.120	654.184	3.085.221	90.618	-	9.678	12.692.193
Mutações do período		-	-	93.203	(1.420.231)	32.418	1.919.892	(602.757)	22.525

⁽¹⁾ O saldo de prejuízos acumulados apurado na transição foi integralmente compensado pela Reserva Estatutária para Expansão, após as destinações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O resultado por ação está divulgado na Demonstração do Resultado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Banco Exercício/ 2025	Consolidado Exercício/ 2025
Fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos e participações		2.316.233	2.559.932
Ajustes ao lucro antes dos tributos e participações		2.651.055	4.148.193
Provisão para perdas associadas a carteira de crédito	15d	2.104.207	3.106.348
(Reversão de provisão) para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários	13d	(20.191)	(20.191)
Outras provisões / (reversões de provisões) associadas ao risco de crédito	15d	(67.656)	(90.919)
Depreciações e amortizações	25d	356.433	478.303
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	19a	(291.358)	93.577
Constituição / (reversão de despesas) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	31a.4	(7.772)	297
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		15.038	15.038
Juros apropriados e não pagos de passivos subordinados	33c	615.553	615.553
Juros apropriados de títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado		(64.410)	(64.410)
(Receitas) de atualização de depósitos em garantia	25e	(25.039)	(27.705)
Baixa de ativos intangíveis	26	39.637	84.779
Outros resultados operacionais		(3.387)	(42.477)
Variações patrimoniais		(2.785.218)	(4.768.895)
(Aumento) em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (TVM e instrumentos financeiros derivativos)		(3.351.351)	(4.143.487)
(Aumento) / redução em ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (aplicações em depósitos interfinanceiros)		(4.226.140)	106.198
(Aumento) em ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito)		(2.679.836)	(7.175.946)
Redução em ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (ativos financeiros com acordo de revenda)		7.731.589	7.855.927
Redução em ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (depósitos no Banco Central do Brasil)		989.785	831.593
(Aumento) em ativos não financeiros mantidos para venda		(24.977)	(23.803)
(Aumento) / redução em ativos fiscais		368.093	(135.307)
Redução em outros ativos		1.274.599	595.560
(Redução) de passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		(15.495.742)	(15.137.745)
Aumento de passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		12.860.601	12.753.714
Aumento / (redução) de provisão para perda esperada		124.261	100.999
Aumento / (redução) de passivos fiscais		37.278	(15.021)
(Redução) em outros passivos		(393.378)	(381.577)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(148.090)	(347.303)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		2.033.980	1.591.927
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento			
(Aumento) de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (TVM)		(2.101.429)	(1.750.785)
(Aumento) de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (TVM)		(3.436.528)	(3.450.687)
(Aquisição) de ativos imobilizados	20	(21.231)	(25.024)
(Aquisição) de ativos intangíveis	21b	(387.963)	(637.769)
Redução de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (TVM)		3.550.834	3.923.584
Redução de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (TVM)		1.352.963	1.352.963
Redução de investimentos em participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto		20.806	-
Alienação de ativos não financeiros mantidos para venda		28.429	29.251
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de investimento		(994.119)	(558.467)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento			
Dividendos / juros sobre o capital próprio pagos ^{(1) (2)}	27c	(1.140.750)	(1.140.750)
Liquidação de passivos subordinados	33c	(154.003)	(154.003)
Captação de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	33c	500.100	500.100
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento		(794.653)	(794.653)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		245.208	238.807
Início do período		488.666	518.385
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(15.038)	(15.038)
Fim do período	9	718.836	742.154
Aumento / (redução) no caixa e equivalentes de caixa		245.208	238.807

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas.

⁽¹⁾ Para os juros sobre capital próprio, refere-se aos valores líquidos de impostos.

⁽²⁾ No período findo em 31 de dezembro de 2025, foi pago o montante de R\$ 127.500 referente as deliberações do exercício de 2024.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais Consolidadas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Votorantim S.A. (banco BV ou Banco) é uma companhia de capital fechado controlada em conjunto pelo Banco do Brasil S.A. (BB) e pela Votorantim Finanças S.A. (VFIN). A matriz do Banco está localizada na Av. das Nações Unidas, nº 14.171, na cidade de São Paulo – SP, Brasil.

O Banco opera na forma de banco múltiplo, desenvolvendo atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comerciais e de investimento, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, instituição de pagamento, administração de cartões de crédito, corretagem de seguros e arrendamento mercantil. O Banco também opera na criação e distribuição de produtos, junto com outras entidades do conglomerado, incluindo o Banco BV S.A., o nosso banco digital.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro.

Estas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de fevereiro de 2026.

2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Banco não realiza compensações de ativos ou passivos, nem de receitas ou despesas, a menos que haja um direito legal de compensação e intenção de liquidar os valores de forma líquida ou simultânea.

Todas as informações relevantes estão evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do Banco Votorantim S.A.

Conforme permitido pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o banco BV não apresentou os saldos comparativos aos períodos anteriores. Ainda, o Banco exerceu a faculdade de manter a divulgação de suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Bacen, até o exercício de 2027.

3. CONSOLIDAÇÃO

A avaliação do controle considera se o banco BV está exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis e tem a capacidade de afetar estes retornos através de seu poder sobre a entidade de forma contínua.

As participações societárias, nas quais o banco BV detém controle direto ou indireto, são consolidadas, com exceção dos fundos de investimentos classificados como capital de risco, que são mensurados ao valor justo.

Os saldos e transações intragrupo, assim como quaisquer receitas ou despesas não realizadas nas transações entre o Banco e suas subsidiárias, são eliminados na preparação das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas. Os ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial também são eliminados na proporção da participação.

Os investimentos realizados com influência significativa, em que há poder de participação sobre políticas financeiras e operacionais, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base no valor do Patrimônio Líquido da investida.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas compreendem as transações do Banco Votorantim S.A. (controladora) e das seguintes investidas controladas:

	Atividade	% de Participação
		31.12.2025
Instituições financeiras – País		
Banco BV S.A.	Banco múltiplo	100,00%
Instituições do mercado segurador		
BV Corretora de Seguros S.A. (BV Corretora)	Corretora	100,00%
Instituições não financeiras		
BVIA Negócios e Participações S.A. (BVIA)	Serviços especializados	100,00%
BV Empreendimentos e Participações S.A. (BVEP)	Holding	100,00%
Atenas SP 02 - Empreendimento Imobiliário (Atenas) ⁽¹⁾	SPE	100,00%
Fundos de investimentos consolidados ⁽³⁾		
Votorantim Expertise Multimercado Fundo de Investimento	Fundo	100,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios TM II	Fundo	100,00%
Tivio Securities Fundo de Investimento Imobiliário (antigo Votorantim Securities Master FII)	Fundo	88,40%
Sapere Fundo de Investimento Financeiro ⁽²⁾	Fundo	100,00%
Controladas do Banco BV S.A. ⁽³⁾		
Acesso Soluções de Pagamento S.A. - Instituição de Pagamentos (Bankly)	Instituição de Pagamento	100,00%
Acessopar Investimentos e Participações S.A. (Acessopar)	Holding	100,00%
Meu Financiamento Solar Ltda. (MFS)	Serviços especializados	100,00%
Controladas da BVIA		
Marquês de Monte Santo Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	SPE	100,00%
Parque Valença Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	SPE	100,00%
Controladas da BVEP		
IRE República Empreendimento Imobiliário S.A. ⁽¹⁾	SPE	100,00%
Senador Dantas Empreendimento Imobiliário SPE S.A. ⁽¹⁾	SPE	100,00%
Henri Dunant Empreendimento Imobiliário S.A. ⁽¹⁾	SPE	100,00%
Arena XI Incorporações SPE Ltda. ⁽¹⁾	SPE	100,00%
D'oro XVIII Incorporações Ltda. ⁽¹⁾	SPE	100,00%
BVEP Vila Parque Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. ⁽¹⁾	SPE	100,00%
Controladas da Atenas		
Atenas Sp 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda. – Lote 1 ⁽¹⁾	SPE	100,00%
Atenas Sp 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda. – Lote 3 ⁽¹⁾	SPE	100,00%

⁽¹⁾ Para efeito de consolidação, contempla defasagem de até 2 meses no respectivo balancete.

⁽²⁾ Fundo de investimento constituído em julho de 2025.

⁽³⁾ O FIDC BV e Fundo Patrimonial foram liquidados em outubro de 2025.

A consolidação desses investimentos é reavaliada caso determinados fatos e circunstâncias indiquem que há uma mudança em um ou mais elementos que configuram o controle.

O conglomerado investe em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) através de suas controladas BV Empreendimentos e Participações S.A. (BVEP), BVIA Negócios e Participações S.A. (BVIA) e Atenas SP 02 - Empreendimento Imobiliário (Atenas), visando, principalmente, o investimento em empreendimentos do ramo imobiliário.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

4. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES

Principais normas e interpretações que entraram em vigor em 2025

- **Resolução CMN nº 4.966/2021** – Estabelece procedimentos contábeis a serem observados na classificação, reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros pelas instituições financeiras. Os impactos decorrentes da adoção estão demonstrados nos saldos de 2025 e na nota explicativa [6](#).
- **Resolução CMN nº 4.975/2021** – Aprova a adoção do CPC 06 (R2) que trata sobre o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras, tanto como arrendadora quanto arrendatária. Os impactos decorrentes da adoção estão demonstrados nos saldos de 2025 e na nota explicativa [6](#).
- **Resolução CMN nº 5.199/2024** – Alterou a Resolução CMN nº 4.955/2021 ao instituir cronograma de transição para a incorporação dos impactos no capital regulatório, em linha com as recomendações do Comitê de Basileia. Estabelece adição ao capital principal do valor absoluto do ajuste negativo registrado no Patrimônio Líquido decorrente da aplicação do novo modelo de provisionamento de perdas associadas ao risco de crédito.

Principais normas e interpretações que entrarão em vigor em períodos futuros

- **Resoluções CMN nº 5.100/2023 e 5.146/2024** – Alteram dispositivos da Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelecendo novos critérios para contratos renegociados e a vigência para os requisitos aplicáveis à contabilidade de *hedge* para 1º de janeiro de 2027.
- **Resolução CMN nº 5.185/2024** – Altera a Resolução nº 4.818/2020 que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A norma traz a obrigatoriedade de elaborar e divulgar como parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas IFRS, o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, adotando os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS):
 - Pronunciamento Técnico CBPS 01, que traz requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade; e
 - Pronunciamento Técnico CBPS 02, que traz exigências específicas para a divulgação de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas que sejam relevantes aos principais usuários dos relatórios financeiros.

A obrigatoriedade de elaborar e divulgar o relatório para instituições financeiras líderes de conglomerado prudencial enquadrado nos segmentos S1 e S2, conforme determinação do Banco Central do Brasil, tem vigência a partir do exercício de 2026.

Em relação a obrigatoriedade, o banco BV estará apto para a divulgação até o final do exercício de 2026 com divulgação em 2027, juntamente com as Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS.

- **Resolução CMN nº 5.252/2025** – com início de vigência em 1º de janeiro de 2027, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis na mensuração, reconhecimento, baixa e evidenciação contábil dos ativos e passivos de sustentabilidade.

5. POLÍTICAS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS MATERIAIS

As políticas contábeis adotadas pelo banco BV são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas e de maneira uniforme em todas as entidades do conglomerado.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do conglomerado. Nestas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, a moeda de apresentação também é o Real.

As Demonstrações Contábeis de entidades domiciliadas no exterior (nenhuma das quais tem a moeda de uma economia hiperinflacionária) são convertidas para a moeda de apresentação pela taxa de câmbio vigente no final do período. Os ativos e passivos do conglomerado denominados em moeda estrangeira, a maior parte dos quais de natureza monetária, são convertidos à



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças de conversão são reconhecidas na Demonstração do Resultado Consolidado do período em que surgirem.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e baixo risco de mudança de valor, com vencimentos de até 90 dias a partir da data da aplicação.

d) Instrumentos financeiros

I - Reconhecimento inicial

Ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos, são reconhecidos pelo valor justo na data da negociação.

II - Modelo de Negócio e SPPI Test

Para um ativo financeiro, a categoria é atribuída conforme o Modelo de Negócio do banco BV, condicionado ao resultado do *SPPI Test*:

Modelo de Negócio - Reflete como um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros são gerenciados para se alcançar um objetivo de negócio. A classificação dos modelos de negócios dos ativos financeiros do Banco e suas subsidiárias é feita conforme cada produto ou carteira de produtos é gerenciado, sendo resumidamente apresentados como:

- **Custo amortizado:** Modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- **Valor justo por meio do resultado:** Outros modelos de negócio, atribuídos aos ativos que não estejam enquadrados em nenhum dos modelos descritos anteriormente ou que tenham sido designados a valor justo no resultado.

SPPI Test (Solely Payments of Principal and Interest) – Visa evidenciar se os fluxos de caixa das operações são exclusivamente formados por pagamento de principal e juros, baseado na análise de performance e nos termos do ativo financeiro.

A classificação contábil segue o modelo de negócio atribuído, exceto quando os fluxos de caixa contratuais não se constituem exclusivamente em pagamento de principal e juros. Os ativos financeiros que não passam no teste de *SPPI* devem ser mensurados a valor justo por meio do resultado. Existe ainda a opção de designar instrumentos patrimoniais de outra entidade para serem classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) de modo irrevogável.

III - Mensuração subsequente

Todos os instrumentos financeiros são mensurados conforme sua categorização:

Ativos Financeiros

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
- Mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA); incluindo aqueles que sejam por opção irrevogável; e
- Mensurados pelo custo amortizado.

Passivos Financeiros

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e
- Mensurados ao custo amortizado.

IV - Baixa de ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando cessam os direitos contratuais aos fluxos de caixa, quando não houver expectativa razoável de sua recuperação ou quando os riscos e benefícios forem transferidos substancialmente.

Títulos vendidos com contrato de recompra em uma data futura específica não são baixados do Balanço Patrimonial, considerando que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios. O correspondente caixa recebido é reconhecido no Balanço Patrimonial como um passivo, em virtude da obrigação de retorno. Para títulos adquiridos com compromisso de revenda, o montante pago é reconhecido como um ativo financeiro.

Os passivos financeiros são baixados, parcial ou totalmente, quando a obrigação original for extinta.

V - Valor justo dos instrumentos financeiros

O Banco classifica os instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio de níveis de hierarquia, a qual refletem as características dos *inputs* utilizados na mensuração desses valores:

- **Nível 1:** instrumentos financeiros que possuem cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis em mercados ativos e líquidos, para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes;
- **Nível 2:** instrumentos financeiros cuja avaliação a valor justo utiliza métodos matemáticos amplamente aceitos no mercado, cotações e curvas de marcação a mercado, construídas a partir de dados observáveis; e
- **Nível 3:** instrumentos financeiros cujo ajuste a valor justo envolve o emprego de métodos matemáticos que utilizam referenciais de preços, taxas e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

VI - Instrumentos financeiros derivativos

Sempre mensurados a valor justo, os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* têm seus ajustes registrados diretamente no resultado do período e apresentados na demonstração de resultado como "Resultado com instrumentos financeiros derivativos".

VII - Modificações de fluxos de caixa contratuais

Modificações de fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são reconhecidas imediatamente no resultado como ganho ou perda na modificação. A avaliação das modificações que podem levar ao desreconhecimento leva em consideração fatores qualitativos, como a natureza do instrumento, tipo de taxa de juros e a moeda do instrumento.

Ativos financeiros renegociados ou reestruturados

Ativos financeiros renegociados - são ativos que tiveram alterações das condições originalmente pactuadas ou substituição do ativo por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original. Para estes ativos financeiros, quando realizada a renegociação não caracterizada como reestruturação, o fluxo de caixa é reavaliado para que passem a representar o valor presente descontado pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas.

Ativos financeiros reestruturados - são ativos renegociados que tiveram concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Para estes casos, o valor contábil bruto é reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, acrescidos dos custos de transação, deduzidos quaisquer valores recebidos no momento da reestruturação e descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada.

VIII - Método da taxa efetiva de juros

Para mensuração do custo amortizado de ativos e passivos financeiros (ou de um grupo de ativos ou passivos financeiros) é utilizado o método da taxa efetiva de juros para a alocação da receita ou da despesa de juros ao longo do prazo do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro, estabelecida no reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

Ao utilizar o método da taxa efetiva de juros, as entidades do conglomerado estimam os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, porém desconsiderando qualquer estimativa futura de perdas.

O conglomerado utiliza a metodologia proporcional de diferimento das receitas e despesas que, conforme aplicável, compõem a taxa efetiva de juros, produzindo efeito semelhante ao da utilização de uma única taxa de mensuração subsequente do instrumento financeiro.

e) Instrumentos financeiros para proteção (Hedge)

A manutenção dos critérios atuais em relação aos novos requerimentos de *hedge accounting* dispostos na Resolução CMN 4.966/2021 é voluntária até 2027 e os impactos de sua adoção estão sendo avaliados pelo banco BV.

Designação inicial

No momento da designação inicial do *hedge*, o banco BV formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*.

O Banco realiza operações de *hedge* que incluem dispositivos de liquidação de direitos e obrigações contratuais atrelados ao risco de crédito próprio, de terceiros ou de partes relacionadas. Determinadas condições podem ocasionar o vencimento antecipado do derivativo sem valor devido ao Banco ou com liquidação em títulos de dívida próprios. Os instrumentos financeiros derivativos considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de valor justo – Os instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de *hedge*, têm seus ajustes ao valor justo registrados em contrapartida ao resultado do período e apresentados na Demonstração de Resultado como Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos; e



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Hedge de fluxo de caixa – Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria, têm a parcela efetiva de seus ajustes ao valor justo reconhecidos no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes, líquidos dos efeitos tributários.

Efetividade

É feita uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, garantindo a existência de uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, considerando se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80-125 por cento.

Descontinuidade

Para os itens objeto que foram descontinuados da relação de *hedge* de valor justo e permanecem registrados no Balanço Patrimonial, como nos casos de contratos de créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios, o saldo de ajuste de marcação a mercado é reconhecido no resultado pelo prazo remanescente das operações. Já para os itens objeto que foram descontinuados da relação de *hedge* de fluxo de caixa e permanecem registrados no Balanço Patrimonial, a reserva acumulada no Patrimônio Líquido é imediatamente reconhecida no resultado do período.

f) Perda de crédito esperada para ativos financeiros

A mensuração da perda esperada requer aplicação de premissas significativas e julgamentos, inclusive a utilização de cenários econômicos ponderados para projeção de dados prospectivos, sendo sua mensuração a de maior relevância para as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas apresentadas por essa companhia.

O banco BV avalia a perda de crédito esperada dos ativos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo através de outros resultados abrangentes, além dos compromissos e garantias de crédito, e classifica as operações em três estágios:

- **Estágio 1** – Ativos financeiros originados ou comprados sem problema de recuperação de crédito ou deterioração significativa em relação ao reconhecimento inicial. As perdas esperadas são mensuradas abrangendo um período de 12 meses subsequentes ao da data base a que se referem essas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas;
- **Estágio 2** – Ativos financeiros que apresentaram aumento significativo no risco de crédito ou que deixaram de ser considerados como ativos com problemas de recuperação de crédito, mas seu risco continua significativo. As perdas esperadas são mensuradas considerando a vida inteira do ativo financeiro; e
- **Estágio 3** – Instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito. As perdas esperadas são mensuradas considerando a vida inteira do ativo financeiro. Nesse estágio, a companhia deixa de reconhecer as receitas do ativo financeiro (*stop accrual*).

As perdas são mensuradas como perdas de crédito esperadas para 12 meses, a menos que o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Para determinar se o risco de inadimplência de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o Banco compara o risco de inadimplência na data do balanço com o risco de inadimplência no reconhecimento inicial.

O Banco considera um ativo financeiro como inadimplido quando ele atende a uma ou mais das seguintes condições:

- A contraparte está em atraso há mais de 90 dias;
- Há evidências de processo de falência, liquidação ou recuperação judicial;
- Ocorreu uma reestruturação do ativo financeiro, com concessão significativa à contraparte.

Essas definições estão alinhadas às políticas internas de classificação de risco e foram selecionadas para garantir a consistência com o comportamento de inadimplência observado na carteira do Banco.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade das perdas de crédito ao longo da vida útil esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito são o valor presente das insuficiências de caixa esperadas, refletindo:

- Um valor imparcial e ponderado pela probabilidade;
- O valor temporal do dinheiro; e
- Informações razoáveis e sustentáveis (não apenas sobre pagamentos em atraso, mas também informações prospectivas, como fatores macroeconômicos - prospectivas).

g) Ativos não financeiros mantidos para venda

O Banco detém ativos classificados como mantidos para venda, os quais incluem bens móveis e imóveis recebidos em dação em pagamento, bem como participação societária em que houve decisão pela sua realização. Esses ativos são mensurados inicialmente pelo menor valor entre o valor justo ou o valor contábil. Posteriormente, a Administração estabelece provisões para perdas na realização desses ativos, da seguinte forma:

- **Móveis:** as provisões são calculadas mensalmente, considerando o prazo de permanência do bem (obsolescência). Para registros com mais de 720 dias, é constituída uma provisão de 100% sobre o saldo contábil.
- **Imóveis:** as provisões são constituídas com base em laudos de avaliação anuais, elaborados por consultorias especializadas.

h) Intangíveis e ágio

Os ativos intangíveis referem-se basicamente a *softwares* e licenças e licenças de uso. A amortização destes intangíveis é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado. A vida útil e o valor residual desses ativos, quando aplicável, são revisados anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas. Nas Demonstrações Consolidadas, os intangíveis incluem os ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) pagos na aquisição de investimentos, que são amortizados conforme os prazos projetados em laudos técnicos que fundamentaram seu reconhecimento.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos mantidos para venda:

Intangível: O teste de recuperabilidade consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* ou licença e direito de uso não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, é constituída uma provisão ou é feita a baixa imediata do ativo.

Ágio: Para analisar a redução ao valor recuperável de ágio sobre investidas, o banco BV definiu as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) considerando o nível mais baixo em que o negócio é gerenciado. O teste no nível da UGC determina se há indícios de *impairment* e, conseqüentemente, a necessidade de avaliar a recuperabilidade do ativo. A administração leva em conta qualquer outra informação disponível que caracterize indícios de *impairment* na avaliação do valor recuperável, refletindo a melhor estimativa sobre a expectativa dos fluxos de caixa futuros das UGC.

i) Projeção de resultados futuros para a realização de ativos fiscais diferidos

As realizações dos ativos fiscais diferidos estão suportadas por projeções orçamentárias da instituição, devidamente aprovadas pelos órgãos de governança. Referidas projeções estão embasadas no planejamento estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico como inflação e taxa de juros, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros.

A utilização de estimativas de rentabilidade futura incorre em alto grau de julgamento e, considerando a representatividade dos saldos de crédito tributário ativados, pode produzir impactos relevantes diante de mudanças nas premissas aplicadas para as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas.

j) Ativos e passivos contingentes – fiscais, cíveis e trabalhistas

Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, o conglomerado constitui provisão para as demandas de natureza fiscal, cível e trabalhista por meio de avaliações jurídicas e modelos estatísticos.

A avaliação de prognósticos de perda considera a probabilidade de desembolsos do conglomerado, levando em conta as fases processuais, decisões e jurisprudência dominante, e envolve um alto grau de julgamento.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, enquanto os classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, para evitar o reconhecimento de receitas que podem nunca ser realizadas. Entretanto, quando a realização da receita for praticamente certa, o ativo passa a ser reconhecido, uma vez que deixa de ser considerado contingente.

6. TRANSIÇÃO NA ADOÇÃO DE NOVAS NORMAS

As diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção das Resoluções CMN nº 4.966/2021 e nº 4.975/2021 foram reconhecidas no Patrimônio Líquido em "Lucros Acumulados" e "Outros Resultados Abrangentes" em 01 de janeiro de 2025. Dessa forma, as alterações das práticas contábeis foram aplicadas prospectivamente.

Os efeitos da adoção inicial estão demonstrados a seguir:

Resolução CMN nº 4.966/2021

Altera a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, além de introduzir o modelo de perda esperada.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

(i) Classificação de Instrumentos Financeiros

A classificação passou a ser baseada no modelo de negócios da entidade e nas características dos fluxos de caixa do instrumento financeiro.

(ii) Provisão para Perdas Esperadas

As perdas esperadas foram calculadas em três estágios, com pisos mínimos definidos pelo Banco Central do Brasil.

(iii) Stop Accrual

Reconhecimento dos efeitos de juros em operações com atraso entre 60 e 90 dias.

(iv) Reestruturação

O valor contábil bruto do ativo reestruturado foi reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada.

Resolução CMN nº 4.975/2021

Inclui a contabilização do contrato de arrendamento (direito de uso) em contrapartida à obrigação futura.

a) Patrimônio Líquido na transição para as Resoluções CMN nº 4.966/2021 e nº 4.975/2021 em 01 de janeiro de 2025

Reconciliação do Patrimônio Líquido	Consolidado
Patrimônio Líquido em 31/12/2024	14.470.261
Total de ajustes na adoção inicial das Resoluções 4.966/2021 e 4.975/2021	(1.800.593)
Resolução CMN nº 4.966/2021 - Instrumentos financeiros	(1.797.163)
Classificação instrumentos financeiros	13.257
Provisão para perdas	(3.251.488)
Stop accrual	25.591
Reestruturação	(64.804)
Efeitos tributários dos ajustes	1.480.281
Resolução CMN nº 4.975/2021 - Operações de arrendamento mercantil	(3.430)
Reconhecimento inicial da amortização acumulada de direitos de uso de imóveis	72.091
Accrual das despesas financeiras do passivo de arrendamento e aluguéis pagos até 31/12/2024	(76.935)
Efeitos tributários dos ajustes	1.414
Patrimônio Líquido de acordo com as Resoluções CMN nº 4.966/2021 e nº 4.975/2021 em 01/01/2025	12.669.668

b) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável da transição para a Resolução CMN nº 4.966/2021 em 01 de janeiro de 2025

Reconciliação da Provisão para perdas	Consolidado
Saldos de provisão para perdas divulgados:	
Provisão para Carteira de crédito	(5.596.060)
Provisão para operações Off Balance e Outros riscos	(316.551)
Provisão para Títulos e valores mobiliários	(251.797)
Total da provisão para perdas em 31/12/2024	(6.164.408)
Efeitos da transição para a Resolução CMN nº 4.966/2021	
Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil Financeiro	(2.830.963)
Títulos e valores mobiliários	(110.910)
Outras provisões para perdas	(19.551)
Provisão para perdas - off balance	(290.064)
Total da provisão para perdas de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021 em 01/01/2025	(9.415.896)

c) Balanço Patrimonial de abertura na transição

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Ajustes da adoção inicial da Resolução CMN 4.966/21	Ajustes da adoção inicial da Resolução CMN 4.975/21	Nova categoria dos ativos reclassificados (Resolução CMN nº 4.966/2021)	Saldo em 01/01/2025
Caixa e equivalentes de caixa	518.385	-	-		518.385
Ativos financeiros	128.215.807	(2.987.783)	(3.141)		125.224.883
Aplicações interfinanceiras de liquidez	13.616.036	(3.420)	-	Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado - Ativos financeiros com acordo de revenda	13.612.616
Títulos e valores mobiliários	35.902.756	(7.690.312)	-		28.212.444
Títulos para negociação	9.651.124	2.399.701	-	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - Títulos e valores mobiliários	12.050.825
Títulos disponíveis para venda	20.161.716	(10.188.361)	-	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Títulos e valores mobiliários	9.973.355
Títulos mantidos até o vencimento	6.089.916	98.348	-	Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado - Títulos e valores mobiliários	6.188.264
Instrumentos financeiros derivativos	2.546.492	2.710.007	-	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - Instrumentos financeiros derivativos	5.256.499
Relações interfinanceiras	3.575.421	-	-	Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado - Depósitos no Banco Central do Brasil	3.575.421
Carteira de crédito	68.936.624	4.721.773	(3.141)	Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado - Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	73.655.256
Outros ativos financeiros	3.638.478	(2.725.831)	-	Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado - Outros ativos financeiros	912.647
Ativos não financeiros mantidos para venda	216.254	-	-	Ativos não financeiros mantidos para venda	216.254
Ativos fiscais	10.073.178	1.492.111	-	Ativos fiscais	11.565.289
Investimentos	125.558	404	-	Participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	125.962
Imobilizado de uso	56.390	-	75.232	Ativos imobilizados	131.622
Intangível	1.499.558	-	-	Ativos intangíveis e ágio	1.499.558
Outros ativos	1.025.789	-	-	Outros ativos	1.025.789
TOTAL DO ATIVO	141.730.919	(1.495.268)	72.091		140.307.742
Passivos financeiros	123.835.870	-	76.935		123.912.805
Depósitos	33.659.021	-	-	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	33.659.021
Captações no mercado aberto	17.174.385	-	-	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	17.174.385
Recursos de aceites e emissão de títulos	44.131.035	-	-	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	44.131.035
Relações interfinanceiras	3.347.888	-	-	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	3.347.888
Obrigações por empréstimos e repasses	7.737.331	-	-	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	7.737.331
Instrumentos financeiros derivativos	2.269.088	2.587.660	-	Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - Instrumentos financeiros derivativos	4.856.748
Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	3.188.978	-	-	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	3.188.978
Outros passivos financeiros	12.328.144	(2.587.660)	76.935	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	9.817.419
Provisão para perda esperada	-	290.064	-	Provisão para perda esperada	290.064
Passivos fiscais	914.887	11.831	(1.414)	Passivos fiscais	925.304
Provisões para contingências	508.409	-	-	Provisões para contingências	508.409
Outros passivos	2.001.492	-	-	Outros passivos	2.001.492
Patrimônio Líquido dos acionistas	13.857.826	(1.797.163)	(3.430)		12.057.233
Capital social	8.480.372	-	-	Capital social	8.480.372
Reserva de Capital	372.120	-	-	Reservas de capital	372.120
Reservas de lucros	5.066.433	-	-	Reservas de lucros	5.066.433
Outros resultados abrangentes	(61.099)	119.299	-	Outros resultados abrangentes	58.200
Prejuízos acumulados	-	(1.916.462)	(3.430)	Prejuízos acumulados	(1.919.892)
Participações de não controladores	612.435	-	-		612.435
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	141.730.919	(1.495.268)	72.091		140.307.742

7. AQUISIÇÕES, ALIENAÇÕES E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

Aquisição da Totalidade do Capital Social da Meu Financiamento Solar Ltda. (MFS)

Em 1º de julho de 2025, o Banco BV S.A., integrante do conglomerado do Banco, concluiu a aquisição da totalidade do capital social da Meu Financiamento Solar Ltda., plataforma especializada na originação de financiamentos de sistemas de energia solar fotovoltaica. A operação foi realizada após a obtenção de todas as aprovações regulatórias necessárias, incluindo as do Banco Central do Brasil e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Antes da transação, o Banco BV S.A. já detinha, de forma indireta, 30,68% de participação na Meu Financiamento Solar Ltda., por meio da Portal Solar S.A. Com a aquisição da participação remanescente, passou a deter 100% do Capital Social da companhia. Como resultado da operação, foi reconhecido o ágio de R\$ 116,4 milhões e mais-valia de R\$ 17,5 milhões, apurados com base na avaliação a valor justo dos ativos líquidos adquiridos.

A operação foi precedida por uma reorganização societária, que envolveu a cisão parcial desproporcional da Portal Solar S.A., com o objetivo de segregar as atividades da MFS das demais operações da empresa.

8. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Para classificação de resultados não recorrentes, o banco BV considera as receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos, em consonância aos critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020.

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Resultado não recorrente - Resolução BCB nº 2/2020	(19.635)	(14.882)	(20.295)	(15.542)
Lucro na alienação de operações em investidas, líquido de impostos	-	4.753	-	4.753
Provisão para reestruturação, líquida de impostos	(19.635)	(19.635)	(20.295)	(20.295)

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2025
Disponibilidades	557.823	581.141
Disponibilidades em moeda nacional	60.674	83.992
Disponibilidades em moeda estrangeira	497.149	497.149
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	161.013	161.013
Aplicações em moedas estrangeiras	161.013	161.013
Total	718.836	742.154

10. APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

	Banco	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2025
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Aplicação em depósitos interfinanceiros	5.301.897	346.240
(Perda esperada)	(186)	(186)
Total ⁽¹⁾	5.301.711	346.054
Ativo circulante	5.178.145	222.488
Ativo não circulante	123.566	123.566

⁽¹⁾ As rendas das aplicações interfinanceiras estão apresentadas em Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 13c).

11. DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

a) Composição

	Banco	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2025
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	2.311.372	2.743.828
Recursos a prazo	2.029.206	2.029.206
Operações de microfinanças	10.546	15.619
Pagamentos instantâneos	271.620	332.626
Depósitos de moeda eletrônica	-	366.377
Total	2.311.372	2.743.828
Ativo circulante	2.311.372	2.743.828

b) Resultado das aplicações compulsórias

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	145.141	288.274	148.420	294.159
Exigibilidade sobre recursos a prazo	129.177	260.015	129.177	260.015
Pagamentos instantâneos	15.964	28.259	19.243	34.144
Total	145.141	288.274	148.420	294.159

12. ATIVOS FINANCEIROS COM ACORDO DE REVENDA

	Banco	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2025
Aplicações no mercado aberto	5.407.802	5.312.740
Revendas a liquidar - Posição bancada	1.998.062	2.498.016
Letras Financeiras do Tesouro	372.749	897.230
Letras do Tesouro Nacional	283.481	283.481
Notas do Tesouro Nacional	1.317.305	1.317.305
Debêntures	24.527	-
Revendas a liquidar - Posição financiada	2.013.392	1.418.376
Letras Financeiras do Tesouro	714.175	260.993
Letras do Tesouro Nacional	964.466	964.466
Notas do Tesouro Nacional	192.917	192.917
Debêntures	141.834	-
Revendas a liquidar - Posição vendida	1.396.461	1.396.461
Letras do Tesouro Nacional	1.394.992	1.394.992
Notas do Tesouro Nacional	1.469	1.469
(Perda esperada)	(113)	(113)
Total ⁽¹⁾	5.407.802	5.312.740
Ativo circulante	5.407.802	5.312.740

⁽¹⁾ As rendas das aplicações com acordo de revenda estão apresentadas em Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 13c).



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

13. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Resumo da carteira por categoria

Por categoria	31.12.2025			
	Circulante	Não circulante	Total	% Carteira
Banco				
1 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	2.001.314	14.889.119	16.890.433	51,0%
2 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.101.384	6.801.241	7.902.625	24,0%
3 - Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	1.620.664	6.731.434	8.352.098	25,0%
Valor contábil da carteira	4.723.362	28.421.794	33.145.156	100,0%
Consolidado				
1 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	2.039.868	15.073.945	17.113.813	51,0%
2 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.101.384	7.037.871	8.139.255	24,0%
3 - Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	1.620.664	6.731.434	8.352.098	25,0%
Valor contábil da carteira	4.761.916	28.843.250	33.605.166	100,0%



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Banco	31.12.2025							
	Valor justo					Total		
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 até 360 dias	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Valor de custo	Valor contábil	Marcação a mercado
1 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	129.270	613.470	1.258.574	13.731.202	1.157.917	16.964.755	16.890.433	(74.322)
Títulos públicos	-	608.219	1.048.211	11.523.729	706.484	13.895.807	13.886.643	(9.164)
Letras Financeiras do Tesouro	-	560.101	-	7.125.596	3.921	7.689.167	7.689.618	451
Letras do Tesouro Nacional	-	48.118	974.894	3.490.069	306.491	4.828.955	4.819.572	(9.383)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	73.317	908.064	396.072	1.377.685	1.377.453	(232)
Títulos privados	129.270	5.251	210.363	2.207.473	451.433	3.068.948	3.003.790	(65.158)
Ações	9.833	-	-	-	-	9.892	9.833	(59)
Cotas de fundos de investimentos	119.437	2.595	169.374	1.990.245	262.396	2.605.581	2.544.047	(61.534)
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	2.656	-	163.109	-	167.374	165.765	(1.609)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	40.989	54.119	189.037	286.101	284.145	(1.956)
2 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	120.917	980.467	4.562.692	2.238.549	7.926.839	7.902.625	(24.214)
Títulos públicos	-	120.917	920.267	4.039.271	1.992.668	7.114.347	7.073.123	(41.224)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	2.700.852	-	2.700.579	2.700.852	273
Letras do Tesouro Nacional	-	-	236.280	800.241	-	1.032.533	1.036.521	3.988
Notas do Tesouro Nacional	-	-	220.019	256.513	823.551	1.376.270	1.300.083	(76.187)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	120.917	463.968	281.665	1.169.117	2.004.965	2.035.667	30.702
Títulos privados	-	-	60.200	523.421	245.881	812.492	829.502	17.010
Cotas de fundos de investimentos ⁽¹⁾	-	-	-	-	33.833	56.760	33.833	(22.927)
Debêntures	-	-	-	502.350	-	499.388	502.350	2.962
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	60.200	-	212.048	235.273	272.248	36.975
Notas Comerciais	-	-	-	21.071	-	21.071	21.071	-
3 - Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	-	758.561	862.103	6.640.351	91.083	8.352.098	8.352.098	-
Títulos públicos	-	582.641	724.708	6.507.155	91.083	7.905.587	7.905.587	-
Letras do Tesouro Nacional	-	74.978	301.962	3.773.921	-	4.150.861	4.150.861	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	422.746	2.482.545	91.083	2.996.374	2.996.374	-
Notas do governo de outros países	-	507.663	-	250.689	-	758.352	758.352	-
Títulos privados	-	175.920	137.395	133.196	-	446.511	446.511	-
Letras financeiras	-	175.920	137.395	11.490	-	324.805	324.805	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	87.923	-	87.923	87.923	-
Certificado de Recebíveis Agronegócio	-	-	-	33.783	-	33.783	33.783	-
Total (1 + 2 + 3)	129.270	1.492.948	3.101.144	24.934.245	3.487.549	33.243.692	33.145.156	(98.536)



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Consolidado	31.12.2025							
	Valor justo					Total		
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 até 360 dias	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Valor de custo	Valor contábil	Marcação a mercado
1 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	152.933	615.798	1.271.137	13.820.939	1.253.006	17.180.586	17.113.813	(66.773)
Títulos públicos	-	608.219	1.059.135	11.573.582	706.484	13.956.547	13.947.420	(9.127)
Letras Financeiras do Tesouro	-	560.101	10.924	7.175.449	3.921	7.749.907	7.750.395	488
Letras do Tesouro Nacional	-	48.118	974.894	3.490.069	306.491	4.828.955	4.819.572	(9.383)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	73.317	908.064	396.072	1.377.685	1.377.453	(232)
Títulos privados	152.933	7.579	212.002	2.247.357	546.522	3.224.039	3.166.393	(57.646)
Ações	9.833	-	-	-	-	9.892	9.833	(59)
Debêntures	-	-	-	-	173.050	171.054	173.050	1.996
Cotas de fundos de investimentos	143.100	-	169.374	1.990.243	193.738	2.530.782	2.496.455	(34.327)
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	2.656	-	163.109	-	167.374	165.765	(1.609)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	4.923	42.628	94.005	179.734	344.937	321.290	(23.647)
2 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	120.917	980.467	4.562.692	2.475.179	8.379.789	8.139.255	(240.534)
Títulos públicos	-	120.917	920.267	4.039.271	1.992.668	7.114.347	7.073.123	(41.224)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	2.700.852	-	2.700.579	2.700.852	273
Letras do Tesouro Nacional	-	-	236.280	800.241	-	1.032.533	1.036.521	3.988
Notas do Tesouro Nacional	-	-	220.019	256.513	823.551	1.376.270	1.300.083	(76.187)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	120.917	463.968	281.665	1.169.117	2.004.965	2.035.667	30.702
Títulos privados	-	-	60.200	523.421	482.511	1.265.442	1.066.132	(199.310)
Cotas de fundos de investimentos ⁽¹⁾	-	-	-	-	270.463	509.710	270.463	(239.247)
Debêntures	-	-	-	502.350	-	499.388	502.350	2.962
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	60.200	-	212.048	235.273	272.248	36.975
Notas Comerciais	-	-	-	21.071	-	21.071	21.071	-
3 - Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	-	758.561	862.103	6.640.351	91.083	8.352.098	8.352.098	-
Títulos públicos	-	582.641	724.708	6.507.155	91.083	7.905.587	7.905.587	-
Letras do Tesouro Nacional	-	74.978	301.962	3.773.921	-	4.150.861	4.150.861	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	422.746	2.482.545	91.083	2.996.374	2.996.374	-
Notas do governo de outros países	-	507.663	-	250.689	-	758.352	758.352	-
Títulos privados	-	175.920	137.395	133.196	-	446.511	446.511	-
Letras financeiras	-	175.920	137.395	11.490	-	324.805	324.805	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	87.923	-	87.923	87.923	-
Certificado de Recebíveis Agronegócio	-	-	-	33.783	-	33.783	33.783	-
Total (1 + 2 + 3)	152.933	1.495.276	3.113.707	25.023.982	3.819.268	33.912.473	33.605.166	(307.307)

⁽¹⁾ Refere-se aos fundos de investimento cujos ativos foram, de forma irrevogável, classificados como "valor justo por meio de outros resultados abrangentes" (VJORA), conforme a faculdade prevista na norma aplicável.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Aplicações em depósitos interfinanceiros e com acordo de revenda	1.113.503	1.834.320	762.677	1.253.489
Títulos de renda fixa	1.782.440	3.725.120	1.820.323	3.793.570
Títulos no exterior ⁽¹⁾	87.041	185.129	87.041	185.129
Títulos de renda variável	2.458	(2.450)	(2.514)	(7.958)
Aplicações em fundos de investimentos	173.581	304.632	180.459	297.812
Aplicações em moeda estrangeira ⁽¹⁾	20.616	(101.975)	20.615	(101.973)
Total	3.179.639	5.944.776	2.868.601	5.420.069

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre ativos.

d) (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários

	Banco e Consolidado
	Exercício/ 2025
Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	10.188
Títulos mensurados pelo custo amortizado	1.700
Aplicações em depósitos interfinanceiros e com acordo de revenda	8.303
Total	20.191



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

e) Movimentação das perdas esperadas para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e pelo custo amortizado, segregadas por estágios:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Perda esperada 01/01/2025	Constituição / (reversão)	Liquidações	Perda esperada 31/12/2025	% em 31/12/2025
Banco e Consolidado					
Estágio 1					
Eurobonds	235	(213)	(22)	-	
Total	235	(213)	(22)	-	-
Estágio 3					
Certificado de Recebíveis Imobiliários	161.550	(9.953)	-	151.597	
Total	161.550	(9.953)	-	151.597	100,0%
Resumo dos estágios					
Certificado de Recebíveis Imobiliários	161.550	(9.953)	-	151.597	
Eurobonds	235	(213)	(22)	-	
Total	161.785	(10.166)	(22)	151.597	100,0%
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Banco e Consolidado					
Estágio 1					
Letras Financeiras	77	(7)	(36)	34	
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	2.044	(228)	(1.074)	742	
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.406	(171)	(184)	1.051	
Total	3.527	(406)	(1.294)	1.827	100%



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O conglomerado se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge*, de risco de mercado e de fluxo de caixa, e negociação, ambas com limites e alçadas na companhia.

A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está alinhada às análises macroeconômicas e conta com a aprovação da Administração. No mercado de opções, as posições ativas (compradas) têm o conglomerado como titular, enquanto as posições passivas (vendas) o têm como lançador.

Os modelos utilizados no gerenciamento de riscos com derivativos são revisados periodicamente, e as decisões são tomadas com base na melhor relação risco-retorno, considerando estimativas de perdas por meio da análise de cenários.

O conglomerado dispõe de ferramentas e sistemas específicos para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, sejam padronizados ou não, está condicionada à análise prévia de risco. A avaliação de risco das controladas é realizada individualmente, enquanto o gerenciamento ocorre de forma consolidada.

Para mensuração dos riscos, inclusive os relacionados a derivativos, são utilizadas metodologias estatísticas e de simulação, como modelos de Valor em Risco (VaR), análises de sensibilidade e testes de estresse.

a) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por indexador	Banco e Consolidado		
	31.12.2025		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
1 - Contratos de futuros			
Compromissos de compra	11.927.628	-	-
DI	5.877.994	-	-
Moedas	1.376	-	-
Índice	4.128.391	-	-
Cupom cambial	1.457.458	-	-
Outros	462.409	-	-
Compromissos de venda	64.161.152	-	-
DI	40.621.437	-	-
Moedas	11.217.900	-	-
Índice	1.832.589	-	-
Cupom cambial	10.183.046	-	-
Outros	306.180	-	-
2 - Operações a termo			
Posição ativa	729.453	729.453	719.263
Termo de moeda	729.453	729.453	719.263
Posição passiva	729.453	(729.453)	(705.799)
Termo de moeda	729.453	(729.453)	(705.799)
3 - Contratos de opções			
De compra – Posição comprada	1.243.137	45.688	22.805
Moeda estrangeira	672.125	33.858	11.648
Opções Flexíveis	571.012	11.830	11.157
De venda – Posição comprada	10.129.750	9.943	5.910
DI	143.750	4.376	5.555
Moeda estrangeira	9.986.000	5.567	355
De compra – Posição vendida	1.168.750	(48.921)	(18.309)
Moeda estrangeira	1.168.750	(48.921)	(18.309)
De venda – Posição vendida	10.463.892	(17.286)	(14.586)
DI	9.986.000	(5.456)	(188)
Moeda estrangeira	477.892	(11.830)	(14.398)
4 - Contratos de swaps ^{(1) (2)}			
Posição ativa	11.931.443	416.815	516.962
DI	6.740.966	270.601	323.016
Moeda estrangeira	1.081.349	100.080	129.822
Pré-fixado	4.109.128	46.134	64.124
Posição passiva	13.924.031	(714.704)	(974.152)
DI	6.651.100	(237.577)	(377.822)
Moeda estrangeira	1.733.660	(156.008)	(233.459)
Pré-fixado	5.250.879	(262.600)	(321.949)
IPCA	288.392	(58.519)	(40.922)
5 - Contratos de câmbio			
Posição ativa	2.080.597	2.105.042	2.105.184
Câmbio comprado a liquidar	1.557.684	1.581.435	1.581.480
Direitos sobre vendas de câmbio	522.913	523.607	523.704
Posição passiva	2.067.638	(2.092.458)	(2.092.278)
Câmbio vendido a liquidar	907.779	(908.477)	(908.297)
Obrigações por compras de câmbio	1.159.859	(1.183.981)	(1.183.981)
6 - Outros instrumentos financeiros derivativos			
Posição ativa	23.830.832	177.298	170.724
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira ⁽¹⁾	23.830.832	177.298	170.724
Posição passiva	3.269.659	(493.986)	(234.423)
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira ⁽¹⁾	3.269.659	(493.986)	(234.423)
Total ativo (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6)	61.872.840	3.484.239	3.540.848
Total passivo (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6)	95.784.575	(4.096.808)	(4.039.547)

⁽¹⁾ O valor justo de swap e non deliverable forward - moeda estrangeira contemplam o risco de crédito próprio no montante de R\$ 3.206 (spread de crédito).

⁽²⁾ A apresentação dos contratos de swap por posição (ativa ou passiva) leva em consideração o respectivo valor justo de cada contrato.

b) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em dias	Banco e Consolidado				
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.12.2025
Contratos futuros	8.970.858	14.653.017	13.834.840	38.630.065	76.088.780
Contratos a termo	20.112	140.069	135.052	434.220	729.453
Contratos de opções	1.295.709	20.447.394	613.698	648.728	23.005.529
Contratos de swaps	1.145.444	3.549.854	3.688.380	17.471.796	25.855.474
Contratos de câmbio	1.875.072	1.116.800	1.036.783	119.580	4.148.235
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	4.886.468	4.778.846	9.024.521	8.410.656	27.100.491
Total	18.193.663	44.685.980	28.333.274	65.715.045	156.927.962

c) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial)

Banco e Consolidado	31.12.2025						
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Contratos de câmbio	Non Deliverable Forward	Total
Bolsa de valores	76.088.780	-	21.956.625	-	-	-	98.045.405
Balcão	-	1.458.906	1.048.904	25.855.474	4.148.235	27.100.491	59.612.010
Inst. do mercado financeiro	-	1.458.906	-	18.339.400	3.963.174	15.870.617	39.632.097
Clientes	-	-	1.048.904	7.516.074	185.061	11.229.874	19.979.913

d) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos e outras operações liquidadas em câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação

	Banco	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2025
Letras Financeiras do Tesouro	505.920	566.335
Letras do Tesouro Nacional	88.113	88.113
Notas do Tesouro Nacional	1.527.332	1.527.332
Cotas do fundo de investimento liquidez da câmara B3	85.331	85.331
Outros	59.432	59.432
Total	2.266.128	2.326.543

e) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	Banco e Consolidado		
	31.12.2025		
	Circulante	Não circulante	Total
Ativo			
Operações de termo	719.263	-	719.263
Mercado de opções	21.094	7.621	28.715
Contratos de swaps	250.165	266.797	516.962
Contratos de câmbio	2.044.754	60.430	2.105.184
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	94.286	76.438	170.724
Total	3.129.562	411.286	3.540.848
Passivo			
Operações de termo	(705.799)	-	(705.799)
Mercado de opções	(10.174)	(22.721)	(32.895)
Contratos de swaps	(254.112)	(720.040)	(974.152)
Contratos de câmbio	(2.033.128)	(59.150)	(2.092.278)
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	(225.467)	(8.956)	(234.423)
Total	(3.228.680)	(810.867)	(4.039.547)

f) Composição da carteira de derivativos designados para hedge accounting

O conglomerado utiliza relações de *hedge* dos tipos: *Hedge* de valor justo e *hedge* de fluxo de caixa.

Essas estratégias são realizadas nas categorias de risco de taxa de juros e cambial.

Os riscos protegidos e os seus limites são definidos no Comitê de *Asset Liability Management* (ALM). O conglomerado determina a relação entre os instrumentos e objetos de *hedge* de forma que se espere que o valor de mercado desses instrumentos se mova em sentidos opostos e nas mesmas proporções.

O índice de *hedge* estabelecido é sempre de 100% do risco protegido. As fontes de inefetividade são decorrentes do descasamentos de prazos entre os instrumentos e objetos de *hedge*.

Para as operações de crédito os efeitos oriundos da provisão para perdas por redução ao valor recuperável são excluídos do resultado de efetividade, dado que o risco de crédito não é objeto de *hedge*.

Hedge de risco de mercado (Hedge de valor justo)

O conglomerado, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor justo, da seguinte maneira:

- *Hedge* de operações de crédito e de letras financeiras com risco em taxa pré-fixada são protegidos com contratos futuros de DI.

Itens objeto de <i>hedge</i>	31.12.2025					
	Rubrica do balanço	Valor contábil do objeto de <i>hedge</i>		Ajuste ao valor justo do objeto de <i>hedge</i>		Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾
		Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	
Risco de taxa de juros						
<i>Hedge</i> de operações de crédito	Operações de crédito	19.579.583	-	(175.496)	-	3.930.593
<i>Hedge</i> de letras financeiras subordinadas perpétuas - Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	Títulos emitidos	-	352.585	-	(77.331)	(96.052)
Total		19.579.583	352.585	(175.496)	(77.331)	3.834.541

⁽¹⁾ Alterações no valor do item objeto de *hedge*, que confrontadas com as alterações no valor justo do instrumento de *hedge*, resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

Para as estratégias de operações de crédito, o conglomerado reestabelece a relação de cobertura dado que, tanto o item protegido, quanto os instrumentos, são redimensionados ao longo da vida da carteira objeto de *hedge*. Isso se deve ao fato de se tratarem de estratégias de portfólio, refletindo as diretrizes de estratégia de gerenciamento de risco aprovadas por alçada competente.

Instrumentos de <i>hedge</i>	31.12.2025			
	Valor referencial		Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾	Inefetividade de <i>hedge</i> reconhecida no resultado ⁽²⁾
	Ativos	Passivos		
Risco de taxa de juros				
Futuro DI	468.551	18.503.667	(3.861.452)	(26.910)
Total	468.551	18.503.667	(3.861.452)	(26.910)

⁽¹⁾ Alterações no valor justo do instrumento de *hedge* que, confrontadas com as alterações no valor do item objeto de *hedge*, resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

⁽²⁾ Saldos apresentados em base acumulada, para que seja possível confrontar com as alterações no valor justo do instrumento e do objeto de *hedge*.

No período findo em 31 de dezembro de 2025, não houve desmonte de operações e nenhum efeito no resultado foi produzido, pois a amortização de desmontes anteriores já havia sido concluída.

Hedge de fluxo de caixa

Para proteger os fluxos de caixa futuros de pagamentos contra a exposição à taxa de juros variável (CDI), o conglomerado negociou contratos de Futuro DI na B3.

Para proteger os fluxos de recebimentos futuros de títulos soberanos emitidos pela República Federativa do Brasil no exterior e outros títulos emitidos no exterior contra a exposição ao risco cambial (USD e EUR), o conglomerado negociou contratos de *swap* em mercado de balcão, registrados na B3.

Itens objeto de <i>hedge</i>	31.12.2025				
	Rubrica do balanço	Valor contábil		Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾	Reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa
		Ativos	Passivos		
Risco de taxa de juros					
<i>Hedge</i> de letras financeiras	Títulos emitidos	-	16.836.741	(28.106)	(28.608)
Risco de variação cambial					
<i>Hedge</i> de títulos da dívida externa brasileira	Títulos e valores mobiliários	908.059	-	142.361	(71.606)
<i>Hedge</i> de obrigações com TVM no exterior	Títulos emitidos	-	-	193.923	(46.003)
<i>Hedge</i> de obrigações por empréstimos no exterior	Obrigações por empréstimos e repasses	-	1.628.708	86.768	(6.928)
Total		908.059	18.465.449	394.946	(153.145)

⁽¹⁾ Alterações no valor justo do instrumento de *hedge* que, confrontadas com as alterações no valor do item objeto de *hedge*, resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

Instrumentos de <i>hedge</i>	31.12.2025				
	Valor contábil		Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾	Variação no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecido em outros resultados abrangentes	Inefetividade de <i>hedge</i> ⁽²⁾
	Ativos	Passivos			
Risco de taxa de juros					
Futuros DI	20.368.983	-	28.015	(43.472)	26
Risco de variação cambial					
<i>Swap</i> ^{(3) (4) (5)}	4.660.727	937.891	(421.644)	(86.891)	(2)
Total	25.029.710	937.891	(393.629)	(130.363)	24

⁽¹⁾ Alterações no valor justo do instrumento de *hedge* que, confrontadas com as alterações no valor do item objeto de *hedge*, resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

⁽²⁾ Saldos apresentados em base acumulada para que seja possível confrontar com as alterações no valor justo do instrumento e do objeto de *hedge*.

⁽³⁾ O valor referencial dos contratos de *swap* para o *hedge* de obrigações com TVM no exterior é de R\$ 6.891.154 em 31 de dezembro de 2025.

⁽⁴⁾ O valor referencial dos contratos de *swap* para o *hedge* de títulos da dívida externa brasileira é de R\$ 925.636 em 31 de dezembro de 2025.

⁽⁵⁾ O valor referencial dos contratos de *swap* para o *hedge* de obrigações por empréstimos no exterior é de R\$ 2.255.628 em 31 de dezembro de 2025.

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos.

No período findo em 31 de dezembro de 2025, o ajuste ao valor justo da parcela efetiva, no montante de R\$ (130.363), foi reconhecida no Patrimônio Líquido e a parcela inefetiva, no montante de R\$ (321) foi reconhecida no resultado em “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”.

As perdas líquidas dos efeitos fiscais relativas ao *hedge* de fluxo de caixa que o conglomerado espera reconhecer no resultado nos próximos 12 meses, totalizam R\$ (25.945).

g) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Contratos de <i>swap</i>	79.169	40.611	79.169	40.611
Contratos a termo	23.103	(3.617)	21.305	(4.511)
Contratos de opções	2.018	(5.464)	2.018	(5.464)
Contratos de futuros	436.811	(696.076)	436.811	(696.075)
Contratos de câmbio	(108.438)	(666.653)	(108.438)	(666.653)
Derivativos de crédito	(399)	(8.135)	(399)	(8.135)
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros objeto de <i>hedge</i>	276.104	1.332.479	276.183	1.332.558
<i>Non Deliverable Forward</i> - Moeda estrangeira	(330.096)	(963.326)	(330.096)	(963.326)
Resultado com variação cambial sobre investimentos no exterior	17.855	(244.183)	20.027	(242.012)
Total	396.127	(1.214.364)	396.580	(1.213.007)

15. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTRAS OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a) Carteira por modalidade

	Nota	Banco	Consolidado
		31.12.2025	31.12.2025
Operações de crédito		67.339.569	76.288.397
Pessoas físicas		60.380.847	69.329.675
Empréstimos		5.312.367	5.313.105
Financiamentos		54.736.906	58.453.113
Crédito consignado		331.574	332.510
Cartão de crédito		-	5.230.947
Pessoas jurídicas		6.958.722	6.958.722
Outras operações com características de concessão de crédito		11.471.122	11.522.177
Operações de arrendamento mercantil financeiro		-	119.718
Total de operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito (saldo bruto)	15g	78.810.691	87.930.292
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	15h	(8.025.997)	(9.939.023)
Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾		(175.496)	(175.496)
Total de operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito (saldo líquido)		70.609.198	77.815.773
Ativo circulante		34.021.093	39.983.232
Ativo não circulante		36.588.105	37.832.541

⁽¹⁾ Os valores que compõem o saldo de ajuste a valor justo referem-se a carteira de operações de crédito que é objeto de *hedge* e faz parte de estrutura de *hedge accounting*.

b) Resultado de operações de crédito e outros títulos

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Operações de crédito	6.002.832	11.838.478	6.777.263	13.351.661
Empréstimos	940.899	1.892.399	1.298.010	2.576.864
Financiamentos	5.038.174	9.912.414	5.443.154	10.714.495
Outras	23.759	33.665	36.099	60.302
Outras operações com características de concessão de crédito	896.128	2.078.172	893.607	2.079.368
Total	6.898.960	13.916.650	7.670.870	15.431.029

c) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

	Banco		Consolidado	
	31.12.2025	%	31.12.2025	%
Setor privado	78.810.691	100,00%	87.930.292	100,00%
Pessoa física ⁽¹⁾	60.012.874	76,15%	68.933.375	78,40%
Pessoa jurídica	18.797.817	23,85%	18.996.917	21,60%
Açúcar e etanol	1.975.516	2,51%	1.975.516	2,25%
Agronegócio	3.658.497	4,64%	3.658.497	4,16%
Atividades específicas da construção	304.948	0,39%	304.948	0,35%
Automotivo	619.321	0,79%	619.334	0,70%
Comércio atacadista e indústrias diversas	2.794.411	3,55%	2.801.167	3,19%
Comércio varejista	1.129.874	1,43%	1.130.098	1,29%
Construção pesada	232.865	0,30%	232.865	0,26%
Cooperativas	1.344.324	1,71%	1.344.324	1,53%
Energia elétrica	1.274.435	1,62%	1.274.435	1,45%
Instituições e serviços financeiros	623.423	0,79%	619.933	0,71%
Madeireiro e moveleiro	62.114	0,08%	62.114	0,07%
Mineração e metalurgia	125.034	0,16%	125.034	0,14%
Papel e celulose	125.727	0,16%	125.727	0,14%
Pequenas e médias empresas ⁽²⁾	172.799	0,22%	227.322	0,26%
Químico	324.102	0,41%	324.104	0,37%
Serviços	1.962.460	2,49%	1.962.879	2,23%
Telecomunicações	561.048	0,71%	561.048	0,64%
Têxtil e confecções	220.053	0,28%	220.053	0,25%
Transportes	550.521	0,70%	550.576	0,63%
Demais atividades	736.345	0,93%	876.943	1,00%
Total da carteira de crédito	78.810.691	100,00%	87.930.292	100,00%

⁽¹⁾ Contempla operações de crédito e títulos com características de concessão de crédito.

⁽²⁾ Incluem operações de crédito com os setores de agronegócio e outros setores de atividade econômica realizada com pequenas e médias empresas.

d) Resultado de provisão para perdas esperadas associadas a carteira de crédito

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
(Provisão) / reversão de provisão para perdas associadas à carteira de crédito	(905.528)	(2.104.207)	(1.435.398)	(3.106.348)
Operações de crédito	(834.669)	(1.970.093)	(1.362.668)	(2.970.363)
Outros créditos com características de concessão de crédito	(70.859)	(134.114)	(72.730)	(135.985)
Rendas de recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	262.200	511.879	286.287	695.124
Operações de crédito	261.605	499.410	285.692	679.155
Outras operações com características de concessão de crédito	595	12.469	595	15.969
Total de (provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	(643.328)	(1.592.328)	(1.149.111)	(2.411.224)
Outras (provisões) / reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito ⁽¹⁾	52.000	67.656	59.969	90.919
Compromissos de crédito	51.673	68.679	59.642	91.942
Outros riscos	327	(1.023)	327	(1.023)
Total de outras (provisões) / reversões de provisões associadas ao risco de crédito	52.000	67.656	59.969	90.919
Total	(591.328)	(1.524.672)	(1.089.142)	(2.320.305)

⁽¹⁾ As respectivas provisões estão apresentadas no passivo em "Provisão para perda - Outros riscos" (Nota 24) e "Provisões para perda esperada" (Nota 15h).



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

e) Carteira por prazos de vencimento

	Banco	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2025
Vencidas a partir de 1 dia de atraso ⁽¹⁾	2.684.502	3.868.223
A vencer em até 90 dias	10.963.276	14.002.179
A vencer de 91 a 360 dias	24.474.062	27.170.090
A vencer acima de 360 dias	40.688.851	42.889.800
Total de operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito (saldo bruto) ⁽²⁾	78.810.691	87.930.292

⁽¹⁾ Contempla apenas o saldo das parcelas vencidas, não incluindo as parcelas vincendas do mesmo contrato que se encontram adimplentes.

⁽²⁾ Não inclui ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de *hedge* de risco de mercado.

f) Concentração das operações de crédito

	31.12.2025	% da carteira
Banco		
Maior devedor	246.130	0,31%
10 Maiores devedores	1.458.843	1,85%
20 Maiores devedores	2.384.172	3,03%
50 Maiores devedores	4.185.582	5,31%
100 Maiores devedores	5.953.937	7,55%
Consolidado		
Maior devedor	246.130	0,30%
10 Maiores devedores	1.458.843	1,70%
20 Maiores devedores	2.384.172	2,70%
50 Maiores devedores	4.185.582	4,80%
100 Maiores devedores	5.981.636	6,80%

g) Valor contábil bruto ⁽¹⁾ (operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito)

Reconciliação do valor contábil bruto, segregado por estágios:

Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 2	Transferência para estágio 3	(Constituição) / reversão ⁽²⁾	Saldo em 31/12/2025 ⁽³⁾
Banco							
Operações de crédito	59.079.409	748.913	109.476	(2.538.327)	(2.780.059)	2.155.224	56.774.636
Pessoas físicas	50.179.488	748.913	109.476	(2.448.172)	(2.672.366)	4.227.710	50.145.049
Financiamentos	46.057.957	670.403	102.085	(2.200.986)	(2.387.405)	3.318.935	45.560.989
Outros	4.121.531	78.510	7.391	(247.186)	(284.961)	908.775	4.584.060
Pessoas jurídicas	8.899.921	-	-	(90.155)	(107.693)	(2.072.486)	6.629.587
Outras operações com características de concessão de crédito	8.778.860	48.749	-	(144.139)	(64.904)	2.218.280	10.836.846
Operações de arrendamento mercantil financeiro	50	-	-	-	-	(50)	-
Total	67.858.319	797.662	109.476	(2.682.466)	(2.844.963)	4.373.454	67.611.482
Consolidado							
Operações de crédito	62.663.976	935.369	123.943	(2.913.487)	(2.965.644)	5.650.751	63.494.908
Pessoas físicas	53.754.647	935.369	123.943	(2.823.332)	(2.857.951)	7.779.824	56.912.500
Financiamentos	46.057.957	755.127	108.435	(2.419.937)	(2.541.354)	6.639.561	48.599.789
Outros	7.696.690	180.242	15.508	(403.395)	(316.597)	1.140.263	8.312.711
Pessoas jurídicas	8.909.329	-	-	(90.155)	(107.693)	(2.129.073)	6.582.408
Outras operações com características de concessão de crédito	8.778.860	48.749	-	(144.139)	(64.904)	2.266.513	10.885.079
Operações de arrendamento mercantil financeiro	50	-	-	-	-	119.668	119.718
Total	71.442.886	984.118	123.943	(3.057.626)	(3.030.548)	8.036.932	74.499.705

Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	(Constituição) / reversão ⁽²⁾	Saldo em 31/12/2025
Banco							
Operações de crédito	4.212.113	2.538.327	37.199	(748.913)	(1.515.116)	(632.837)	3.890.773
Pessoas físicas	3.994.071	2.448.172	34.342	(748.913)	(1.501.356)	(429.982)	3.796.334
Financiamentos	3.643.224	2.200.986	32.917	(670.403)	(1.346.146)	(472.594)	3.387.984
Outros	350.847	247.186	1.425	(78.510)	(155.210)	42.612	408.350
Pessoas jurídicas	218.042	90.155	2.857	-	(13.760)	(202.855)	94.439
Outras operações com características de concessão de crédito	131.134	144.139	-	(48.749)	(1.206)	222.128	447.446
Total	4.343.247	2.682.466	37.199	(797.662)	(1.516.322)	(410.709)	4.338.219

Consolidado							
Operações de crédito	4.739.911	2.913.487	41.477	(935.369)	(1.727.344)	(283.079)	4.749.083
Pessoas físicas	4.519.388	2.823.332	38.620	(935.369)	(1.713.584)	(77.071)	4.655.316
Financiamentos	3.643.224	2.419.937	35.198	(755.127)	(1.466.518)	(175.129)	3.701.585
Outros	876.164	403.395	3.422	(180.242)	(247.066)	98.058	953.731
Pessoas jurídicas	220.523	90.155	2.857	-	(13.760)	(206.008)	93.767
Outras operações com características de concessão de crédito	131.134	144.139	-	(48.749)	(1.206)	224.119	449.437
Total	4.871.045	3.057.626	41.477	(984.118)	(1.728.550)	(58.960)	5.198.520

Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 2	Write off	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/12/2025
Banco								
Operações de crédito	4.603.625	2.780.059	1.515.116	(109.476)	(37.199)	(337.048)	(1.740.917)	6.674.160
Pessoas físicas	4.227.430	2.672.366	1.501.356	(109.476)	(34.342)	(297.288)	(1.520.582)	6.439.464
Financiamentos	3.853.669	2.387.405	1.346.146	(102.085)	(32.917)	(212.635)	(1.476.108)	5.763.475
Outros	373.761	284.961	155.210	(7.391)	(1.425)	(84.653)	(44.474)	675.989
Pessoas jurídicas	376.195	107.693	13.760	-	(2.857)	(39.760)	(220.335)	234.696
Outras operações com características de concessão de crédito	185.289	64.904	1.206	-	-	(22.218)	(42.351)	186.830
Operações de arrendamento mercantil financeiro	89	-	-	-	-	-	(89)	-
Total	4.789.003	2.844.963	1.516.322	(109.476)	(37.199)	(359.266)	(1.783.357)	6.860.990

Consolidado								
Operações de crédito	5.303.762	2.965.644	1.727.344	(123.943)	(41.477)	(878.865)	(908.059)	8.044.406
Pessoas físicas	4.858.874	2.857.951	1.713.584	(123.943)	(38.620)	(839.105)	(666.882)	7.761.859
Financiamentos	3.853.669	2.541.354	1.466.518	(108.435)	(35.198)	(288.128)	(1.302.796)	6.126.984
Outros	1.005.205	316.597	247.066	(15.508)	(3.422)	(550.977)	635.914	1.634.875
Pessoas jurídicas	444.888	107.693	13.760	-	(2.857)	(39.760)	(241.177)	282.547
Outras operações com características de concessão de crédito	185.289	64.904	1.206	-	-	(22.218)	(41.520)	187.661
Operações de arrendamento mercantil financeiro	89	-	-	-	-	-	(89)	-
Total	5.489.140	3.030.548	1.728.550	(123.943)	(41.477)	(901.083)	(949.668)	8.232.067



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Resumo dos 3 estágios	Saldo em 01/01/2025	Transf. entre estágios	Write off	(Constituição) / reversão ⁽¹⁾	Saldo em 31/12/2025
Banco					
Por operação:					
Operações de crédito	67.895.147	-	(337.048)	(218.530)	67.339.569
Pessoas físicas	58.400.989	-	(297.288)	2.277.146	60.380.847
Financiamentos	53.554.850	-	(212.635)	1.370.233	54.712.448
Outros	4.846.139	-	(84.653)	906.913	5.668.399
Pessoas jurídicas	9.494.158	-	(39.760)	(2.495.676)	6.958.722
Outras operações com características de concessão de crédito	9.095.283	-	(22.218)	2.398.057	11.471.122
Operações de arrendamento mercantil financeiro	139	-	-	(139)	-
Total	76.990.569	-	(359.266)	2.179.388	78.810.691
Por estágio:					
Estágio 1	67.858.319	(4.620.291)	-	4.373.454	67.611.482
Estágio 2	4.343.247	405.681	-	(410.709)	4.338.219
Estágio 3	4.789.003	4.214.610	(359.266)	(1.783.357)	6.860.990
Total	76.990.569	-	(359.266)	2.179.388	78.810.691
Consolidado					
Por operação:					
Operações de crédito	72.707.649	-	(878.865)	4.459.613	76.288.397
Pessoas físicas	63.132.909	-	(839.105)	7.035.871	69.329.675
Financiamentos	53.554.850	-	(288.128)	5.161.636	58.428.358
Outros	9.578.059	-	(550.977)	1.874.235	10.901.317
Pessoas jurídicas	9.574.740	-	(39.760)	(2.576.258)	6.958.722
Outras operações com características de concessão de crédito	9.095.283	-	(22.218)	2.449.112	11.522.177
Operações de arrendamento mercantil financeiro	139	-	-	119.579	119.718
Total	81.803.071	-	(901.083)	7.028.304	87.930.292
Por estágio:					
Estágio 1	71.442.886	(4.980.113)	-	8.036.932	74.499.705
Estágio 2	4.871.045	386.435	-	(58.960)	5.198.520
Estágio 3	5.489.140	4.593.678	(901.083)	(949.668)	8.232.067
Total	81.803.071	-	(901.083)	7.028.304	87.930.292

⁽¹⁾ Não inclui ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de *hedge* de risco de mercado.

⁽²⁾ Inclui apropriação de juros das operações de crédito e de outras operações com características de concessão de crédito.

⁽³⁾ Não houve ativos financeiros alocados no primeiro estágio com mais de 30 (trinta) dias de atraso em 31 de dezembro de 2025.

h) Perda Esperada

Reconciliação da perda esperada, que inclui provisão para carteira *off balance*, segregada por estágios:

Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 2	Transferência para estágio 3	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/12/2025
Banco							
Operações de crédito	(1.943.139)	(244.775)	(65.463)	143.058	193.075	295.676	(1.621.568)
Pessoas físicas	(1.906.840)	(244.775)	(65.463)	142.390	192.564	285.704	(1.596.420)
Financiamentos	(1.774.323)	(220.931)	(60.411)	127.746	169.943	354.953	(1.403.023)
Outros	(132.517)	(23.844)	(5.052)	14.644	22.621	(69.249)	(193.397)
Pessoas jurídicas	(36.299)	-	-	668	511	9.972	(25.148)
Outras operações com características de concessão de crédito	(41.864)	(2.289)	-	967	425	(6.945)	(49.706)
Total	(1.985.003)	(247.064)	(65.463)	144.025	193.500	288.731	(1.671.274)

Consolidado							
Operações de crédito	(2.466.423)	(287.421)	(78.355)	164.294	203.957	521.727	(1.942.221)
Pessoas físicas	(2.426.594)	(287.421)	(78.355)	163.626	203.446	508.290	(1.917.008)
Financiamentos	(1.774.323)	(244.413)	(65.458)	134.214	175.397	297.203	(1.477.380)
Outros	(652.271)	(43.008)	(12.897)	29.412	28.049	211.087	(439.628)
Pessoas jurídicas	(39.829)	-	-	668	511	13.437	(25.213)
Outras operações com características de concessão de crédito	(41.864)	(2.289)	-	967	425	(6.992)	(49.753)
Operações de arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	-	-	(514)	(514)
Total	(2.508.287)	(289.710)	(78.355)	165.261	204.382	514.221	(1.992.488)

Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/12/2025
Banco							
Operações de crédito	(1.484.146)	(143.058)	(22.137)	244.775	616.269	(578.293)	(1.366.590)
Pessoas físicas	(1.465.841)	(142.390)	(21.412)	244.775	613.718	(592.875)	(1.364.025)
Financiamentos	(1.339.317)	(127.746)	(20.441)	220.931	554.238	(502.368)	(1.214.703)
Outros	(126.524)	(14.644)	(971)	23.844	59.480	(90.507)	(149.322)
Pessoas jurídicas	(18.305)	(668)	(725)	-	2.551	14.582	(2.565)
Outras operações com características de concessão de crédito	(7.959)	(967)	-	2.289	111	(48.248)	(54.774)
Total	(1.492.105)	(144.025)	(22.137)	247.064	616.380	(626.541)	(1.421.364)

Consolidado							
Operações de crédito	(1.722.960)	(164.294)	(25.782)	287.421	726.833	(769.496)	(1.668.278)
Pessoas físicas	(1.702.595)	(163.626)	(25.057)	287.421	724.282	(786.131)	(1.665.706)
Financiamentos	(1.339.317)	(134.214)	(22.157)	244.413	607.546	(674.723)	(1.318.452)
Outros	(363.278)	(29.412)	(2.900)	43.008	116.736	(111.408)	(347.254)
Pessoas jurídicas	(20.365)	(668)	(725)	-	2.551	16.635	(2.572)
Outras operações com características de concessão de crédito	(7.959)	(967)	-	2.289	111	(48.304)	(54.830)
Total	(1.730.919)	(165.261)	(25.782)	289.710	726.944	(817.800)	(1.723.108)



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 2	Write off	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/12/2025
Banco								
Operações de crédito	(3.222.171)	(193.075)	(616.269)	65.463	22.137	337.048	(1.191.477)	(4.798.344)
Pessoas físicas	(2.894.216)	(192.564)	(613.718)	65.463	21.412	297.288	(1.294.826)	(4.611.161)
Financiamentos	(2.586.567)	(169.943)	(554.238)	60.411	20.441	212.635	(1.074.879)	(4.092.140)
Outros	(307.649)	(22.621)	(59.480)	5.052	971	84.653	(219.947)	(519.021)
Pessoas jurídicas	(327.955)	(511)	(2.551)	-	725	39.760	103.349	(187.183)
Outras operações com características de concessão de crédito	(136.367)	(425)	(111)	-	-	22.218	(20.330)	(135.015)
Operações de arrendamento mercantil financeiro	(89)	-	-	-	-	-	89	-
Total	(3.358.627)	(193.500)	(616.380)	65.463	22.137	359.266	(1.211.718)	(4.933.359)
Consolidado								
Operações de crédito	(3.904.237)	(203.957)	(726.833)	78.355	25.782	878.865	(2.236.258)	(6.088.283)
Pessoas físicas	(3.512.387)	(203.446)	(724.282)	78.355	25.057	839.105	(2.349.283)	(5.846.881)
Financiamentos	(2.586.567)	(175.397)	(607.546)	65.458	22.157	288.128	(1.400.622)	(4.394.389)
Outros	(925.820)	(28.049)	(116.736)	12.897	2.900	550.977	(948.661)	(1.452.492)
Pessoas jurídicas	(391.850)	(511)	(2.551)	-	725	39.760	113.025	(241.402)
Outras operações com características de concessão de crédito	(136.367)	(425)	(111)	-	-	22.218	(20.459)	(135.144)
Operações de arrendamento mercantil financeiro	(89)	-	-	-	-	-	89	-
Total	(4.040.693)	(204.382)	(726.944)	78.355	25.782	901.083	(2.256.628)	(6.223.427)



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Resumo dos 3 estágios	Saldo em 01/01/2025	Transf. entre estágios	Write off	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/12/2025
Banco					
Por operação:					
Operações de crédito	(6.649.456)	-	337.048	(1.474.094)	(7.786.502)
Pessoas físicas	(6.266.897)	-	297.288	(1.601.997)	(7.571.606)
Financiamentos	(5.700.207)	-	212.635	(1.222.294)	(6.709.866)
Outros	(566.690)	-	84.653	(379.703)	(861.740)
Pessoas jurídicas	(382.559)	-	39.760	127.903	(214.896)
Outras operações com características de concessão de crédito	(186.190)	-	22.218	(75.523)	(239.495)
Operações de arrendamento mercantil financeiro	(89)	-	-	89	-
Total	(6.835.735)	-	359.266	(1.549.528)	(8.025.997)
Por estágio:					
Estágio 1	(1.985.003)	24.998	-	288.731	(1.671.274)
Estágio 2	(1.492.105)	697.282	-	(626.541)	(1.421.364)
Estágio 3	(3.358.627)	(722.280)	359.266	(1.211.718)	(4.933.359)
Total	(6.835.735)	-	359.266	(1.549.528)	(8.025.997)
Consolidado					
Por operação:					
Operações de crédito	(8.093.620)	-	878.865	(2.484.027)	(9.698.782)
Pessoas físicas	(7.641.576)	-	839.105	(2.627.124)	(9.429.595)
Financiamentos	(5.700.207)	-	288.128	(1.778.142)	(7.190.221)
Outros	(1.941.369)	-	550.977	(848.982)	(2.239.374)
Pessoas jurídicas	(452.044)	-	39.760	143.097	(269.187)
Outras operações com características de concessão de crédito	(186.190)	-	22.218	(75.755)	(239.727)
Operações de arrendamento mercantil financeiro	(89)	-	-	(425)	(514)
Total	(8.279.899)	-	901.083	(2.560.207)	(9.939.023)
Por estágio:					
Estágio 1	(2.508.287)	1.578	-	514.221	(1.992.488)
Estágio 2	(1.730.919)	825.611	-	(817.800)	(1.723.108)
Estágio 3	(4.040.693)	(827.189)	901.083	(2.256.628)	(6.223.427)
Total	(8.279.899)	-	901.083	(2.560.207)	(9.939.023)

(1) Não houve ativos transferidos do estágio 3 por deixarem de atender aos critérios de caracterização de ativo problemático em 31 de dezembro de 2025.

No Banco, o saldo de R\$ 140.110 referente à perda esperada de crédito está registrado no passivo em 'Provisões para perda esperada', sendo composto por R\$ 138.757 relativos a garantias financeiras prestadas e R\$ 1.353 a compromissos de crédito. No Consolidado, o montante total é de R\$ 391.063, composto por R\$ 138.700 em garantias financeiras prestadas e R\$ 252.363 em compromissos de crédito.

i) Informações sobre cessões de crédito
i.1) Cessões com retenção substancial dos riscos e benefícios

	31.12.2025	
	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾
Banco	6.601.495	7.371.597
Com coobrigação	6.601.495	7.371.597
Instituições financeiras - Partes relacionadas	6.601.495	7.371.597
Consolidado	6.601.495	7.371.597
Com coobrigação	6.601.495	7.371.597
Instituições financeiras - Partes relacionadas	6.601.495	7.371.597

⁽¹⁾ Registrado na rubrica Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

i.2) Cessões sem retenção substancial dos riscos e benefícios

	Banco e Consolidado		
	31.12.2025		
	Valor cessão	Valor presente	Resultado cessão ^{(1) (2)}
Financiamentos	1.462.461	1.410.541	220.566
Créditos em prejuízo	106.664	1.082.020	106.664
Total	1.569.125	2.492.561	327.230

⁽¹⁾ Contempla as respectivas reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito existentes para as operações cedidas, cujos impactos estão apresentados no resultado na linha "(Provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito" no montante de R\$ 7.033 no Banco e no Consolidado.

⁽²⁾ Outras despesas de provisões para perdas associadas ao risco de crédito relacionadas às cessões estão apresentadas na nota explicativa [15d](#).

i.3) Resultado com venda ou transferência de ativos financeiros

	Banco e Consolidado	
	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Rendas com venda ou transferência de ativos financeiros	872.825	1.732.039
Rendas com cessão com retenção substancial dos riscos e benefícios	754.888	1.588.371
Rendas com cessão sem retenção substancial dos riscos e benefícios ⁽¹⁾	117.937	143.668
Despesas com venda ou transferência de ativos financeiros	(639.212)	(1.213.553)
Despesas com cessão com retenção substancial dos riscos e benefícios	(501.097)	(1.075.438)
Despesas com cessão sem retenção substancial dos riscos e benefícios ⁽¹⁾	(138.115)	(138.115)
Total	233.613	518.486

⁽¹⁾ Não inclui as receitas decorrentes de reversões de provisões, recuperações de créditos em prejuízo ou qualquer resultado cuja natureza não seja especificamente a cessão.

j) Operações renegociadas e reestruturadas

	Banco	Consolidado
Total de ativos renegociados em 01.01.2025	9.015.385	9.414.110
Adições	5.858.151	6.094.084
Baixas / liquidações	(4.350.970)	(4.705.261)
Total de ativos renegociados em 31.12.2025	10.522.566	10.802.933
Total de ativos reestruturados - carteira de crédito ⁽¹⁾	440.167	533.967
Total de ativos reestruturados - perda esperada ⁽¹⁾	376.185	465.865
Percentual dos ativos reestruturados (%) ⁽²⁾	4,18%	4,94%

⁽¹⁾ Total de ativos decorrentes de reestruturação no terceiro estágio.

⁽²⁾ Percentual dos ativos financeiros reestruturados em relação ao total de instrumentos financeiros renegociados, incluindo os reestruturados.

k) Outras informações

	Banco	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2025
Créditos contratados a liberar	1.054.468	6.260.763
Garantias financeiras prestadas (Nota 32.2.a.iv)	6.572.057	6.572.057

16. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Banco	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2025
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	10
Outros créditos e rendas a receber	-	10
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	710.119	462.150
Relações com correspondentes	5.336	6.372
Dividendos a receber	473.998	-
Outros créditos e rendas a receber	41.581	80.862
Transações de cartão de crédito	-	194.380
Valores a receber de liquidações de títulos no exterior	4.691	4.691
Outros créditos para negociação e intermediação de valores	182.721	182.721
(Perda Esperada)	(4.204)	(20.171)
Outros	5.996	13.295
Total	710.119	462.160
Ativo circulante	703.790	456.858
Ativo não circulante	6.329	5.302

17. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA

Os ativos não financeiros mantidos para a venda referem-se, principalmente, a imóveis e veículos não de uso (i) adjudicados, recebidos em dação em pagamento ou por qualquer outra forma recepcionados para a liquidação ou amortização de dívidas; (ii) imóveis construídos por sociedades investidas de propósitos específicos e destinados para a venda; e (iii) participações em empreendimentos imobiliários mantidos para venda.

	Banco	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2025
Imóveis	66.943	164.369
Veículos e afins	126.915	127.255
Provisão para perda ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	(29.812)	(78.293)
Total	164.046	213.331
Ativo circulante	143.458	152.116
Ativo não circulante	20.588	61.215

18. OUTROS ATIVOS

	Banco	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2025
Outros ativos	655.815	883.902
Despesas antecipadas	69.887	76.870
Devedores diversos - No país	78.473	254.498
Adiantamentos e antecipações salariais	7.145	7.884
Adiantamentos a fornecedores	6.461	8.822
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 31c)	361.140	406.987
Outros créditos e valores a receber de sociedades ligadas	14.432	787
Ativos de sustentabilidade ⁽¹⁾	65.666	65.666
Outros	52.611	62.388
Total	655.815	883.902
Ativo circulante	403.022	550.444
Ativo não circulante	252.793	333.458

⁽¹⁾ Contempla o valor líquido, considerando a compensação de créditos de carbono e títulos verdes.

19. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS, COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO

a) Movimentações nas participações coligadas e controladas em conjunto

	01.01.2025	Movimentação			31.12.2025
	Valor do investimento ⁽¹⁾	Dividendos	Outros eventos ⁽²⁾	Resultado equivalência / Outros ⁽³⁾	Valor do investimento
Banco					
1 - Controladas do Banco	3.690.207	(473.997)	(156.440)	380.870	3.440.639
Banco BV S.A.	3.081.989	-	(132.019)	(139.811)	2.810.159
BV Corretora de Seguros	1.200	(460.365)	-	460.365	1.200
BVIA	134.659	(8.648)	-	36.414	162.425
Atenas	66.274	-	(24.421)	2.915	44.768
BVEP	406.085	(4.984)	-	20.987	422.087
2 - Coligadas do Banco	101.548	-	(10.595)	(89.512)	1.441
Tivio Capital DTVM	29.522	-	-	(28.081)	1.441
EM2104 ^{(4) (5)}	72.026	-	(10.595)	(61.431)	-
Total (1 + 2) - Banco	3.791.755	(473.997)	(167.035)	291.358	3.442.080
Consolidado					
1 - Coligadas do Banco	101.548	-	(10.595)	(89.512)	1.441
Tivio Capital DTVM	29.522	-	-	(28.081)	1.441
EM2104 ^{(4) (5)}	72.026	-	(10.595)	(61.431)	-
2 - Coligadas do Banco BV S.A.	17.795	-	(13.484)	(4.311)	-
Portal Solar S.A. ⁽⁴⁾	17.795	-	(13.484)	(4.311)	-
3 - Coligadas e controladas em conjunto da BVEP ⁽⁴⁾	6.617	-	(4.222)	246	2.641
Total (1 + 2 + 3) - Consolidado	125.960	-	(28.301)	(93.577)	4.082

⁽¹⁾ Contempla os saldos de ágio, mais valia e *impairment* no montante de R\$ 72.026.

⁽²⁾ Inclui movimentação de outros resultados abrangentes.

⁽³⁾ Contempla movimentação no resultado de ágio, mais valia e *impairment* no período findo em 31 de dezembro de 2025.

⁽⁴⁾ Inclui investimentos com passivo a descoberto apresentados em Outros passivos (Nota 24).

⁽⁵⁾ A empresa EM2104 detém 98,98% de participação na Trademaster Instituição de Pagamento Serviços e Participações S.A.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b) Informações financeiras resumidas das participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto

	Participação do Capital Social %	31.12.2025			Exercício/ 2025	Quantidade de ações / cotas (em milhares)
		Ativo total	Patrimônio Líquido ⁽²⁾	Capital Social	Lucro/ (prejuízo) líquido	Ordinárias
Controladas do Banco						
Banco BV S.A.	100,00%	13.618.911	2.810.567	4.200.131	(139.811)	2.970
BV Corretora de Seguros	100,00%	646.741	1.200	1.000	460.365	200
BVIA	100,00%	215.737	162.425	99.564	36.414	75.758
Atenas ⁽¹⁾	100,00%	51.722	44.768	30.804	2.915	51.610
BVEP	100,00%	434.285	422.087	352.383	20.987	598.400
Coligadas do Banco						
Tivio Capital DTVM	38,44%	135.955	3.747	149.402	(73.052)	41.141.463

⁽¹⁾ Para efeito de consolidação, contempla defasagem de até 2 meses no respectivo balancete.

⁽²⁾ Contempla o resultado do período.

20. ATIVOS IMOBILIZADOS

	Taxa anual de depreciação	01.01.2025	Exercício/ 2025		31.12.2025		
		Saldo contábil	Aquisições ⁽¹⁾	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Banco							
Instalações	10,00%	16.851	5.936	(4.951)	133.934	(116.098)	17.836
Móveis e equipamentos de uso	10,00%	4.901	1.143	(1.646)	33.476	(29.078)	4.398
Sistema de comunicação	20,00%	2.288	1.686	(1.305)	19.446	(16.777)	2.669
Direito de uso ⁽²⁾	—	75.203	61	(12.673)	153.971	(91.380)	62.591
Sistema de processamento de dados	20,00%	30.870	12.375	(14.268)	213.001	(184.024)	28.977
Sistema de segurança	10,00%	55	30	(11)	2.665	(2.591)	74
Sistema de transporte	20,00%	174	-	(78)	712	(616)	96
Total		130.342	21.231	(34.932)	557.205	(440.564)	116.641
Consolidado							
Instalações	10,00%	17.285	7.996	(5.468)	138.920	(119.107)	19.813
Móveis e equipamentos de uso	10,00%	5.683	831	(2.339)	38.056	(33.881)	4.175
Sistema de comunicação	20,00%	2.303	2.882	(1.326)	20.709	(16.850)	3.859
Direito de uso ⁽²⁾	—	75.355	897	(13.043)	154.924	(91.715)	63.209
Sistema de processamento de dados	20,00%	30.886	12.388	(14.270)	213.031	(184.027)	29.004
Sistema de segurança	10,00%	55	30	(11)	2.665	(2.591)	74
Sistema de transporte	20,00%	174	-	(78)	712	(616)	96
Total		131.741	25.024	(36.535)	569.017	(448.787)	120.230

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre ativos da agência no exterior.

⁽²⁾ O ativo de direito de uso é depreciado pelo método linear a partir da data de início até o término do prazo de cada arrendamento. Por essa razão, não é possível estabelecer uma taxa anual única de depreciação para esse ativo.

21. ATIVOS INTANGÍVEIS E ÁGIO

	Banco	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2025
Ativos intangíveis (Nota 21a)	1.067.416	1.412.157
Ágio	-	280.336
Total	1.067.416	1.692.493

a) Composição

	31.12.2025		
	Valor de custo	Amortização acumulada	Saldo contábil
Banco			
Softwares adquiridos	42.491	(42.491)	-
Licenças de uso	890.816	(837.012)	53.804
Acordos por direitos de comercialização	44.999	(44.999)	-
Softwares desenvolvidos internamente	1.428.106	(414.494)	1.013.612
Outros	7.370	(7.370)	-
Total	2.413.782	(1.346.366)	1.067.416
Consolidado			
Softwares adquiridos	54.007	(46.170)	7.837
Licenças de uso	899.981	(844.997)	54.984
Acordos por direitos de comercialização	44.999	(44.999)	-
Softwares desenvolvidos internamente	1.858.159	(530.446)	1.327.713
Marcas e patentes	6.348	-	6.348
Outros	22.645	(7.370)	15.275
Total	2.886.139	(1.473.982)	1.412.157

(1) O prazo remanescente de amortização é de até 10 anos.

b) Movimentação

	Taxa anual de amortização	01.01.2025	Exercício/ 2025				31.12.2025
		Saldo contábil	Aquisições ⁽¹⁾	Transferências ⁽²⁾	Baixas	Amortização	Saldo contábil
Banco							
Licenças de uso	100,00%	63.459	146.720	-	-	(156.375)	53.804
Softwares desenvolvidos internamente	20,00%	1.042.018	241.243	(40.382)	(39.637)	(189.630)	1.013.612
Total		1.105.477	387.963	(40.382)	(39.637)	(346.005)	1.067.416
Consolidado							
Softwares adquiridos	10,00%	37.310	419	-	(22.278)	(5.803)	9.648
Licenças de uso	100,00%	65.305	151.922	-	-	(162.243)	54.984
Softwares desenvolvidos internamente	20,00%	1.201.943	465.904	(34.691)	(62.501)	(244.753)	1.325.902
Marcas e patentes	-	6.348	-	-	-	-	6.348
Outros	10,00%	-	19.524	-	-	(4.249)	15.275
Total		1.310.906	637.769	(34.691)	(84.779)	(417.048)	1.412.157

(1) Inclui variação cambial sobre ativos da agência no exterior.

(2) No Banco, refere-se à transferência de softwares desenvolvidos internamente para a controlada BV S.A.

(3) Refere-se à mais valia na aquisição de controlada, cuja vida útil é indefinida.

22. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	Banco e Consolidado		
	31.12.2025		
	Valor de custo	Valor justo (contábil)	Ganho/ (perda) não realizado
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			
Outros passivos financeiros	1.395.533	1.395.456	(77)
Operações com acordo de recompra - Livre movimentação	1.395.533	1.395.456	(77)
Total	1.395.533	1.395.456	(77)
Passivo circulante		1.395.456	

23. PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

a) Passivos financeiros com acordo de recompra

	Banco	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2025
Carteira própria	20.229.668	17.853.332
Letras Financeiras do Tesouro	8.522.346	6.928.356
Letras do Tesouro Nacional	4.297.482	4.211.155
Notas do Tesouro Nacional	1.126.130	430.111
Títulos privados – Debêntures	3.953.185	3.953.185
Títulos privados – Outros	2.330.525	2.330.525
Carteira de terceiros	1.859.417	1.147.831
Letras do Tesouro Nacional	1.672.115	960.529
Notas do Tesouro Nacional	187.302	187.302
Total	22.089.085	19.001.163
Passivo circulante	21.158.882	18.784.246
Passivo não circulante	930.203	216.917

a.1) Despesas com operações com acordo de recompra

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Despesas de captações com depósitos	(1.552.900)	(3.023.007)	(1.632.323)	(3.142.681)
Depósitos a prazo	(1.533.253)	(2.941.248)	(1.612.676)	(3.035.114)
Depósitos interfinanceiros	(19.647)	(81.759)	(19.647)	(107.567)
Despesas de captações no mercado aberto	(2.118.075)	(3.502.583)	(1.957.805)	(3.268.308)
Carteira própria	(1.468.195)	(2.456.980)	(1.310.253)	(2.226.284)
Carteira de terceiros	(221.397)	(328.558)	(219.069)	(324.979)
Carteira de livre movimentação ⁽¹⁾	(428.483)	(717.045)	(428.483)	(717.045)
Despesas de captação de recursos de aceites e emissão de títulos	(3.665.185)	(6.666.596)	(3.667.597)	(6.669.640)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(492)	(1.044)	(492)	(1.044)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(286.289)	(522.770)	(286.289)	(522.770)
Letras Financeiras - LF	(3.362.574)	(6.112.140)	(3.362.574)	(6.112.140)
Outras	(15.830)	(30.642)	(18.242)	(33.686)
Resultado com dívidas subordinadas no exterior	(176.872)	183.808	(176.872)	183.808
Total	(7.513.032)	(13.008.378)	(7.434.597)	(12.896.821)

⁽¹⁾ Inclui os efeitos da variação de valor justo do passivo correspondente.

b) Depósitos

	Banco	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2025
Depósitos de clientes	24.254.347	26.175.496
Depósitos à vista	685.499	881.477
Pessoas físicas ⁽¹⁾	75.312	441.797
Pessoas jurídicas ⁽¹⁾	610.181	439.674
Vinculados	6	6
Depósitos a prazo ⁽²⁾	23.568.848	24.946.383
Moeda nacional	23.284.590	24.662.125
Moeda estrangeira	284.258	284.258
Outros depósitos	-	347.636
Depósitos de instituições financeiras	218.854	217.053
Total	24.473.201	26.392.549
Passivo circulante	23.398.338	24.748.902
Passivo não circulante	1.074.863	1.643.647

⁽¹⁾ Contempla valores a devolver a clientes, no âmbito do Sistema de Valores a Receber (SVR).

⁽²⁾ Inclui emissão de título verde (CDB green), maiores detalhes estão descritos na nota 32.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b.1) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade em 31 de dezembro de 2025

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	31.12.2025
Banco						
Depósitos à vista	685.499	-	-	-	-	685.499
Depósitos a prazo	-	13.159.553	9.357.341	942.213	109.741	23.568.848
Depósitos de instituições financeiras	-	124.279	71.666	22.909	-	218.854
Total	685.499	13.283.832	9.429.007	965.122	109.741	24.473.201
Consolidado						
Depósitos à vista	881.477	-	-	-	-	881.477
Depósitos a prazo	-	13.493.186	9.832.459	1.510.997	109.741	24.946.383
Outros depósitos	347.636	-	-	-	-	347.636
Depósitos de instituições financeiras	-	122.478	71.666	22.909	-	217.053
Total	1.229.113	13.615.664	9.904.125	1.533.906	109.741	26.392.549

c) Obrigações por empréstimos e por repasses

	Banco e Consolidado
	31.12.2025
Obrigações por empréstimos	2.458.882
Obrigações por repasses	1.944.783
Total	4.403.665

c.1) Composição de obrigações por empréstimos

	Banco e Consolidado
	31.12.2025
No exterior	2.458.882
Tomados junto a banqueiros no exterior ⁽¹⁾	2.277.716
Importação	181.166
Total	2.458.882
Passivo circulante	1.106.406
Passivo não circulante	1.352.476

⁽¹⁾ Inclui emissão de título verde, maiores detalhes estão descritos na nota 32.

c.2) Composição de obrigações por repasses
Do país – Instituições oficiais

Programas	Remuneração a.a.	Banco e Consolidado
		31.12.2025
Tesouro Nacional		335.084
Pré-fixado	1,00% a.a. a 11,50% a.a.	334.820
Pós-fixado	100,00% da SELIC	264
BNDES		569.196
Pré-fixado	2,70% a.a. à 9,27% a.a.	398.826
Pós-fixado	1,45% a.a. + IPCA	20.818
Com variação cambial	0,90% a.a. à 1,15% a.a. + variação cambial	149.552
FINAME		1.040.503
Pré-fixado	1,05% a.a. à 8,12% a.a.	27.284
Pós-fixado	1,25% a.a. à 2,50% a.a. + TR 226 0,75% a.a. à 1,25% a.a. + IPCA 1,11% a.a. à 1,70% a.a. + SELIC 1,11% a.a. à 1,70% a.a. + SELIC 1,15% a.a. + variação cambial	1.013.219
Total		1.944.783
Passivo circulante		831.819
Passivo não circulante		1.112.964

c.3) Resultado de obrigações por empréstimos e repasses

	Banco e Consolidado	
	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Resultado de obrigações por empréstimos ⁽¹⁾	(69.208)	502.499
Resultado de obrigações por repasses	(65.928)	(111.720)
Tesouro Nacional	(11.763)	(20.251)
BNDES	(46.042)	(77.468)
FINAME	(8.123)	(14.001)
Total	(135.136)	390.779

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre empréstimos e repasses no exterior.

d) Composição de títulos emitidos

Captações	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Ano captação	Ano vencimento	Banco e Consolidado
						31.12.2025
Letras de Crédito do Agronegócio						5.537.784
Pré-fixado	R\$	2.482.243	de 4,48% a.a. à 14,50% a.a.	2022	2030	2.612.777
Pós-fixado	R\$	2.420.455	de 81,9% a.a. à 105% do DI de 0% a.a. à 0,2% a.a. + DI	2023	2030	2.593.765
Pós-fixado	R\$	301.241	de 4,17% a.a. à 8,17% a.a. + IPCA	2022	2030	331.242
Letras Financeiras						42.550.039
Pré-fixado	R\$	688.191	de 7,09% a.a. à 15,08% a.a.	2019	2031	916.055
Pós-fixado ⁽¹⁾	R\$	34.547.427	de 100% à 120% do DI de 0% a.a. à 1,77% a.a. + DI	2021	2029	39.973.425
Pós-fixado ⁽¹⁾	R\$	1.085.385	de 3,69% a.a. à 8,01% a.a. + IPCA	2019	2032	1.660.559
Obrigações por TVM no exterior						3.853.070
Com variação cambial ⁽¹⁾	USD	395.375	5,88% a.a. + variação cambial	2024	2028	3.853.070
Total						51.940.893
Passivo circulante						21.638.017
Passivo não circulante						30.302.876

⁽¹⁾ Inclui emissão de título verde (*green bond*), maiores detalhes estão descritos na nota 32.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

e) Composição de passivos subordinados

Captações	Moeda	Valor emitido ⁽¹⁾	Remuneração a.a. ⁽²⁾	Ano captação	Opção de resgate ⁽³⁾	Banco e Consolidado
						31.12.2025
Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas						
Pré-fixado ⁽⁴⁾	R\$	446.400	de 14,48% a.a. à 15,00% a.a.	2023	06.2028 e 01.2032	580.445
Pós-fixado	R\$	500.100	100% do CDI + 4,50% a.a	2022	10.2029	539.662
Pós-fixado	R\$	500.700	100% do CDI + 1,37% a.a	2024	07.2030	599.243
Pós-fixado	R\$	500.100	100% do CDI + 1,37% a.a	2025	07.2031	539.371
Total						2.258.721
Passivo não circulante						2.258.721

Captações	Moeda	Valor emitido ⁽¹⁾	Remuneração a.a. ⁽²⁾	Ano captação	Ano Vencimento	Banco e Consolidado
						31.12.2025
Letras Financeiras Subordinadas						
Pós-fixado	R\$	1.202.965	100,00% a.a. à 107,00% a.a. de 0,00% a.a. à 2,36% a.a. + DI	2021	2034	1.737.814
Pós-fixado	R\$	48.500	de 6,08% à 7,79% a.a. + IPCA	2015	2030	153.061
Pré-fixado	R\$	300	12,52% a.a.	2023	2033	400
Total						1.891.275
Passivo Circulante						215.182
Passivo não circulante						1.676.093

⁽¹⁾ Não contempla eventual deságio na respectiva emissão.

⁽²⁾ As opções de resgate por iniciativa do Banco iniciam-se nos períodos informados e permanecem em cada pagamento anual de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo BACEN.

⁽³⁾ Inclui ajuste ao valor justo das Letras Financeiras perpétuas que são objeto de *hedge* de risco de mercado no montante de R\$(77.331) em 31 de dezembro de 2025.

f) Composição de outros passivos financeiros

	Banco	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2025
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Outros passivos financeiros	115.061	3.785.740
Pagamentos e recebimentos a liquidar	413	3.540.339
Comissões por intermediação de operações a pagar	17.286	17.281
Operações com cartão de crédito	90	127.207
Obrigações por aquisição de bens e direitos	137	137
Negociação e intermediação de valores	26.278	29.296
Obrigações por direitos de uso (Resolução CMN nº 4.975/2021)	70.857	71.480
Total	115.061	3.785.740
Passivo circulante		
	26.000	3.696.679
Passivo não circulante		
	89.061	89.061

24. OUTROS PASSIVOS

	Banco	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2025
Recursos em trânsito de terceiros	42.256	74.678
Provisão para participação nos lucros e resultados	235.032	280.018
Provisão para despesas de pessoal	388.896	437.842
Provisão para despesas administrativas	354.911	382.579
Provisão para perda - Outros riscos	160.661	168.175
Obrigações legais (Nota 31d)	34.196	50.555
Credores diversos - No país	142.490	267.205
Valores a pagar a sociedades ligadas	11.924	-
Dividendos a pagar / Juros sobre o capital próprio a pagar ⁽¹⁾	72.250	72.250
Outros ⁽²⁾	110.855	117.778
Total	1.553.471	1.851.080
Passivo circulante	1.395.892	1.658.520
Passivo não circulante	157.579	192.560

⁽¹⁾ Para juros sobre o capital próprio, refere-se ao valor líquido dos efeitos tributários.

⁽²⁾ Inclui investimentos com passivo a descoberto.

25. RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de prestação de serviços

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Cobrança	4.776	9.396	4.776	9.396
Comissões sobre colocação de títulos	111.991	193.196	140.830	222.036
Rendas de garantias prestadas	39.358	78.483	39.358	78.483
Comissões sobre transações com cartão de crédito	-	-	132.799	256.817
Comissões sobre seguros	21.553	38.740	494.976	874.817
Assessoria financeira	255	932	255	1.895
Rendas com <i>marketplace</i>	-	-	51.674	100.693
Outros serviços	7.493	13.727	52.442	104.515
Total	185.426	334.474	917.110	1.648.652

b) Rendas de tarifas bancárias

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Confecção de cadastro	314.890	567.163	334.958	597.921
Transferência de recursos	495	914	495	914
Avaliação de bens	156.148	285.718	156.148	285.718
Rendas de cartão de crédito	-	-	46.185	95.224
Outras	816	1.086	879	1.221
Total	472.349	854.881	538.665	980.998

c) Despesas de pessoal

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Honorários, pró-labore e outros (Nota 29)	(13.675)	(27.456)	(17.580)	(34.674)
Benefícios	(91.918)	(174.520)	(115.273)	(216.331)
Encargos sociais	(136.402)	(263.832)	(172.174)	(329.898)
Proventos ⁽¹⁾	(434.261)	(847.459)	(545.687)	(1.053.083)
Demandas trabalhistas	(87.281)	(150.051)	(90.739)	(153.890)
Treinamentos	(3.601)	(6.977)	(4.851)	(9.034)
Previdência privada complementar	(9.355)	(17.787)	(11.711)	(22.256)
Total	(776.493)	(1.488.082)	(958.015)	(1.819.166)

⁽¹⁾ Inclui as despesas e os respectivos encargos incidentes sobre os programas de remuneração variável.

d) Outras despesas administrativas

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Serviços técnicos especializados ⁽¹⁾	(300.545)	(483.679)	(311.124)	(528.770)
Processamento de dados	(225.830)	(416.133)	(296.026)	(555.676)
Amortização ⁽²⁾	(162.961)	(324.969)	(238.374)	(441.768)
Propaganda e publicidade	(93.349)	(143.146)	(117.217)	(189.799)
Emolumentos judiciais e cartorários	(17.460)	(29.302)	(18.432)	(30.695)
Serviços do sistema financeiro	(21.706)	(47.248)	(26.716)	(55.575)
Promoções e relações públicas	(21.453)	(39.687)	(25.235)	(47.066)
Depreciação ⁽²⁾	(15.768)	(31.464)	(18.773)	(36.535)
Comunicações	(5.599)	(16.348)	(8.328)	(23.476)
Serviços de terceiros	(1.955)	(9.426)	(3.027)	(16.320)
Aluguéis	(6.836)	(13.604)	(10.236)	(19.112)
Viagens	(8.899)	(15.218)	(10.424)	(18.080)
Transportes	(6.656)	(12.323)	(7.897)	(14.170)
Manutenção e conservação de bens	(3.430)	(8.028)	(4.598)	(10.582)
Seguros	(5.721)	(10.052)	(6.682)	(11.649)
Vigilância e segurança	(2.144)	(3.799)	(2.449)	(4.438)
Materiais	(1.595)	(2.880)	(1.903)	(3.403)
Contribuições filantrópicas	(928)	(1.336)	(9.443)	(9.851)
Água, energia e gás	(235)	(485)	(462)	(841)
Publicações	-	(113)	(2)	(174)
Outras	(68.817)	(104.551)	(63.862)	(111.677)
Total	(971.887)	(1.713.791)	(1.181.210)	(2.129.657)

⁽¹⁾ No período findo em 31 de dezembro de 2025, as despesas relativas à auditoria externa foram de R\$ (2.856) no Banco e R\$ (4.219) no Consolidado.

⁽²⁾ Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados entre o banco BV e suas controladas.

e) Outras receitas operacionais

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Atualização de depósitos em garantia	13.740	25.039	17.320	27.705
Ressarcimento de multas e atualização de tributos pagos a maior	111.528	143.581	143.709	184.570
Resultado de atividade imobiliária	-	-	265	2.686
Ressarcimento de custos operacionais	1.856	2.627	1.856	2.627
Recuperação de encargos e despesas ⁽¹⁾	29.990	45.875	11.997	69.431
Recuperação de provisões diversas	-	-	-	4.152
Outras ⁽²⁾	27.044	31.014	29.245	52.806
Total ⁽³⁾	184.158	248.136	204.392	343.977

⁽¹⁾ Inclui efeitos de atualização monetária sobre tributos a recuperar e compensar.

⁽²⁾ Inclui efeitos de harmonização de práticas contábeis - provisões - de fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDCs) consolidados.

⁽³⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

f) Outras despesas operacionais

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Despesas relacionadas à originação	(348.241)	(429.280)	(399.371)	(496.423)
Demais custos relacionados à operação	(184.223)	(353.248)	(192.558)	(361.583)
Despesas com processamento de transações de pagamento	-	-	(54.390)	(108.254)
Demandas cíveis	(55.089)	(108.619)	(55.341)	(107.739)
Perdas operacionais	(50.010)	(103.745)	(56.041)	(103.363)
Demandas fiscais	(3.120)	(15.108)	(5.084)	(37.840)
Consumo de ativos sustentáveis	(10.256)	(20.045)	(10.256)	(20.045)
Preferência bancária	(10.335)	(17.113)	(10.335)	(17.113)
Outras	(73.882)	(125.128)	(66.967)	(150.075)
Total ⁽¹⁾	(735.156)	(1.172.286)	(850.343)	(1.402.435)

⁽¹⁾ A Resolução CMN nº 4.966/2021 introduziu mudanças nos custos associados à originação de operações de crédito. A partir de 1º de janeiro de 2025, essas despesas passaram a ser diferidas e registradas na linha de Resultado com Operações de Crédito. O saldo remanescente nesta rubrica refere-se, principalmente, a outras despesas relacionadas à originação que não se enquadra no conceito da composição da taxa efetiva de juros.

⁽²⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.

26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Outras receitas	36.258	49.797	36.961	50.588
Lucro na alienação de contrato de exclusividade	-	8.642	-	8.642
Reversão de provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda	1.905	1.905	2.525	2.525
Outras receitas não associadas diretamente à atividade operacional ⁽¹⁾	34.353	39.250	34.436	39.421
Outras despesas	(26.701)	(71.650)	(14.175)	(87.255)
Baixas de ativos intangíveis	(6.991)	(39.637)	(23.445)	(84.779)
Prejuízo na alienação de ativos não financeiros mantidos para venda	(19.179)	(28.429)	(19.611)	(29.251)
Despesas com ágio e imparidade de controladas	-	-	29.008	29.008
Despesas com imóveis não de uso	(440)	(858)	(466)	(466)
Outras despesas não associadas diretamente à atividade operacional	(91)	(2.726)	339	(1.767)
Total ⁽²⁾	9.557	(21.853)	22.786	(36.667)

⁽¹⁾ Contempla a baixa R\$ 29.625 de valores não reclamados no âmbito do Sistema de Valores a Receber (SVR).

⁽²⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social do Banco Votorantim S.A., totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 8.480.372 está representado por 3.395.210.052 ações, sendo 2.193.305.693 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 1.201.904.359 ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b) Composição das reservas

b.1) Reserva de Capital

Em 31 de dezembro de 2025, a Reserva de Capital está constituída por ágio na subscrição de ações, no montante de R\$ 372.120.

b.2) Reserva de lucros
Reserva Legal

A Reserva Legal é constituída semestralmente, de forma obrigatória, com base em 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A constituição da Reserva Legal pode ser dispensada quando, somada às Reservas de Capital, exceder 30% do Capital Social. A Reserva Legal só pode ser utilizada para aumento de capital ou compensação de prejuízos.

Reserva Estatutária

A Lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não deliberada à Reserva Legal e não distribuída, caso exista, seja deliberada para "Reserva Estatutária", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para pagamento de dividendos.

c) Dividendos / Juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, tanto sob a forma de dividendos quanto de juros sobre capital próprio (JCP), correspondente a 25% do Lucro Líquido do período, deduzido da Reserva Legal (Lucro Líquido Ajustado).

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995 e nº 12.973/2014 e com o Estatuto Social da companhia, a Administração decidiu pela deliberação aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do Patrimônio Líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

A Lei nº 14.789/2023 trouxe alterações relativas à apuração da base de cálculo dos juros sobre capital próprio decorrentes de atos societários entre partes dependentes. O banco BV não identificou impactos ou alterações necessárias em seus procedimentos para atendimento desta norma.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2025, a companhia realizou as seguintes deliberações:

	31.12.2025				
	Valor deliberado (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações - R\$	Data-base da posição acionária	Valor pago (R\$ mil) ⁽¹⁾	Data de pagamento
Juros sobre capital próprio	100.000	29,45	31.03.2025	85.000	16.04.2025
Dividendos	100.000	29,45	31.03.2025	100.000	16.04.2025
Juros sobre capital próprio	165.000	48,60	30.06.2025	140.250	17.07.2025
Dividendos	280.000	82,47	30.09.2025	280.000	17.10.2025
Juros sobre capital próprio	130.000	38,29	30.09.2025	110.500	17.10.2025
Juros sobre capital próprio	350.000	103,09	31.12.2025	297.500	19.12.2025
Juros sobre capital próprio	85.000	25,04	31.12.2025	72.250	15.01.2026
Total	1.210.000	356,39		1.085.500	

⁽¹⁾ No caso dos juros sobre capital próprio, os valores estão líquidos da alíquota de 15% de Imposto de renda retido na fonte.

No período findo em 31 de dezembro de 2025, foi pago o montante de R\$ 127.500 referente as deliberações do exercício de 2024.

	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Lucro Líquido do período - Banco Votorantim S.A. BRGAAP (BACEN)	899.585	1.845.873
Reserva Legal	(45.889)	(93.203)
Base de cálculo	853.696	1.752.670
Juros sobre o capital próprio (bruto)	565.000	830.000
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(84.750)	(124.500)
Dividendos	280.000	380.000
Valor proposto ⁽¹⁾	760.250	1.085.500

⁽¹⁾ Não considera a distribuição através de reservas de lucros.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

d) Resultado por ação

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Lucro Líquido - (R\$ mil)	899.585	1.845.873	919.762	1.851.366
Número médio ponderado por lote de mil ações (básico e diluído) ⁽¹⁾	3.395.210	3.395.210	3.395.210	3.395.210
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	264,96	543,67	270,90	545,29

⁽¹⁾ O número médio ponderado de ações é calculado com base na média da quantidade de ações de cada mês do período findo em 31 de dezembro de 2025.

e) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
	Exercício/ 2025	31.12.2025
Banco Votorantim S.A.	1.845.873	12.662.063
Resultado não realizado - (RNR) ⁽¹⁾	5.493	20.452
Participações de não controladores	66.236	9.678
Consolidado	1.917.602	12.692.193

⁽¹⁾ Refere-se ao resultado não realizado decorrente de transações entre entidades que compõem o Consolidado, líquido de impostos.

f) Participações acionárias (Quantidade de ações)

Composição da classe de ações de emissão do Banco Votorantim S.A. em que os acionistas são titulares diretamente em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de ações):

	Ordinárias	% Ordinárias	Preferenciais	% Preferenciais	Total	% Total
Votorantim Finanças S.A.	1.096.653	50,00%	600.952	50,00%	1.697.605	50,00%
Banco do Brasil S.A.	1.096.653	50,00%	600.952	50,00%	1.697.605	50,00%
Total	2.193.306	100,00%	1.201.904	100,00%	3.395.210	100,00%
Residentes no país	2.193.306	100,00%	1.201.904	100,00%	3.395.210	100,00%

g) Lucros / (prejuízos) acumulados

O lucro líquido apurado conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil é destinado à distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio (JCP) e constituição de reservas de lucros. A partir de 1º de janeiro de 2025, o saldo apresentado nesta conta reflete, principalmente, os efeitos da adoção inicial das Resoluções CMN nº 4.966/2021 e nº 4.975/2021, que resultaram em um impacto líquido de R\$ (1.800.593). O saldo de prejuízos acumulados apurado na transição foi integralmente compensado pela Reserva Estatutária para Expansão, após as destinações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

28. TRIBUTOS

a) Ativos fiscais

Total de ativos fiscais reconhecidos

	Banco	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2025
Ativos tributários correntes (Nota 28a.1)	662.028	860.458
Ativos fiscais diferidos (Nota 28a.2)	7.192.565	9.968.895
Total	7.854.593	10.829.353
Ativo circulante	662.028	860.458
Ativo não circulante	7.192.565	9.968.895

a.1) Ativos tributários correntes

	Banco	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2025
Impostos e contribuições a compensar	458.042	650.693
Imposto de renda a recuperar	26.753	32.532
Crédito Presumido - Lei nº 12.838/2013	177.233	177.233
Total ⁽¹⁾	662.028	860.458

⁽¹⁾ Inclui impostos e contribuições correntes a compensar cujo prazo esperado para compensação é superior a 12 meses

a.2) Ativos fiscais diferidos (Créditos tributários - Reconhecidos)

Banco	01.01.2025	01.01 a 31.12.2025		31.12.2025
	Saldo	Movimentação no período		Saldo final
		Constituição	Baixa	
Diferenças temporárias	7.734.809	3.031.674	(4.129.531)	6.636.952
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	6.029.778	2.032.556	(2.229.620)	5.832.714
Provisões passivas	579.713	215.420	(286.680)	508.453
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros	925.987	754.928	(1.490.102)	190.813
Outras provisões ⁽¹⁾	199.331	28.770	(123.129)	104.972
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	620.970	43.613	(108.970)	555.613
Total dos créditos tributários reconhecidos	8.355.779	3.075.287	(4.238.501)	7.192.565
Imposto de renda	4.606.417	1.743.111	(2.386.302)	3.963.226
Contribuição social	3.749.362	1.332.176	(1.852.199)	3.229.339

Consolidado	01.01.2025	01.01 a 31.12.2025		31.12.2025
	Saldo	Movimentação no período		Saldo final
		Constituição	Baixa	
Diferenças temporárias	9.653.800	3.561.327	(4.201.701)	9.013.426
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	7.687.364	3.167.299	(2.909.245)	7.945.418
Provisões passivas	646.051	238.681	(319.841)	564.891
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros	1.066.095	110.611	(848.342)	328.364
Outras provisões ⁽¹⁾	254.290	44.736	(124.273)	174.753
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	1.032.333	44.888	(121.752)	955.469
Total dos créditos tributários reconhecidos	10.686.133	3.606.215	(4.323.453)	9.968.895
Imposto de renda	6.081.629	2.006.432	(2.405.566)	5.682.495
Contribuição social	4.604.504	1.599.783	(1.917.887)	4.286.400

⁽¹⁾ Inclui os créditos tributários decorrentes de despesas com constituição de provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2025.

	Banco		Consolidado	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Em 2026	1.585.153	1.388.067	2.231.894	1.954.397
Em 2027	1.440.864	1.109.760	1.861.173	1.433.485
Em 2028	1.038.454	704.309	1.255.084	851.234
Em 2029	537.918	320.206	737.942	439.273
Em 2030	554.779	288.953	774.848	403.575
De 2031 a 2032	914.849	392.355	1.343.297	574.949
De 2033 a 2036	1.120.548	348.415	1.764.657	546.373
Total de créditos tributários	7.192.565	4.552.065	9.968.895	6.203.286

No período findo em 31 de dezembro de 2025, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Votorantim no montante de R\$ 2.488.644 correspondente a 102% da respectiva estimativa de realização fiscal do saldo de créditos tributários para todo o ano de 2025, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2024.

Realização dos valores nominais de créditos tributários reconhecidos

	Banco		Consolidado	
	Prejuízo fiscal/ CSLL a compensar ⁽¹⁾	Diferenças intertemporais ⁽²⁾	Prejuízo fiscal/ CSLL a compensar ⁽¹⁾	Diferenças intertemporais ⁽²⁾
Em 2026	2%	24%	1%	25%
Em 2027	2%	22%	2%	20%
Em 2028	3%	15%	5%	13%
Em 2029	12%	7%	11%	7%
Em 2030	18%	7%	14%	7%
De 2031 a 2032	37%	11%	33%	11%
De 2033 a 2036	26%	14%	34%	17%

⁽¹⁾ Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

⁽²⁾ A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

a.3) Ativos fiscais diferidos (Créditos tributários – Não reconhecidos)

	Consolidado
	31.12.2025
Parcela de prejuízos fiscais / bases negativas de CSLL	102.101
Parcela de provisões passivas	11.121
Total dos créditos tributários não ativados ⁽¹⁾	113.222
Imposto de renda	87.839
Contribuição social	25.383

⁽¹⁾ O Banco não possui créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2025.

O saldo não constituído de crédito tributário é reconhecido nos livros contábeis somente quando atende aos aspectos regulatórios para sua ativação e apresenta efetiva perspectiva de realização.

b) Passivos fiscais
Total de passivos fiscais reconhecidos

	Banco	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2025
Passivos tributários correntes (Nota 28b.1)	154.409	315.304
Passivos fiscais diferidos - Obrigações fiscais diferidas (Nota 28b.2)	73.160	73.164
Total	227.569	388.468
Passivo circulante	175.285	287.744
Passivo não circulante	52.284	100.724

b.1) Passivos tributários correntes

	Banco	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2025
IOF a recolher	33.781	36.468
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	-	124.685
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	5.214	5.214
Impostos e contribuições a recolher	115.414	148.937
Total ⁽¹⁾	154.409	315.304

⁽¹⁾ Inclui impostos e contribuições correntes, cujo prazo de liquidação é superior a 12 meses.

b.2) Obrigações fiscais diferidas

	Banco	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2025
Ajustes a valor justo de instrumentos financeiros	61.383	61.383
Crédito presumido - Lei nº 12.838/2013	11.777	11.777
Outros passivos	-	4
Total das obrigações fiscais diferidas	73.160	73.164
Imposto de renda	40.644	40.646
Contribuição social	32.516	32.518

c) Despesas tributárias

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
COFINS	(20.981)	(225.690)	(101.871)	(378.046)
ISSQN	(32.849)	(59.453)	(50.199)	(91.473)
PIS	(3.422)	(36.688)	(19.127)	(66.066)
Outras	(15.511)	(34.284)	(19.762)	(40.891)
Total	(72.763)	(356.115)	(190.959)	(576.476)

d) Despesas de impostos e contribuições sobre o lucro - Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)
d.1) Demonstração da despesa de IR e CSLL

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Valores correntes	90.165	(148.837)	(51.874)	(402.544)
IR e CSLL no país – Corrente	85.928	(86.150)	(56.094)	(339.940)
IR e CSLL no país – Exercícios anteriores	4.237	(62.687)	4.220	(62.604)
Valores Diferidos	(45.688)	(86.186)	76.539	35.000
Passivo fiscal diferido	24.222	686.022	26.699	688.805
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros	(3.756)	686.423	(1.279)	689.172
Outros passivos	27.978	(401)	27.978	(367)
Ativo fiscal diferido	(69.910)	(772.208)	49.840	(653.805)
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	37.848	(77.263)	18.030	(80.154)
Diferenças temporárias	41.994	(18.148)	184.084	98.106
Ajustes a valor justo de instrumentos financeiros	(149.752)	(676.797)	(152.274)	(671.757)
Total	44.477	(235.023)	24.665	(367.544)

d.2) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Resultado antes de impostos e contribuições sobre o lucro	987.886	2.316.233	1.081.330	2.559.932
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20%)	(444.549)	(1.042.305)	(486.599)	(1.151.969)
Encargo sobre JCP	254.250	373.500	254.250	373.500
Resultado de participações em coligadas e entidades controladas em conjunto	44.048	136.553	(28.323)	(52.135)
Participação nos lucros e resultados	59.750	105.901	70.133	123.653
Resultados do exterior	(40.518)	(74.096)	(40.518)	(74.096)
Outros valores	171.496	265.424	255.722	413.503
Imposto de renda e contribuição social do período	44.477	(235.023)	24.665	(367.544)

29. PARTES RELACIONADAS

O conglomerado realiza transações bancárias com partes relacionadas, incluindo depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos e cessão de carteiras de operações de crédito.

Além disso, há contratos de prestação de serviços que abrangem convênios para rateio e/ou ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos firmados com empresas do próprio conglomerado.

No que se refere aos acionistas controladores, estão incluídas as transações com o Conglomerado Banco do Brasil e com o Conglomerado Votorantim S.A.. Tais operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das transações, e não envolvem riscos anormais de recebimento.

O banco BV realiza cessões de crédito com coobrigação, mantendo substancialmente os riscos e benefícios das operações com partes relacionadas. No período encerrado em 31 de dezembro de 2025, o valor presente dessas operações totalizou R\$ 3.168.454.

O resultado líquido das cessões de crédito, considerando receitas e despesas associadas às operações com retenção substancial de riscos e benefícios, está apresentado no quadro a seguir, sob a rubrica "Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas".

Os custos relacionados à remuneração e demais benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração do banco BV, composto principalmente pela Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, também estão detalhados a seguir:

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado ⁽¹⁾	
	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Honorários, pró-labore e outros	13.675	27.456	17.580	36.674
Gratificações	34.739	61.603	37.044	67.287
Encargos sociais	14.281	26.396	15.212	28.598
Total ⁽¹⁾	62.695	115.455	69.836	132.559

⁽¹⁾ Inclui membros do Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e RH, Comitê de Riscos e de Capital, Comitê ASG e Comitê de Transações com Partes Relacionadas.

Saldo de transações com partes relacionadas

	Banco						
	31.12.2025						
	Conglom. Banco do Brasil	Conglom. Votorantim S.A.	Controladas financeiras ⁽¹⁾	Controladas não financeiras ⁽²⁾	Pessoal-chave da Administração ⁽³⁾	Outros ⁽⁵⁾	Total
Ativos							
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	7.257.244	-	-	-	7.257.244
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	33.362	-	-	13	418.357	451.732
Operações de crédito e arrendamento		69					69
Outros ativos	7.175	-	45.466	31.669	-	11.234	95.544
Passivos							
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	(8.672.970)	(752.448)	(2.488.668)	(878.117)	(3)	(108.685)	(12.900.891)
Derivativos	-	(26.288)	-	-	-	-	(26.288)
Outros passivos	(711.961)	(36.125)	(14.360)	(8.054)	-	(36.740)	(807.240)
Exercício/ 2025							
Resultados							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas	81.960	7.156	589.119	-	17	566.034	1.244.286
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	(70.003)	-	-	-	-	(70.003)
Despesas de juros, administrativas e outras despesas	(1.209.181)	(142.600)	(107.013)	42.226	(4)	(52.554)	(1.469.126)

	Consolidado				
	31.12.2025				
	Conglom. Banco do Brasil	Conglom. Votorantim S.A.	Pessoal-chave da Administração (3)	Outros (4)	Total
Ativos					
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.061	-	-	-	1.061
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	33.362	-	270.463	303.825
Operações de crédito e de outras operações com características de concessão de crédito	-	69	-	40.461	40.530
Outros ativos	7.194	5.755	529	11.234	24.712
Passivos					
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	(8.672.970)	(752.448)	(3)	(10.211)	(9.435.632)
Derivativos	-	(26.288)	-	-	(26.288)
Outros passivos	(711.961)	(36.125)	-	(36.740)	(784.826)
Exercício/ 2025					
Resultados					
Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas	81.960	7.156	17	222	89.355
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	(70.003)	-	-	(70.003)
Despesas de juros, administrativas e outras despesas	(1.209.181)	(142.600)	(4)	(9.032)	(1.360.817)

(1) Empresas relacionadas na Nota 3. Não inclui operações entre as controladas.

(2) Inclui a BVIA Negócios e Participações S.A., BV Corretora de Seguros S.A., BV Empreendimentos e Participações S.A. e Atenas SP 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda. Não inclui operações entre as controladas.

(3) Conselho de Administração e seus respectivos comitês de assessoramento, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e membros da família (cônjuge, filhos e enteados) do pessoal-chave.

(4) Inclui fundos de investimentos consolidados, empresas controladas da BVIA Negócios e Participações S.A. e das controladas da BV Empreendimentos e Participações S.A., companhias coligadas, bem como todas as empresas em que o pessoal-chave possua participação ou nas quais exerça cargo estatutário. A relação dos fundos está descrita na Nota 3.

(5) Companhias coligadas, bem como todas as empresas em que o pessoal-chave possua participação ou nas quais exerça cargo estatutário. A relação dos fundos está descrita na Nota 3.

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os principais benefícios oferecidos aos empregados do conglomerado, conforme previsto em acordo coletivo da categoria, incluem: plano de saúde, seguro de vida, assistência odontológica, vales-refeição e alimentação, programas de remuneração variável e participação nos lucros e resultados.

Dentre esses benefícios, destacam-se os programas de remuneração variável, que representam um importante componente da política de valorização e incentivo ao desempenho dos colaboradores.

Em 2021, o conglomerado implementou, para os executivos, um Plano de Incentivo de Longo Prazo (Plano ILP), que consiste em uma expectativa de direito de recebimento em ações virtuais, condicionada ao desempenho da organização ao longo do tempo, com o objetivo de atrair, motivar e reter talentos, alinhar os interesses dos executivos aos objetivos e interesses dos acionistas, promover a geração de resultados e a criação sustentável de valor, além de fomentar uma visão de longo prazo. Esse plano possui duração de até quatro anos.

Em 31 de dezembro de 2025, o conglomerado registrou na rubrica Outros passivos - Provisão para despesas de pessoal o montante de R\$ 196.663 referente ao programa de ILP.

No período findo em 31 de dezembro de 2025, os montantes relativos às transações de incentivos de longo prazo reconhecidos no resultado em Despesa de pessoal - Proventos foi de R\$ 81.413. Tais incentivos tornam-se de direito entre 1 e 4 anos contados da data da concessão.

Foram realizados os seguintes pagamentos aos colaboradores, referentes aos Programas de ILP:

Ano do programa	Exercício/ 2025
2021	8.637
2022	6.604
2023	9.040
Total	24.281

Movimentação de ações virtuais

Plano ILP	Banco	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2025
Quantidade inicial	46.018.488	48.345.970
Novas / Atualizações	22.620.401	25.880.430
Pagas / Canceladas	(25.197.970)	(26.319.795)
Quantidade final	43.440.919	47.906.605

Além dos benefícios previstos em acordo coletivo da categoria, o conglomerado oferece ainda outros benefícios, entre os quais se destaca o plano de previdência privada de contribuição definida, nas modalidades PGDL (Plano Gerador de Benefícios Livres) e VGDL (Vida Gerador de Benefícios Livres). Nesse plano, o conglomerado, na qualidade de patrocinador, contribui para a formação do montante a ser revertido em renda complementar de aposentadoria pós-emprego. O programa de previdência privada tem como objetivos reforçar o vínculo de longo prazo, promover a conscientização sobre planejamento financeiro e complementar a renda na aposentadoria.

31. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES
a) Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas – Prováveis

O conglomerado constitui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas com risco de perda provável, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

No que se refere às ações fiscais, o conglomerado está sujeito a fiscalizações conduzidas pelas autoridades tributárias, as quais podem resultar em questionamentos sobre a apuração de tributos e, eventualmente, em autuações. Entre os principais pontos de questionamento estão a composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (especialmente quanto à dedutibilidade de despesas) e a incidência de tributos em determinados fatos econômicos.

A maioria das autuações recebidas está relacionada ao ISS, IRPJ, CSLL, PIS/COFINS e às contribuições previdenciárias patronais. Para algumas dessas autuações, quando necessário, foram realizados depósitos judiciais com o objetivo de suspender a exigibilidade dos créditos tributários em discussão.

As ações cíveis referem-se, basicamente, a ações indenizatórias, revisão das cláusulas contratuais, encargos financeiros e cobrança de tarifas.

Para as ações trabalhistas, o conglomerado é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas que representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

A Administração do conglomerado considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais, cíveis e trabalhistas.

a.1) Saldos dos passivos contingentes classificados como prováveis

	Banco	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2025
Demandas fiscais	158.476	166.118
Demandas cíveis	192.692	208.018
Demandas trabalhistas	132.751	134.568
Total	483.919	508.704



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

a.2) Movimentações nas provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Demandas fiscais				
Saldo inicial	90.208	90.374	99.886	97.941
Constituições	64.538	70.678	64.539	73.032
Reversão da provisão	(4.543)	(6.916)	(5.886)	(8.259)
Baixa por pagamento ⁽¹⁾	(451)	(3.536)	(1.261)	(4.830)
Atualizações	8.724	7.876	8.840	8.234
Saldo final	158.476	158.476	166.118	166.118
Demandas cíveis				
Saldo inicial	199.684	212.473	210.063	220.052
Constituições	25.527	52.897	32.172	69.946
Reversão da provisão	(28.280)	(52.731)	(28.578)	(57.443)
Baixa por pagamento ⁽¹⁾	(22.497)	(55.310)	(24.453)	(60.326)
Atualizações ⁽²⁾	18.258	35.363	18.814	35.789
Saldo final	192.692	192.692	208.018	208.018
Demandas trabalhistas				
Saldo inicial	171.152	188.843	173.454	190.416
Constituições	48.851	84.798	52.278	89.024
Reversão da provisão	(24.882)	(44.664)	(27.507)	(47.413)
Baixa por pagamento ⁽¹⁾	(71.433)	(111.421)	(73.091)	(113.079)
Atualizações ⁽²⁾	9.063	15.195	9.434	15.620
Saldo final	132.751	132.751	134.568	134.568
Total das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas	483.919	483.919	508.704	508.704

⁽¹⁾ Refere-se à baixa por pagamento em razão de decisão judicial ou acordo entre as partes. O valor efetivamente pago está apresentado nas respectivas linhas das notas explicativas 25c e 25f.

⁽²⁾ Contempla atualizações monetárias e efeitos de remensuração de "preços unitários", que compõem a metodologia de cálculo de perdas.

a.3) Cronograma esperado de desembolsos em 31 de dezembro de 2025

	Banco			Consolidado		
	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas
Até 5 anos	82.025	192.692	132.751	82.025	208.018	134.568
De 5 a 10 anos	76.451	-	-	84.093	-	-
Total	158.476	192.692	132.751	166.118	208.018	134.568

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

a.4) (Constituição) / reversão de provisão para passivos contingentes

	Banco	Consolidado
	Exercício/ 2025	Exercício/ 2025
Demandas fiscais	(68.101)	(68.177)
Demandas cíveis	19.780	11.846
Demandas trabalhistas	56.093	56.034
Total	7.772	(297)

b) Passivos contingentes – Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro a seguir representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação do conglomerado. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam estabelecer o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

b.1) Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	Banco	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2025
Demandas fiscais (Nota 31b.1.1)	1.529.238	1.684.773
Demandas cíveis ⁽¹⁾	129.795	138.624
Demandas trabalhistas ⁽²⁾	90.280	91.487
Total	1.749.313	1.914.884

⁽¹⁾ Ações cíveis referem-se, basicamente, a ações indenizatórias, revisão das condições e encargos contratuais e tarifas.

⁽²⁾ Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

b.1.1) Principais processos das ações de natureza fiscal com classificação de perda possível

Descrição das principais causas possíveis - Fiscais	Banco	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2025
INSS s/ PLR ⁽¹⁾	1.013.365	1.013.365
IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2014/2016 ⁽²⁾	177.750	252.864
IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2008	81.735	141.826
PF e BNCSLL: excesso compensação AB 2012	127.371	127.371
Outras causas	129.017	149.347
Total	1.529.238	1.684.773

⁽¹⁾ Referem-se a autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil (RFB) que versam sobre a cobrança de Contribuição Previdenciária calculada sobre os valores pagos pelas empresas a título de PLR supostamente em desacordo com as regras estabelecidas pela Lei nº 10.101/2000.

⁽²⁾ Referem-se a autuações lavradas pela RFB alegando a dedução indevida de perdas em operações de créditos por supostamente não atenderem às exigências legais.

c) Depósitos em garantia de recursos

Como garantia de algumas ações, quando necessário, o conglomerado realiza depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	Banco	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2025
Demandas fiscais	223.168	255.387
Demandas cíveis	78.697	92.163
Demandas trabalhistas	59.275	59.437
Total	361.140	406.987

d) Obrigações legais

O saldo de obrigações legais é registrado na rubrica de Outros Passivos no montante de R\$ 50.555 no Consolidado, sendo o montante de R\$ 34.196 no Banco, cuja principal discussão recai, atualmente, em ação que visa a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS, cujo montante provisionado no Banco é de R\$ 30.579.

As demais ações referem-se ao PIS LC 07/70, dedução do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS e FAP – Fator Acidentário de Proteção. Abaixo está demonstrada a movimentação das obrigações legais:

	Banco	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2025
Saldo inicial	29.373	42.322
Constituições	2.764	4.631
Baixa por pagamento	(804)	(804)
Atualizações	2.863	4.406
Saldo final	34.196	50.555

e) Ações civis públicas

O conglomerado possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na análise das assessorias jurídicas e/ou avaliação dos advogados internos, o risco de perda é considerado possível. Dependendo do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinada com exatidão, tendo em vista que a possibilidade de perda depende da habilitação dos legitimados na ação.

Entre os temas discutidos, podemos destacar as ações envolvendo cobrança de tarifas, crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS e CDC (Crédito Direto ao Consumidor), bem como do Programa de Participação nos Lucros ou Resultados.

32. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

1) Abordagem integrada de gestão de riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

O banco BV possui matriz de riscos materiais, revisada periodicamente pelo Conselho de Administração. Cada risco listado é avaliado para determinar o tratamento mais adequado (gestão, *hedge*, seguro ou capitalização), visando o melhor monitoramento e controle. Os riscos considerados como materiais na data-base de referência são:

- Risco de crédito;
- Risco de securitização;
- Risco de crédito da contraparte;
- Risco de concentração de crédito;
- Risco de mercado e IRRBB;
- Risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRBB);
- Risco de liquidez;
- Risco operacional;
- Risco de reputação;
- Risco de estratégia;
- Risco social, ambiental e climático;
- Risco de modelos;
- Risco de conformidade;
- Risco de *underwriting*;
- Risco de *collateral*;
- Risco de tecnologia;
- Risco de segurança cibernética; e
- Risco de contágio.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio da estrutura de limites de risco, aprovada na respectiva governança e são incorporados às atividades diárias do conglomerado. O envolvimento da Alta Administração ocorre por meio do acompanhamento e da execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

A estrutura de governança para gestão de riscos e capital do conglomerado prudencial inclui equipes e diretores responsáveis por riscos e ALM (*Asset Liability Management*), além de fóruns colegiados internos e corporativos, organizados formalmente com delegação de alçadas. Cada órgão de governança tem papel, escopo e composição definidos em normativos, que estabelecem regras, responsabilidades e limites conforme as estratégias do negócio e cenários de mercado. Os principais fóruns são:

- O Comitê de Controles e Riscos e o Comitê de ALM e Tributos são os fóruns internos de gerenciamento de riscos e capital da Administração. Adicionalmente, o Comitê Executivo (ComEx) tem por atribuição o acompanhamento geral de tais temas; e
- O Comitê de Riscos e de Capital (CRC) tem por função assessorar o Conselho de Administração na elaboração da estratégia de alocação de capital do conglomerado, na observação da aplicação da declaração de Apetite por Riscos (RAS) e no monitoramento de riscos e capital, além de coordenar suas atividades com o Comitê de Auditoria (COAUD), a fim de facilitar a troca de informações, os ajustes necessários à estrutura de governança de riscos e de capital e garantir o efetivo tratamento dos riscos a que o conglomerado está exposto.

A RAS aprovada pelo Conselho de Administração, orienta o planejamento estratégico e o orçamento. Seu monitoramento é realizado mensalmente por meio de *dashboard* com indicadores e limites, além de ações e monitoramentos específicos.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

O conglomerado dispõe de estruturas e políticas gerais e específicas para o gerenciamento de risco e capital, aprovadas pelo Conselho de Administração e os princípios básicos observados na gestão e controle dos riscos e do capital foram estabelecidos em conformidade com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

Adicionalmente, ressalta-se que é realizado processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP) abrangendo o plano de capital, teste de estresse, plano de contingência de capital e gestão e avaliação da necessidade de capital frente aos riscos relevantes a que o Banco está exposto, entre outros temas.

Informações detalhadas sobre o processo de gerenciamento de riscos e capital podem ser observados no documento “Relatório de gestão de riscos e capital”, elaborado com base no atendimento da Resolução BCB nº 54/2020, disponível no *website* de Relações com Investidores em <https://ri.bv.com.br/>. Estão descritas a seguir as definições dos principais riscos do conglomerado, dentre aqueles classificados como materiais.

2) Principais riscos

a) Risco de crédito

(i) Definição

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

(ii) Gestão do risco de crédito

A companhia gerencia o risco de crédito utilizando ferramentas que permitem identificar, avaliar, mensurar, acompanhar e reportar os riscos nas etapas de concessão, monitoramento e recuperação de crédito.

As funções de gerenciamento de risco de crédito são desempenhadas por unidades formalmente constituídas, com equipes capacitadas e gestão segregada.

Concessão de Crédito (Atacado): Os clientes passam por avaliações detalhadas para obtenção ou renovação de crédito. Sistemas especializados gerenciam cadastro, aprovação e acompanhamento dos limites de crédito.

Concessão de crédito (varejo): Propostas de crédito são processadas por um sistema automatizado e parametrizado, suportado por modelo de *score*. Casos não aprovados automaticamente são revisados manualmente por especialistas.

Monitoramento de crédito (atacado): Acompanhamento contínuo identifica sinais de alerta (internos e externos), com governanças e processos na mensuração do risco de crédito (perda esperada) associado a cada ativo, além de bloqueios e revisões de limites de clientes, visando garantir a qualidade do portfólio.

Monitoramento de crédito (varejo): Indicadores de desempenho internos e externos que refletem no cálculo de perda esperada de cada operação financeira, além de relatórios gerenciais para garantir a saúde do portfólio.

Para determinar se o risco de inadimplência aumentou significativamente, o banco BV utiliza informações internas, dias de atraso, informações externas de mercado, análises qualitativas e modelos estatísticos.

Recuperação de crédito: Essa área atua desde o primeiro dia de atraso e utiliza estratégias variadas para maximizar as cobranças, em conjunto com a área de riscos e crédito.

Com a vigência da Resolução 4.966/2021, as exposições passaram a ser classificadas em 3 estágios (crescentes em nível de risco):

- **Estágio 1:** são os instrumentos financeiros que, no reconhecimento inicial, não sejam caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito; e os instrumentos financeiros cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente após o reconhecimento inicial;
- **Estágio 2:** são os instrumentos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente em relação ao apurado na alocação original no primeiro estágio; e os instrumentos financeiros que deixarem de ser caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito:

Critério objetivo: Operações com atrasos superiores a 30 dias devem ser marcadas, no mínimo, com estágio 2.

- **Estágio 3:** são instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito:

Critério objetivo: Operações com atrasos superiores a 90 dias devem ser marcadas com estágio 3.

Uma vez definidos os critérios para marcação de estágios, a perda esperada atribuída a cada estágio é definida como: Perda Esperada = PD x LGD x Base de Cálculo. Neste contexto, define-se:

- PD é a probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, em um horizonte de 12 meses para operações em estágio 1 e por todo prazo remanescente do contrato para operações em estágio 2. Para tal, considera-se características do instrumento relativas à sua situação econômica corrente traduzidas tanto por informações de características de contratação, movimentação e pagamento de instrumentos internos à instituição quanto informação de mercado;
- LGD representa a expectativa de recuperação do instrumento financeiro, considerando, no mínimo, os custos de recuperação do instrumento, as características de eventuais garantias ou colaterais, as taxas históricas de recuperação, concessão de vantagens à contraparte;
- A Base de Cálculo para o IFRS tem como metodologia de mensuração a modelagem de Exposição no *Default* (do inglês, *Exposure at Default* - EAD) aplicada no valor contábil bruto dos ativos financeiros, exceto operações de arrendamento mercantil ou o valor presente dos montantes totais a receber em operações de arrendamento mercantil.

A fim de ajustar as estimativas de perda esperada às expectativas futuras de comportamento do portfólio e de mercado, considera-se sobre as estimativas de PD e LGD fatores de ajuste prospectivos calculados com base em previsões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições macroeconômicas, as quais são elaboradas periodicamente pela área econômica da instituição.

Todos os modelos de parâmetros, assim como todos os critérios, estudos que embasam as definições e metodologias utilizadas para alocações nos estágios e cálculo de perda esperada são monitorados periodicamente, revisados anualmente, validados e auditados por áreas independentes e aprovados em fóruns executivos, conforme governança interna estabelecida e documentada.

(iii) Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros e os saldos *off balance* representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas é de:

	31.12.2025
Caixa e equivalente de caixa (Nota 9)	742.154
Ativos financeiros	123.826.569
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (Notas 13a e 14a)	20.654.671
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Nota 13a)	8.139.255
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (Notas 10, 11, 13a e 18)	17.216.870
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro - Saldo bruto (Nota 15a)	77.815.773
Operações off balance⁽¹⁾	6.572.057
Total	131.140.780

⁽¹⁾ Para as operações *off balance*, refere-se ao valor do compromisso assumido.

(iv) Garantias financeiras prestadas (off balance)

A exposição máxima ao risco de crédito para a carteira de compromissos de crédito por avais e fianças, registrados em contas de compensação, na data das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, por ramo de atuação da contraparte, é de:

	31.12.2025					
	Comércio	Indústria	Instituições financeiras	Pessoas físicas	Serviços	Total
Avais e fianças	348.771	864.859	3.191.525	9.537	2.157.365	6.572.057
Total	348.771	864.859	3.191.525	9.537	2.157.365	6.572.057

As garantias financeiras prestadas estão segregadas nos seguintes estágios:

	31.12.2025	%
Estágio 1	5.656.746	86,00%
Estágio 2	216.890	3,00%
Estágio 3	698.421	11,00%
Total	6.572.057	100%

	31.12.2025	
	Valores garantidos	Provisão
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	950.142	1.572
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	3.806.059	94.524
Vinculadas à distribuição de TVM por oferta pública	443.195	-
Outras fianças bancárias	1.173.688	42.691
Outras garantias financeiras prestadas	198.973	3
Total	6.572.057	138.790

(v) Instrumentos derivativos sujeitos a compensação com acordos master executáveis de liquidação

O conglomerado contrata operações de derivativos por meio de Contrato Geral de Derivativo (CGD) e Contrato para Operações de Derivativo (COD) que preveem pagamentos líquidos. Em geral, os montantes de todas as transações em aberto e na mesma moeda, são agregados em um único valor líquido pago entre as partes. Em certas circunstâncias, como em caso de inadimplência, todas as transações são encerradas e um único valor líquido é pago para liquidar todas as operações.

Esses contratos não atendem aos critérios para compensação de saldos no Balanço Patrimonial. Isso porque atualmente o conglomerado não possui nenhum direito legalmente exercível para compensar os montantes reconhecidos, uma vez que o direito de compensação só pode ser exercido na ocorrência futura de determinados eventos, tais como a inadimplência das operações.

A tabela a seguir indica os valores contábeis dos instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos aos contratos mencionados acima.

	31.12.2025
Valores brutos de ativos financeiros reconhecidos	53.945
Valores brutos de passivos financeiros reconhecidos	(245.088)
Saldos líquidos	(191.143)

b) Risco de mercado e IRRBB
(i) Definições

A carteira *trading* (carteira de negociação) é definida como o conjunto de operações, instrumentos financeiros, mercadorias ou derivativos detidos com a finalidade de negociação ou destinados a *hedge* de outras operações integrantes da carteira *trading* e que não estejam sujeitos à limitação restrição da sua negociabilidade.

A carteira *banking* (carteira de não negociação ou carteira bancária) é definida como o conjunto de operações, instrumentos financeiros, mercadorias ou derivativos não classificados na carteira *trading*.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes das flutuações nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. Essas perdas podem ser incorridas devido à variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB, *Interest Rate Risk in the Banking Book*) é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

(ii) Gestão do risco de mercado e IRRBB

As funções de gerenciamento de risco de mercado e IRRBB abrangem atividades ao longo de toda a cadeia de negócios, incluindo desenvolvimento de produtos, negociação, modelagem e controle de risco, formalização, contabilização e liquidação de operações, além do acompanhamento da efetividade dos processos e controles. Essas funções são realizadas por unidades especializadas, com equipes capacitadas, gestão segregada e atribuições definidas.

O conglomerado adota um conjunto de medidas objetivas para gestão e controle de riscos de mercado:

- **VaR (Valor em Risco):** determina o risco de exposições de mercado, calculando a maior perda esperada dentro de um intervalo de confiança e horizonte de tempo específicos;
- **Teste de Estresse:** estima as oscilações potenciais de valor nos instrumentos financeiros devido a movimentos extremos das variáveis de mercado (fatores de risco);
- **Capital Regulatório de Risco de Mercado:** refere-se ao capital regulatório calculado com base nas exposições das carteiras de negociação e não-negociação;
- **Análises de Sensibilidade:** estima as oscilações potenciais de valor nos instrumentos financeiros, em função das variações nos fatores de risco;

- **Análise de GAP:** mensura os descasamentos de fluxos de caixa por fator de risco, contemplando tanto o portfólio consolidado quanto as carteiras de negociação e não-negociação; e
- **sVar (VaR Estressado):** medida complementar ao VaR por simulação histórica que estima o impacto de períodos históricos de estresse na carteira atual da companhia, não considerados na janela histórica de retornos do VaR.

Estas medidas de risco são consideradas para definição de limites para a gestão do risco de mercado, definindo os valores máximos autorizados de exposição ao risco, em aderência às estratégias adotadas, ao leque de operações e produtos com negociação autorizada e consistentemente às premissas e metas orçamentárias.

O estabelecimento de limites tem por base o apetite de risco e é definido de tal forma a possibilitar, de forma pragmática, o cumprimento das metas de performance financeira pretendidas. Os limites e as metas são compatibilizados por ocasião da programação orçamentária. Os valores estabelecidos nos limites são atualizados e revistos com periodicidade mínima anual, juntamente com a programação orçamentária.

Para fins da gestão e do controle consolidado das exposições ao risco de mercado, as operações são segregadas, de acordo com a sua estratégia de negócio, entre a carteira *trading* (negociação) e a carteira *banking* (não-negociação ou bancária).

O risco da carteira *trading* é mensurado usando a metodologia de VaR (*Value at Risk*), por simulação histórica, com base em técnicas estatísticas, utilizada para estimar a perda potencial máxima no valor de mercado de uma posição ou carteira, sob condições normais de mercado, dentro de um determinado horizonte de tempo e com um nível de confiança previamente definido.

O risco da carteira *trading* é mensurado usando a metodologia de VaR por simulação histórica.

Para o cálculo do VaR é utilizada a abordagem da simulação histórica, baseada no conceito de P&L (*Profit and Loss Statement*), a qual é adotada no modelo *full valuation*. Trata-se de um modelo não paramétrico que utiliza dados históricos para inferência da perda potencial futura. O modelo de *full valuation* permite levar em consideração todas as características dos instrumentos, inclusive não-lineares.

O banco BV adota as seguintes premissas para o cálculo do VaR por simulação histórica:

- Série histórica dos últimos 500 dias úteis;
- Nível de confiança de 99%; e
- *Holding period* de 10 dias úteis.

A tabela a seguir apresenta o VaR mínimo, médio e máximo da carteira *trading*.

	31.12.2025	31.12.2024
Mínimo	2.955	4.407
Médio	7.087	17.178
Máximo	14.709	35.799

A carteira *banking* é composta pelas exposições estruturais, decorrentes da concessão e manutenção das operações de crédito, propriamente ditas, e das captações, que proveem funding para estas operações de crédito, independentemente dos prazos e moedas das operações ou de suas segmentações comerciais (varejo e atacado). Também são consideradas na carteira *banking* as operações destinadas a *hedging* do patrimônio ou das operações de crédito ou de captação integrantes da carteira *banking*.

Esta carteira é também conhecida como a carteira estrutural, por compreender a gestão estrutural dos descasamentos entre ativos e passivos. Nesse contexto, a avaliação e o controle do IRRBB envolvem a mensuração das seguintes métricas:

- **Delta EVE (*Change in Economic Value of Equity*):** A abordagem de valor econômico calcula o efeito da variação da taxa de juros a partir da reavaliação do valor econômico dos ativos e passivos da companhia. Esta métrica avalia o impacto no capital da companhia decorrente da venda ou liquidação hipotética de suas posições (ativos e passivos) em condições diferentes das vigentes no mercado;
- **Delta NII (*Change in Net Interest Income*):** A abordagem de variação de margem de juros tem por objetivo capturar os efeitos das variações nas receitas e despesas de intermediação da companhia decorrentes de variações das taxas de juros.
- **EGL (*Embedded Gains and Losses*):** A avaliação da diferença entre o valor justo dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis busca estimar os ganhos e perdas embutidos ainda não realizados.

O conglomerado adota sistemas corporativos para mensuração e controle de riscos de mercado e IRRBB, combinando aplicativos desenvolvidos internamente com soluções de terceiros, de atestada robustez.

Complementarmente, o conglomerado adota processo estruturado para a comunicação dos assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos de mercado e IRRBB que compreende a emissão periódica de relatórios que demonstram os níveis de utilização dos limites utilizados, a realização periódica de fóruns colegiados de acompanhamento, e emissão de mensagens eletrônicas específicas em situação de extrapolação de limites ou desenquadramentos de operações.

(iii) Análises de sensibilidade

O conglomerado utiliza duas metodologias de análise de sensibilidade das suas exposições:

Análise de sensibilidade 1

Inicialmente, utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no valor justo das carteiras do conglomerado diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado. Para efeito de simulação, são considerados dois cenários eventuais, nos quais o fator de risco analisado sofreria um aumento ou uma redução de 100 pontos base.

Carteira *trading*

Fator de risco	Conceito	Exposição	Choque da taxa básica de juros	
			31.12.2025	
			+ 100 bps	- 100 bps
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	(834.657)	(2.406)	2.358
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	(22.068)	12	(12)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	82.802	(3.688)	3.615

Carteira *trading e banking*

Fator de risco	Conceito	Exposição	Choque da taxa básica de juros	
			31.12.2025	
			+ 100 bps	- 100 bps
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	13.946.550	(234.952)	230.300
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	(660)	(14.034)	13.756
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	(520.321)	(2.499)	2.450

Análise de sensibilidade 2

São realizadas simulações que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo conglomerado, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir:

- **Cenário 1** - Na construção desse cenário, as moedas sofrem choques de 1% sobre o valor de fechamento. O valor estressado do dólar americano (DOL-CL da BM&F), seria de R\$ 5,5464 (101% de R\$ 5,4915). O índice BOVESPA chocado é de 162.737 pontos, equivalente a 101% do valor de fechamento em 31 de dezembro de 2025. As curvas de juros pré-fixado, de cupons de índice de preços, de cupons de moeda estrangeira e demais cupons de taxa de juros sofrem choques paralelos de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam ou reduzem em 0,10%.
- **Cenário 2** - Cenário onde as moedas e o índice BOVESPA sofrem choques de 25% e as taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% sobre o valor de fechamento. A taxa pré, em 31 de dezembro de 2025, para o prazo de um ano é 14,33%. Desse modo, toda a curva é chocada em 3,58% para mais ou para menos, conforme o resultado hipotético gerado.
- **Cenário 3** - Cenário onde as moedas e o índice BOVESPA sofrem choques de 50% e as taxas de juros sofrem choques paralelos de 50% sobre o valor de fechamento.

Na análise feita para as operações classificadas na carteira *banking*, tem-se que a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros e preços praticados no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do conglomerado. Isto porque a carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito, captações e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a classificação contábil de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros ou preços são refletidos no patrimônio líquido e não no resultado. Há também operações atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira *trading*, composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações com acordo de recompra, e *banking* apresentando os valores observados em cada data-base:

Carteira trading

Fator de risco / conceito	Exposição	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
	31.12.2025						
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	(834.657)	Aumento	(238)	Redução	(8.618)	Redução	(17.236)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(22.068)	Aumento	1	Redução	(15)	Redução	(30)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	(21.761)	Aumento	(218)	Redução	(5.440)	Redução	(10.880)
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	82.802	Aumento	(365)	Redução	(8.582)	Redução	(17.165)

Carteira trading e banking

Fator de risco / conceito	Exposição	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
	31.12.2025						
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	13.946.550	Aumento	(23.263)	Redução	(841.631)	Redução	(1.683.263)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(1.215.797)	Aumento	(1.389)	Redução	(17.441)	Redução	(34.882)
TJLP / Risco de variação de cupom de TJLP	-	Aumento	-	Manutenção	-	Manutenção	-
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	(520.321)	Aumento	(247)	Redução	(5.816)	Redução	(11.632)

(iv) Testes de Estresse

O conglomerado utiliza métricas de estresse resultantes de simulações de suas exposições sujeitas a riscos de mercado sob condições extremas, tais como crises financeiras e choques econômicos. Esses testes objetivam dimensionar os impactos de eventos plausíveis, mas com baixa probabilidade de ocorrência. O Programa de Testes de Estresse de Risco de Mercado do conglomerado faz uso de métodos de avaliação baseados em testes retrospectivos.

Testes Retrospectivos

Os testes retrospectivos de estresse estimam a variação das exposições da carteira consolidada do Banco, mediante a aplicação de choques nos fatores de risco equivalentes aos registrados em períodos históricos de estresse do mercado, considerando os seguintes parâmetros:

- Extensão da série histórica para determinação dos cenários de 5 anos da data-base do cenário de estresse;
- Período de manutenção: retornos acumulados de 10 dias úteis;
- Periodicidade do teste: diária.

Os resultados dos testes retrospectivos de estresse objetivam avaliar a capacidade de absorção de grandes perdas e identificar eventuais medidas para redução dos riscos da instituição.

Para as estimativas de ganhos e perdas do teste retrospectivo de estresse na carteira consolidada, em 31 de dezembro de 2025 e com base na percepção da alta Administração acerca do comportamento das ações, commodities, moedas estrangeiras e taxas de juros, foram utilizados dois cenários:

Cenário I - Nesse cenário, as curvas de juros sofrem choques paralelos positivos; a taxa de câmbio (reais/dólar) considerada é de R\$ 6,1405; as commodities sofrem choques positivos de 10% sobre o valor de fechamento em 31 de dezembro de 2025; e é aplicada uma variação negativa de -15,28% no Índice BOVESPA.

Cenário II - Nesse cenário as curvas de juros sofrem choques paralelos negativos; a taxa de câmbio (reais/dólar) considerada é de R\$ 4,8395; as commodities sofrem choques negativos de 10% sobre o valor de fechamento em 31 de dezembro de 2025; e é aplicada uma variação positiva de 24,49% do Índice BOVESPA.

Os valores demonstrados nas tabelas representam as maiores perdas e os maiores ganhos na carteira consolidada dentre os cenários da série histórica utilizados na simulação.

Seguem os resultados do teste retrospectivo de estresse da carteira consolidada de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do conglomerado.

Estimativas de maiores perdas do teste retrospectivo de estresse – Carteira consolidada

Fator de risco	31.12.2025	
	Exposição	Estresse ⁽¹⁾
Moedas estrangeiras	(660)	(12.489)
Taxa de juros	12.210.431	(442.889)
Total	12.209.771	(455.378)

Estimativas de maiores ganhos do teste retrospectivo de estresse – Carteira consolidada

Fator de risco	31.12.2025	
	Exposição	Estresse ⁽¹⁾
Moedas estrangeiras	(660)	8.902
Taxa de juros	12.210.431	361.291
Total	12.209.771	370.193

⁽¹⁾ Os testes de estresse otimista e pessimista para o grupo de ações é feito somente sob o índice BOVESPA.

(v) Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2025, no Consolidado, classificados nos diferentes níveis hierárquicos de mensuração pelo valor justo:

	31.12.2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado - Títulos e valores mobiliários (Nota 13a)	14.023.039	2.835.873	254.901	17.113.813
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Títulos e valores mobiliários (Nota 13a)	7.193.221	675.571	270.463	8.139.255
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 14a)	17.558	3.523.290	-	3.540.848
Hedge de operações de crédito ⁽¹⁾	-	19.579.583	-	19.579.583
Total	21.233.818	26.614.317	525.364	48.373.499
Passivo				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado - Outros passivos (Nota 22)	-	(1.395.456)	-	(1.395.456)
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 14a)	(18.497)	(4.021.050)	-	(4.039.547)
Total	(18.497)	(5.416.506)	-	(5.435.003)

⁽¹⁾ Referem-se a operações mensuradas ao valor justo pela estrutura de *hedge accounting* (Nota explicativa 14f).

⁽²⁾ No período findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferências de títulos classificados como nível 3.

(vi) Valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

	31.12.2025	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	75.628.556	75.453.060
Depósitos no Banco Central do Brasil (Nota 11)	2.743.828	2.743.828
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 10)	346.054	346.054
Títulos e valores mobiliários (Nota 13a)	8.352.098	8.352.098
Ativos financeiros com acordo de revenda (Nota 12)	5.312.740	5.312.740
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro (Nota 15a) ¹	58.411.686	58.236.190
Outros ativos financeiros (Nota 16)	462.150	462.150
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado (Nota 23)	(117.045.603)	(112.701.489)
Operações com acordo de recompra (Nota 23a)	(19.001.163)	(14.637.172)
Passivos financeiros ao custo amortizado associados a ativos financeiros transferidos	(7.371.597)	(7.377.350)
Depósitos de instituições financeiras	(217.053)	(126.026)
Depósitos de clientes (Nota 23b)	(26.175.496)	(25.856.102)
Obrigações por empréstimos (Nota 23c.1)	(2.458.882)	(2.918.077)
Obrigações por repasses (Nota 23c.2)	(1.944.783)	(1.370.781)
Títulos emitidos (Nota 23d)	(51.940.893)	(52.084.921)
Passivos subordinados (Nota 23e)	(4.149.996)	(4.545.320)
Outros passivos financeiros (Nota 23f)	(3.785.740)	(3.785.740)
Total	(41.417.047)	(37.248.429)

⁽¹⁾ Exclui as operações mensuradas ao valor justo pela estrutura de *hedge accounting* (Nota explicativa 14f).



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Métricas utilizadas na determinação do valor justo dos principais instrumentos financeiros

Aplicações em depósitos interfinanceiros: Para as operações deste grupo, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo, por se tratar de operações de curto prazo na sua maioria.

Ativos financeiros com acordo de revenda: Para as operações deste grupo, considerou-se o valor justo da garantia.

Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de “ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado” e “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” são contabilizados pelo seu valor justo, a partir da coleta de informações de mercado e utilização de metodologias padronizadas de marcação a mercado, geralmente baseadas no método de fluxo de caixa descontado. Para o cálculo do valor justo, as técnicas supracitadas também são aplicadas para os títulos classificados na categoria “ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado”.

Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro: As operações de crédito alocadas em programas de hedge accounting, do tipo *hedge* de risco de mercado, são contabilizadas pelo seu valor justo. Para as operações de arrendamento mercantil, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes e para as demais operações, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente do valor justo.

Depósitos: Para as operações de depósitos a prazo, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes. Para os depósitos a vista, considerou-se como valor justo o próprio valor contábil.

Passivos financeiros com acordo de recompra: Para as captações em taxas pós-fixadas, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo. Para as operações pré-fixadas, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

Obrigações por empréstimos e repasses: Para as operações pré-fixadas, o valor justo é apurado a partir do cálculo dos fluxos de caixa contratados, descontados considerando as taxas de mercado vigentes. Para operações pós-fixadas, considerou-se o valor contábil como uma aproximação equivalente ao valor justo.

Títulos emitidos: Para as captações em taxas pós-fixadas, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo. Para as operações pré-fixadas, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

Passivos subordinados: Para as operações deste grupo, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

c) Risco de liquidez

(i) Definição

O risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de o conglomerado não conseguir cumprir suas obrigações financeiras, tanto esperadas quanto inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade de o conglomerado não conseguir negociar a preços de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de algumas discontinuidades no mercado.

(ii) Gestão do risco de liquidez

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez envolve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e propor ações de mitigação dos riscos associados ao conglomerado prudencial. As principais práticas incluem:

- Manutenção de nível adequado de ativos livres com alto grau de monetização e uso de parâmetro referencial de liquidez (caixa operacional);
- Gestão do perfil de descasamento temporal entre passivos e ativos, captações e operações de crédito concedidas, otimizando a alocação de recursos próprios e minimizando o risco de liquidez;
- Otimização da diversificação das fontes de captação, monitorando a concentração dos provedores de *funding*, e pela prática de remuneração em aderência aos níveis praticados no mercado para recursos de terceiros, e ao nível de retorno esperado pelos acionistas para os recursos próprios.

O conglomerado mantém plano de contingência estruturado e revisado periodicamente com o objetivo de possibilitar, a curto prazo, a recomposição dos níveis pré-estabelecidos de caixa, com a atribuição de responsáveis e instrumentos.

Adicionalmente, são realizadas análises da viabilidade de recompra de instrumentos elegíveis a capital com cláusulas de resgate, sempre que pertinente.

A gestão da liquidez do conglomerado é de responsabilidade da área de tesouraria e a gestão do risco de liquidez é realizada pela área de riscos que avalia e monitora o risco da companhia, estabelecendo os processos, ferramentas e limites necessários para a

geração e análise de cenários prospectivos e o acompanhamento e adequação aos níveis de apetite a este risco estabelecido pela Alta Administração.

As principais medidas objetivas para a gestão e controle de riscos de liquidez incluem:

- **Limite referencial de liquidez e caixa mínimo operacional:** envolve o estabelecimento de intervalos e patamares mínimos aceitáveis, configurando limites prospectivos para cenários adversos de liquidez;
- **Cenários de vencimento:** envolvem a apuração do perfil futuro de liquidez, baseando-se na premissa de vencimento das carteiras atuais e na análise de todos os fluxos de caixa;
- **Cenários orçamentários:** apuração do perfil futuro de liquidez com premissas consistentes com o planejamento orçamentário, baseando-se na rolagem das carteiras atuais;
- **Cenários de estresse:** simulações do impacto nas carteiras decorrente de condições extremas de mercado e/ou mudanças na dinâmica e composição das carteiras, que possam alterar significativamente os cenários projetados de liquidez;
- **Análises de sensibilidade:** simulações de sensibilidade no perfil futuro de liquidez em função de pequenas oscilações nas condições de mercado e/ou na dinâmica e composição das carteiras; e
- **Perfil de concentração de captação:** acompanhamento do perfil de concentração das carteiras, em termos de volumes, prazos, instrumentos, segmentos e contrapartes.

O Indicador de liquidez de curto prazo (LCR) é uma métrica regulatória que tem por objetivo mostrar que as instituições financeiras possuem recursos de alta liquidez para resistir a um cenário de estresse num horizonte de 30 dias, mediante critérios estabelecidos pela regulamentação.

Em 31 de dezembro de 2025, a média do LCR foi de 174%, acima do requisito mínimo regulamentar que é de 100%.

Indicador de liquidez de curto prazo (R\$ milhões)	31.12.2025
LCR	174%
Total HQLA ⁽¹⁾	14.991
Total de saídas líquidas de caixa	8.613

⁽¹⁾ Refere-se a ativos de alta liquidez, que se mantêm líquidos nos mercados durante períodos de estresse e que atendem alguns requisitos mínimos definidos pela Circular BACEN nº 3.749/2015.

Adicionalmente, a companhia adota processo estruturado de comunicação dos assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos de liquidez. Este processo de comunicação compreende:

- A emissão periódica de relatórios objetivos, nos quais são apresentados os cenários de liquidez e a evolução do perfil das carteiras de captação, bem como demonstrados os níveis de utilização de limites autorizados; e
- A realização periódica dos fóruns colegiados de acompanhamento, em observância às alçadas decisórias.

d) Risco operacional

(i) Definição

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas devido a eventos externos ou falhas, deficiências ou inadequações em processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui o Risco Legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado, risco de segurança cibernética decorrente de falha nos ativos de informação, computadores e recursos de comunicação do Conglomerado e risco de confidencialidade, integridade e disponibilidade decorrente de serviços terceirizados relevantes. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo conglomerado;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades do conglomerado;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pelo conglomerado.

(ii) Gerenciamento do risco operacional

O gerenciamento do risco operacional tem como objetivo apoiar a gestão dos negócios por meio da avaliação e controle do risco, da captura e gestão das perdas operacionais e da mensuração do capital alocado para risco operacional, possibilitando a priorização e implantação de planos de melhoria de processos, de acordo com os níveis de tolerância ao risco definidos pela Alta Administração.

As funções de gerenciamento de risco operacional incluem modelagem e controle do risco, monitoramento da efetividade dos controles, plano de continuidade de negócios e gestão de crises. Essas atividades abrangem toda a cadeia de negócios, desde o desenvolvimento de produtos até o pós-venda e são realizadas por unidades funcionais especializadas com equipes capacitadas e atribuições definidas.

e) Risco social, ambiental e climático

(i) Definição

O risco social está relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados às práticas de violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos de interesses comuns. Quanto ao ambiental, refere-se à eventuais perdas para a instituição em função da ocorrência de eventos de degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

O risco climático está dividido em duas vertentes: risco de transição e risco físico, definidos respectivamente como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono e à ocorrência de intempéries frequentes e severas ou por alterações ambientais de longo prazo, que possam ser associadas a mudanças em padrões climáticos.

(ii) Gerenciamento do risco social, ambiental e climático

A gestão integrada do risco social, ambiental e climático (SAC) do conglomerado é realizada por meio do estabelecimento de regras e direcionada pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC). As iniciativas e informações relativas à gestão dos riscos sociais, ambientais e climáticos são divulgadas no Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC) e remetidas ao Banco Central pelo Documento de Risco Social, Ambiental e Climático (DRSAC).

O banco BV avalia os aspectos socioambientais e climáticos de clientes, fornecedores e investidas para subsidiar a tomada de decisão das áreas competentes durante os processos de concessão de crédito, avaliação de garantias imobiliárias, homologação de fornecedores, fontes de captação, novos investimentos, produtos e serviços, restringindo relações com contrapartes cujas práticas são inadequadas ou cuja governança em sustentabilidade não são compatíveis ao seu nível de impacto socioambiental.

O apetite de riscos (RAS) do banco BV inclui um indicador exclusivo de risco social, ambiental e climático, monitorado mensalmente e reportado aos comitês de riscos e ao Conselho de Administração. Adicionalmente, a Instituição elencou setores e atividades cujas operações financeiras são proibidas ou restritas, além de considerar um limite máximo de concentração para alguns desses setores econômicos.

Na concessão de crédito, o gerenciamento do risco SAC é realizado por metodologias específicas que determinam o *Rating* ESG, incluído no Rating de Crédito. A análise de risco socioambiental em projetos segue as diretrizes dos Princípios do Equador (PE).

Informações adicionais do gerenciamento de risco SAC estão disponíveis no website: <https://ri.bv.com.br/informacoes-aos-investidores/relatorio-esg/>.

3) Gestão de capital

A gestão do capital no conglomerado visa garantir a conformidade com os limites regulatórios e estabelecer uma base sólida de capital que suporte o desenvolvimento dos negócios e operações, alinhada à RAS e ao plano estratégico do conglomerado.

O conglomerado dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- **Gestão contínua de capital:** Planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para suportar riscos relevantes;
- **Diretrizes:** Políticas e estratégias documentadas;
- **Fóruns específicos:** Para desenvolvimento de estratégias e gestão do uso do capital;
- **Plano de capital trienal:** Metas, projeções de capital, principais fontes de captação e plano de contingência;
- **Testes de estresse:** Avaliação dos impactos no capital;
- **Relatórios gerenciais:** Informações para a Alta Administração (diretoria e Conselho de Administração);
- **Avaliação de suficiência de capital:** Perspectivas regulatórias e econômicas; e
- **Reporte ao Regulador:** Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do ICAAP.

Ressalta-se que o ICAAP é realizado em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017, Circular nº 3.911/2018 e Carta-Circular BACEN nº 3.907/2018 e suas atualizações, e disponibilizado ao BACEN anualmente, abrangendo o Plano de Capital, Teste de Estresse, Plano de Contingência de Capital e gestão e avaliação da necessidade de capital frente aos riscos relevantes a que o Banco está exposto, entre outros temas.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Adicionalmente, são realizadas análises de viabilidade de recompra de instrumentos elegíveis a capital com cláusulas de resgate, sempre que pertinente.

(i) Capital regulamentar

O Capital regulamentar, classificado como Patrimônio de Referência (PR), é o patrimônio utilizado como base para verificação do cumprimento dos limites operacionais das instituições financeiras.

O conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III abordou, principalmente, seguintes assuntos:

- Metodologia de apuração do capital regulamentar (PR), que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;
- Metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de capital regulamentar (PR), de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal (ACP). O ACP é composto pelas parcelas de ACPConservação, ACPContracíclico e ACPSistêmico.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o conglomerado prudencial.

(ii) Ativo ponderado pelo risco – RWA

Para fins de cálculo do requerimento mínimo de capital, apura-se o RWA, conforme definido pela Resolução CMN nº 4.958/2021, é composto pela soma dos ativos ponderados pelo risco referentes aos riscos de crédito (RWACPAD), mercado (RWAMPAD) e operacional (RWAOPAD).

A partir de julho de 2023, passou a vigorar a Resolução BCB nº 229/2022, que estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco de crédito (RWACPAD), em substituição à Circular nº 3.644/2013. Esse novo normativo aprimora e consolida procedimentos para apuração do RWACPAD, refletindo recomendações do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária (BCBS) contidas no documento “Basel III: Finalising post crisis reforms”.

A partir de janeiro de 2024, passou a vigorar a Resolução BCB nº 202/2022 para conglomerados Tipo 1 (S2 ao S4), que estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelos riscos associados a serviços de pagamento (RWASP).

(iii) Índices de capital

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, sendo eles:

- Índice de Basileia (PR / RWA);
- Índice de Capital Principal (Capital Principal / RWA); e
- Índice de Nível I (Nível I / RWA).

A Razão de Alavancagem (RA), conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.748/2015, é definida pela razão do Nível I sobre a Exposição Total do conglomerado. O limite mínimo da Razão de Alavancagem (RA) é de 3%, conforme Resolução nº 4.615/2017 do Conselho Monetário Nacional.

A Resolução CMN nº 4.955/2021 e suas atualizações definem os itens referentes aos ajustes prudenciais deduzidos de forma integral do Patrimônio de Referência, observados na apuração dos índices de solvência e demais indicadores prudenciais estabelecidos, citados anteriormente.

(iv) Suficiência de capital (Visão regulatória)

A análise da suficiência de capital na visão regulatória tem como objetivo avaliar se a companhia possui Patrimônio de Referência (Capital Disponível) em nível superior ao capital exigido para cobertura dos riscos de Pilar I, acrescido da exigência adicional para cobertura do risco de variação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (IRRBB) conforme a Resolução BCB nº 48/2020.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

São apresentadas a seguir as informações do Índice de Basileia do conglomerado prudencial:



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Índice de Basileia		31.12.2025
PR – Patrimônio de Referência		15.039.229
Nível I		13.730.470
Capital complementar		2.256.203
Capital principal		11.474.267
Patrimônio Líquido ⁽¹⁾		14.105.914
Ajustes prudenciais ⁽²⁾		(2.631.647)
Outros		(2.631.069)
Ajustes a valor justo		(579)
Nível II		1.308.759
Dívidas subordinadas elegíveis a capital		1.308.759
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.955/2021 ⁽³⁾		1.308.759
Ativos ponderados pelo risco (RWA)		89.968.923
Risco de crédito (RWACPAD)		80.354.765
Risco de mercado (RWAMPAD)		753.264
Risco operacional (RWAOPAD)		8.814.863
Risco de serviços de pagamento (RWASP) ⁽⁴⁾		46.031
Patrimônio de referência mínimo requerido		7.197.514
Capital principal mínimo requerido ⁽⁵⁾		4.048.602
Patrimônio de referência nível I mínimo requerido ⁽⁶⁾		5.398.135
PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)		730.259
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido		7.841.714
Margem sobre o capital mínimo requerido		7.425.665
Margem sobre o patrimônio de referência nível I mínimo requerido		8.332.334
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido incluído RBAN e ACP ⁽⁷⁾		4.862.232
Índice de capital principal (CP / RWA)		12,75%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)		15,26%
Índice de Basileia (PR / RWA)		16,72%
Razão de Alavancagem		9,47%

⁽¹⁾ Conforme artigo art. 4º, § 2º da Resolução CMN nº 4.955/2021, os valores relativos aos ajustes ao valor justo dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para *hedge* de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a valor justo registrados contabilmente não compõem a base de cálculo para fins de apuração do Patrimônio de Referência. Os montantes informados contemplam esses ajustes.

⁽²⁾ Consideram os efeitos da aplicação do § 10 do Art.5º da Resolução CMN nº 4.955/2021, que autoriza às instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal, os créditos tributários de prejuízos fiscais decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar *hedge* para sua participação em investimentos no exterior no seguinte cronograma: I - no mínimo 50% (cinquenta por cento), até 30 de junho de 2022; II - 100% (cem por cento), até 31 de dezembro de 2022 e III - 100% (cem por cento), permanece a partir de janeiro de 2023.

⁽³⁾ Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada emitidos anteriormente à Resolução CMN nº 4.955/2021 com a aplicação dos redutores estabelecidos no art. 27 da referida Resolução.

⁽⁴⁾ Parcela relativa aos riscos associados a serviços de pagamento, que passa a integrar o RWA a partir de mar/24 devido à transferência da Acesso Soluções de Pagamento S.A. para o conglomerado.

⁽⁵⁾ Corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8% do RWA.

⁽⁶⁾ Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

⁽⁷⁾ Representa o mínimo de 6% do RWA

Ajustes prudenciais deduzidos do capital principal:

	31.12.2025
Ajuste prudencial I - Ágios pagos	(307.842)
Ajuste prudencial II - Ativos intangíveis	(1.333.953)
Ajuste prudencial VII - Créditos tributários de diferença temporária	-
Ajuste prudencial VIII - Crédito tributário de prejuízo fiscal e de base negativa	(989.274)
Ajuste prudencial XV – Diferença a menor – Ajustes da Resolução CMN 4.277/2013	(579)
Total	(2.631.648)

Índice de imobilização

O índice de imobilização do conglomerado prudencial totalizou 4,87%.

	31.12.2025
Limite para imobilização	7.519.614
Valor da situação para o limite de imobilização	732.270
Valor da margem ou insuficiência	6.787.344

(v) Gestão de ativos e passivos

O Comitê de ALM e Tributos é responsável pela gestão dos riscos estruturais de taxa de juros, taxa de câmbio e de liquidez, assim como pela gestão do capital, que busca aperfeiçoar a relação risco versus retorno e maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Índice de Solvabilidade (Basileia).

A exposição do conglomerado ao risco de moeda de estrangeira, apresentado em milhares de Reais, é de:

Moeda	Instrumentos <i>on balance</i> - Saldo contábil na data-base	
	31.12.2025	
	Ativo	Passivo
Dólar	6.028.737	(11.363.820)
Euro	414.793	(161.234)
Iene	267.160	(7.242)
Outras	754	(2.800)
Total	6.711.444	(11.535.096)
Posição líquida - instrumentos <i>on balance</i>		(4.823.652)

Moeda	Derivativos (instrumentos <i>off balance</i>)	
	31.12.2025	
	Posição ativa	Posição passiva
Dólar	18.566.194	(16.542.058)
Euro	342.155	(628.249)
Iene	187.566	(443.924)
Total	19.095.915	(17.614.231)
Posição líquida - derivativos (instrumentos <i>off balance</i>)	1.481.684	

Resumo	31.12.2025
	Posição líquida
Por moeda	
Dólar	(3.310.947)
Euro	(32.536)
Iene	3.561
Outras	(2.046)
Posição líquida total	(3.341.968)
Por totais - instrumentos <i>on balance</i> e <i>off balance</i>	
Ativo	25.807.360
Passivo	(29.149.328)
Posição líquida total	(3.341.968)

32. MEIO AMBIENTE, SOCIAL E GOVERNANÇA - PRÁTICAS ESG

a) Governança e regulação

O Banco estabeleceu seus compromissos ESG de longo prazo, até 2030, chamado de “Pacto por um Futuro Mais Leve”, que define cinco metas públicas que vão direcionar as ações do conglomerado, divididas em três pilares: mudanças climáticas, negócios sustentáveis e diversidade. Além disso, o Banco inseriu metas de sustentabilidade na remuneração variável dos executivos e no planejamento estratégico, conforme descrito na nota explicativa 30. O Conselho de Administração aprovou em junho de 2022, a criação do Comitê ASG para assessorá-lo nos aspectos socioambientais.

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática e o Relatório de Sustentabilidade do Banco podem ser consultados em <https://ri.bv.com.br/> e em <https://www.bv.com.br/institucional/sustentabilidade>.

Informações adicionais sobre o risco social, ambiental e climático e sua gestão pelo conglomerado estão descritas na nota explicativa 32.2.e



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Em outubro de 2024 o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) em conjunto com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu, em suas versões finais, os Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 e nº 02, baseados nos padrões internacionais do *International Sustainability Standards Board (ISSB)*, que tem como principal objetivo desenvolver padrões globais de divulgação de sustentabilidade. Esses padrões buscam fornecer informações de alta qualidade e comparáveis globalmente sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, atendendo as necessidades dos investidores e dos mercados financeiros.

b) Meio ambiente

O banco BV é um dos principais bancos financiadores de placas fotovoltaicas para energia solar de uso residencial e em 31 de dezembro de 2025 essa carteira é de R\$ 3.707.649.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o banco BV realizou emissões de títulos verdes (Letras Financeiras e CDB *green*) no montante de R\$ 2.098.508. No quadro a seguir, são demonstradas as emissões realizadas pelo banco BV ao longo dos anos, considerando apenas as operações vigentes:

Captações	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Ano captação	Ano vencimento	Banco e Consolidado 31.12.2025
Depósitos a prazo (Nota 23b)						854.689
Pós-fixado	R\$	4.178	de 8,68% a 9,91% a.a. + IPCA	2024	2026	4.382
Pós-fixado	R\$	770.716	100% a 102% do DI a.a	2024	2026	785.377
Pré-fixado	R\$	56.722	de 12,79% a 14,94% a.a.	2024	2027	64.930
Recursos de aceites e emissão de títulos						3.198.865
Letras financeiras						3.198.865
Pós-fixado	R\$	2.267.150	de 0,39% a 1,23% a.a. + DI	2023	2027	2.540.019
Pós-fixado	R\$	416.700	5,25% a.a. + IPCA	2020	2030	658.846
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 23d/23e)						1.349.328
Tomados junto a banqueiros no exterior	USD	300.000	de 5,05% a 5,39% a.a. + variação cambial	2022	2029	1.349.328
Total						5.402.882

O banco BV estabeleceu um compromisso público de compensar a totalidade das emissões de CO₂ dos automóveis que financiar. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o banco BV reconheceu no resultado (em Outras despesas operacionais) a provisão de despesas de CO₂, em contrapartida ao passivo correspondente, registrado em Outros passivos - Compensação da emissão de CO₂ por veículos financiados pelo banco BV. O Banco adquiriu créditos de carbono e títulos verdes, representando o total de 14,579 milhões toneladas de CO₂, registrado na rubrica de Ativos intangíveis e seu consumo (amortização) é realizado com base no volume de CO₂ produzidos pelos veículos financiados, registrado na rubrica de Despesas de depreciação e amortização.

No quadro a seguir, são demonstrados os efeitos contábeis do registro patrimonial e resultado:

		Banco e Consolidado	
		31.12.2025	
Ativo			65.666
Outros ativos (Nota 18)			65.666
Ativos de sustentabilidade			120.461
Consumo de ativos de sustentabilidade			(54.795)

O Banco também faz a compensação das suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), o compromisso é a compensação anual de 100% das emissões de GEE próprias.

c) Social

O banco BV apoia diversos projetos sociais incentivados. A divulgação detalhada sobre responsabilidade social está apresentada no Relatório de Sustentabilidade disponível no site <https://ri.bv.com.br/>.

33. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Informações de agências no exterior

	31.12.2025	
	Luxemburgo Branch ⁽¹⁾	Nassau Branch ⁽¹⁾
Ativo total	8.133.880	1.676.953
Passivo total	(8.133.880)	(1.676.953)
Passivo	(7.540.184)	(536)
Patrimônio Líquido	(594.502)	(1.676.417)
	2º Semestre/ 2025	
Resultado do período	26.085	63.905
	Exercício/ 2025	
Resultado do período	43.353	120.690

⁽¹⁾ Inclui variação cambial.

b) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Foram firmados acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/2005, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

c) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Banco e Consolidado	
	Passivos	
	Passivos subordinados	Dividendos e juros sobre capital próprio
Saldo em 31.12.2024	3.188.978	127.500
Variações com efeito de caixa	346.097	(1.013.250)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos ⁽¹⁾	-	(1.013.250)
Recursos provenientes de novas captações	500.100	-
Liquidação	(154.003)	
Variações sem efeito de caixa	615.553	-
Despesas com juros	615.553	-
Saldo em 31.12.2025	4.150.628	(885.750)

⁽¹⁾ Valor líquido de impostos.

d) Pilar Dois da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

Em 30 de dezembro de 2024, foi publicada a Lei nº 15.079 que instituiu o adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) como parte do processo de adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras GloBE), que foram desenvolvidas pela OCDE e pelo G20.

O banco BV está avaliando os potenciais impactos desta nova legislação e até o presente momento não mapeou qualquer efeito relevante que impactará a presente Demonstração Contábil.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Pagamento de juros sobre capital próprio

Em 15 de janeiro de 2026, ocorreu o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante líquido de R\$ 72.250, em relação aos resultados apurados no período findo em 31 de dezembro de 2025.

b) Reforma Tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº214, que regulamenta a reforma tributária sobre o consumo, instituindo o IBS, a CBS e o IS, os quais substituirão gradualmente PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS.

O período de transição iniciou em 1º de janeiro de 2026, caracterizando-se como fase de testes, com exigência de cumprimento de obrigações acessórias, sem recolhimento efetivo de IBS e CBS no exercício de 2026.

O Banco acompanha a evolução da regulamentação e avalia os impactos operacionais, fiscais e tecnológicos decorrentes da implementação do novo sistema, cuja transição se estenderá até 2033.

A DIRETORIA

Rodrigo Andrade de Moraes - Contador - CRC 1SP-220814/O-6